PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS - LICENCIATURA

Laranjeiras do Sul, novembro de 2025.

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:
Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul
Chapecó, SC - Brasil
CEP 89815-899

Reitor: João Alfredo Braida
Vice-Reitora: Sandra Simone Hopner Pierozan
Pró-Reitor de Graduação: Marilane Maria Wolff Paim
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Joviles Vitório Trevisol
Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Willian Simões
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Edivandro Luiz Tecchio
Pró-Reitor de Planejamento: Ilton Benoni da Silva
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Clóvis Alencar Butzge
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Sérgio Begnini

Dirigentes de Chapecó (SC)
Diretora de *Campus*: Adriana Remião Luzardo
Coordenadora Administrativa: Cladis Juliana Lutinski
Coordenadora Acadêmica: Crhis Netto de Brum

Dirigentes de Cerro Largo (RS)
Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel
Coordenadora Administrativo: Adenise Clerici
Coordenadora Acadêmico: Judite Scherer Wenzel

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Cherlei Marcia Coan

Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Fábio Luiz Zeneratti

Coordenador Administrativo: William Pletsch dos Santos

Coordenadora Acadêmica: Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Jaime Giolo

Coordenadora Administrativa: Laura Spaniol Martinelli

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenador Administrativo: Edson Antonio Santolin

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo

SUMÁRIO

SUMÁRIO....4
1 DADOS GERAIS DO CURSO....6
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL....9
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC....20
3.1 Coordenação de curso....20
3.2 Equipe de elaboração....20
3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular....20
3.4 Núcleo Docente Estruturante do Curso....20
4 JUSTIFICATIVA....22
4.1 Justificativa da criação do curso....22
4.2 A demanda de formação de professores para o campo....24
4.3 Justificativa da reformulação do Curso....27
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais)....29
5.1 Referenciais ético-políticos....29
5.2 Referenciais epistemológicos....31
5.3 Referenciais Metodológicos....33
5.4 Referenciais legais e institucionais....35
6 OBJETIVOS DO CURSO....42
6.1 Objetivo Geral....42
6.2 Objetivos específicos....42
7 PERFIL DO EGRESSO....44
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR....45
8.1 Os domínios formativos e sua articulação....47
8.2 Concepção de currículo....50
8.3 A docência na educação básica pública como foco da organização curricular....51
8.4 As articulações do currículo com a Educação Básica....52
8.5 Articulações com as outras licenciaturas....54
8.6 Articulação entre teoria e prática nos processos formativos....55
8.7 A organização da pesquisa e extensão....61
8.8 A flexibilidade na organização curricular....63
8.9 Atendimento às legislações específicas....66
8.10 Estrutura Curricular....70
8.11 Resumo de carga horária de Estágios, ACC, TCC e Optativos....76
8.12 Análise vertical e horizontal da estrutura curricular (representação gráfica):....77
8.13 Modalidades de componentes curriculares presentes na estrutura do curso....78
8.14 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares. .89
9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM....169
10 PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO....171
11 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO....172

12 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO....174
13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE....176
13.1. Docentes do *Campus* Laranjeiras do Sul que atuam no curso....176
14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO....185
14.1 Bibliotecas....185
14.2. Laboratórios....186
14.3. Demais itens....187
15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS....191
16 ANEXOS....192
ANEXO I – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS. 192
ANEXO II - REGULAMENTO DE ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (ACC) DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS- LICENCIATURA....197
ANEXO III - REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS - LICENCIATURA....203
ANEXO IV - REGULAMENTO DE EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR....215
ANEXO V – REGULAMENTO DA EXTENSÃO E CULTURA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS. 218

1 DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Tipo de curso: Graduação

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do Curso: Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura

1.4 Grau: Licenciado em Educação do Campo**:** Ciências Sociais e Humanas

1.5 Título profissional: Professor

1.6 Local de oferta: *Campus* Laranjeiras do Sul (PR)

1.7 Número de vagas: 40 vagas por ano

1.8 Carga-horária total: 3.420 horas

1.9 Turno de oferta: Integral

1.10 Tempo mínimo para conclusão do Curso: 4 anos

1.11 Tempo máximo para conclusão do Curso: 8 anos

1.12 Carga horária máxima por semestre letivo: 480 horas

1.13 Carga horária mínima por semestre letivo: 180 horas

1.14 Coordenador do Curso: Prof. Dr. Fabio Pontarolo

1.15 Coordenadora adjunta do Curso: Profa. Dra. Ana Cristina Hammel

1.16 Ato autorizativo: Resolução 25/CONSUNI/UFFS/2013 e Resolução 136/CONSUNI/UFFS/2023

1.17 Forma de ingresso:

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e

Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio:* é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Capítulo VI Resolução 40/CONSUNI/CGAE/2022. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.

c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:

- **PRO-IMIGRANTE** (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes imigrantes) instituído pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante imigrante que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.
- **PIN** (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.
- **PPS** (Processo Seletivo Simplificado) esta forma de ingresso é destinada ao preenchimento das vagas remanescentes, que após realizadas todas as outras formas de ingresso não foram preenchidas.

2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

UMA BREVE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)

Antonio Marcos Myskiw
Guilherme José Schons

"A universidade é o último nível formativo em que o estudante se pode converter, com plena consciência, em cidadão, é o lugar do debate onde, por definição, o espírito crítico tem de crescer: um lugar de confronto, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma."[1]

José Saramago, 2005

Apresentação

A epígrafe de José Saramago, mencionada acima, resume a essência do papel da Universidade no processo formativo de seus estudantes: cidadãos conscientes do tempo histórico que vivem e capazes de produzir críticas a diferentes situações vividas ou presenciadas, bem como propor caminhos, ou atuar, para a superação das mesmas. Mas, para se chegar ao cidadão consciente e crítico, é necessário que a Universidade reúna outra condição, sinaliza Anísio Teixeira: a reunião entre os que sabem e os que desejam aprender, pois há toda uma iniciação a se fazer, em uma atmosfera que cultive, sobretudo, a imaginação e, por extensão, a capacidade de dar sentido e significado às coisas por meio da leitura e do debate, que, aos poucos e ao longo do processo formativo, fará florescer o espírito crítico.[2]

O histórico institucional que apresentamos abaixo é, em linhas gerais, um sobrevoo panorâmico de uma história muito mais densa e repleta de particularidades das origens e dos 13 primeiros anos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Tem a intenção de situar o leitor dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação sobre o percurso histórico institucional e realizar algumas leituras de contexto. Utilizamos como base documental para a escrita deste texto, os Relatórios do Grupo de Trabalho de Criação da UFFS (2007/2008), os Relatórios de Gestão 2009-2015 e 2009-2019, os Relatórios Integrados Anuais de Gestão (2019, 2020 e 2021) e os Boletins Informativos da UFFS (números 01 a 350). Há, também, memórias dos mentores deste texto, pois são partícipes da história da UFFS. É um texto informativo e de leitura leve, evitando adentrar em debates e embates políticos e ideológicos que perfazem o cotidiano de uma universidade, sobretudo nos anos mais recentes, cuja polarização se acentuou.

1 SARAMAGO, José. **Democracia e Universidade**. Belém: Editora UFPA, 2013. p. 26.
2 TEIXEIRA, Anísio. **A Universidade ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1998. p. 88.

Concebendo a UFFS

Em 15 de setembro de 2009 o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em cerimônia pública, o Decreto-Lei nº 12.029, propiciando o nascimento da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Trinta dias depois, o professor Dilvo Ilvo Ristoff foi empossado como reitor *pro tempore* pelo Ministro da Educação. Em 15 de janeiro de 2010, o professor Jaime Giolo foi nomeado para o cargo de vice-reitor da UFFS.[3] Em 29 de março de 2010, 2.160 alunos iniciaram as aulas nos 33 cursos de graduação, em estruturas prediais provisórias e um pequeno número de servidores (154 professores e 178 técnico-administrativos) distribuídos entre os *Campi*. A decisão de iniciar as aulas num tempo curto foi estratégica e, como contrapartida, exigiu do corpo técnico, da gestão da UFFS e suporte da UFSC (tutora da UFFS), ações rápidas para construir os *campi* o mais breve possível aproveitando o cenário político e econômico favorável. Em 2015, quando da integralização dos primeiros cursos de graduação e a contratação dos últimos servidores docentes e técnicos, existia uma infraestrutura básica em pleno uso nos *campi.* O orçamento anual destinado às universidades federais (novas e antigas instituições) passou a ser contingenciado a partir de meados de 2015.[4]

Essas datas, sujeitos históricos e instituições são referências, balizas históricas. No entanto, ao restringirmos atenção demasiada ao Decreto-Lei de criação da UFFS, às nomeação do reitor e vice-reitor *pro tempore* e o início das aulas, excluímos da história centenas de pessoas e movimentos sociais rurais e urbanos que, desde 2003, no Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, se organizavam, cada um a seu modo, para dialogar e pressionar o Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de criar uma Universidade Federal na região da Fronteira Brasil-Argentina. A Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar na região Sul), a Via Campesina, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) do PR, SC e RS, o Fórum da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, Igrejas, Assesoar, Movimentos Estudantis, Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, representantes da UFSC, UFSM e do MEC, são, em linhas gerais, as entidades que se propuseram a mobilizar esforços para ler e refletir o tempo histórico vivido nas diferentes regiões.

Destas leituras, debates e reflexões, sobretudo após 2006 quando ocorreu a unificação dos movimentos regionais resultando no nascimento do "Movimento Pró-Universidade

3 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Relatório de Gestão 2009-2019. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p. 08-09.
4 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Relatório de Gestão 2009-2019. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p.32-34; 46-47.

Federal", foram amadurecidos alguns dilemas que poderiam ser enfrentados com a criação de uma Universidade Federal e, a partir da comunidade acadêmica em diálogos e parcerias com a comunidade regional, construírem caminhos para superar os entraves históricos ao desenvolvimento econômico, social e cultural da região fronteiriça no Sul do Brasil. Dentre os dilemas levantados estavam: os limites do ideário neoliberal na resolução dos desafios enfrentados pelas políticas sociais voltadas aos municípios com baixo IDH; as discussões em torno da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior privado e comunitário; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a intensa migração da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; o fortalecimento da agricultura familiar com vistas às práticas agroecológicas e sustentáveis; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.[5]

Para dar conta dos dilemas da região de fronteira, as entidades e movimentos sociais tinham clara a necessidade de criar uma Universidade Federal com missão, metas, perfil e projeto pedagógico institucional diferente dos modelos tradicionais de Universidades Federais existentes nas capitais de estados e ao longo da região litorânea. Não foi sem razão que, em 15 de junho de 2007, representantes do Movimento Pró-Universidade Federal, em audiência com o Ministro da Educação, rejeitaram a oferta da criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET) para a região de fronteira. Argumentaram de maneira incisiva sobre a necessidade de uma Universidade Federal e, ao final da audiência com o Ministro da Educação, ficou acordado a criação de um Grupo de Trabalho para a Elaboração do Projeto da Universidade Federal, formada por representantes do Movimento Pró-Universidade Federal e representantes do Ministério da Educação. O Grupo de Trabalho foi formalizado em 22 de novembro de 2007, pela Portaria MEC nº. 948, contendo 22 membros (11 indicados pelo Movimento Pró-Universidade Federal e 11 do Ministério da Educação), sob coordenação dos professores Dalvan José Reinert (UFSM) e Marcos Laffin (UFSC).[6]

Após várias reuniões, o Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul definiu que a nova instituição teria estrutura *multicampi* e gestão descentralizada. Inicialmente, previa-se a instalação de 11 *campi*, mas no decorrer das reuniões, debates e embates, chegou-se à proposição de iniciar com 4 *campus,* com a seguinte distribuição: sede da reitoria e *campus* em Chapecó, Santa Catarina; Cerro Largo e Erechim,

5 RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008.
6 RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008. p. 03.

no Rio Grande do Sul; Laranjeiras do Sul, no Paraná. A inclusão de um quinto *campus*, em Realeza, no Paraná, ocorreu mediante articulação e decisão política do Governo Federal após prorrogação dos trabalhos do GT.[7] O currículo institucional, no entender do Grupo de Trabalho, não deveria ter formato tradicional e propunham olhar para as experiências da Universidade Federal do ABC (UFABC), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Para a definição dos cursos de graduação, com previsão inicial de 14 cursos (podendo chegar a 30), recomendavam olhar para as demandas mais prementes de cada microrregião de instalação dos *campi*, com prioridades para os cursos de ciências agronômicas e veterinária, humanas, médicas e da saúde, engenharia, computação e ciências socialmente aplicáveis.[8]

Em 23 de julho de 2008, o Projeto de Lei nº 3.774/2008 que discorria sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul foi apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados Federais e, em 14 de julho de 2009, foi aprovado em todas as comissões e remetido ao Senado Federal por meio do Ofício nº 779/09/PS-GSE, sendo apreciado e aprovado em 14 de setembro de 2009 e promulgado pelo Presidente da República em 15 de setembro. Enquanto o Projeto de Lei tramitava na Câmara dos Deputados e Senado Federal, o Ministério da Educação, em diálogo com o Movimento Pró-Universidade Federal constituiu a Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, composta por: Prof. Dilvo Ilvo Ristoff (Presidente), Profa. Bernadete Limongi (Vice-Presidente), Clotilde Maria Ternes Ceccato (Secretária Executiva), Antônio Diomário de Queiroz, Antônio Inácio Andrioli, Conceição Paludo, Gelson Luiz de Albuquerque, João Carlos Teatini de Souza Clímaco, Marcos Aurélio Souza Brito, Paulo Alves Lima Filho, Ricardo Rossato e Solange Maria Alves.[9]

Nas primeiras reuniões da Comissão de Implantação a meta estava em definir quais cursos seriam ofertados em cada *campus*, levando-se em consideração o perfil populacional, educacional, industrial, a matriz produtiva rural e os índices de saúde pública e alimentação dos municípios sedes dos *campi* e seu entorno. A partir de junho de 2009, o objeto de atenção da Comissão de Implantação passou a ser o Projeto Pedagógico Institucional, contendo os princípios norteadores e o formato do currículo institucional composto por três eixos formativos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. A partir desta

7 NICHTERWITZ, Fernanda. **As fronteiras de uma Universidade**: o município de Realeza/PR e a instalação do *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). 2017. Dissertação (Mestrado em História). - Programa de Pós-Graduação em História. Unioeste, Marechal Cândido Rondon/PR, 2017.
8 Idem. Ibidem. p. 44-66.
9 BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 148, de 11 de fevereiro de 2008.

definição, mais de uma dezena de professores da UFSC foram convidados a produzir propostas de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS, documento importante porque era este estudo e proposição que daria uma ideia aproximada do perfil dos professores e técnico-administrativos a serem concursados, bem como das estruturas de salas de aulas, bibliotecas, laboratórios, áreas experimentais e a composição da equipe de gestão da reitoria e dos *campi*. A decisão de aderir ao ENEM como forma de ingresso aos cursos de graduação da UFFS, a bonificação aos estudantes de escolas públicas, o início das aulas em 29 de março de 2010, a realização de concursos docentes e técnicos com apoio da UFSC também foram objetos de debate e deliberação pela Comissão de Implantação.[10]

O conjunto dos debates no interior do Movimento Pró-Universidade Federal e da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, que não foram poucos e nem sempre amistosos, tiveram grande importância porque conceberam uma Universidade Federal para atender às demandas urbanas e rurais da região de fronteira. O perfil institucional foi maturado aos poucos e sinalizava (e ainda sinaliza) para os grandes dilemas do início do século XXI, exigindo forte compromisso com a formação de professores, profissionais e pesquisadores, atentos à sustentabilidade ambiental e ao princípio de solidariedade; a defesa dos preceitos democráticos, da autonomia universitária, da pluralidade de pensamento e da diversidade cultural com participação dos diferentes sujeitos sociais nos órgãos de representação colegiada e estudantis; a construção de dispositivos que combatam as desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; a valorização da agricultura familiar e no cultivo de alimentos orgânicos e agroecológicos como caminho para a superação da matriz produtiva existente; o pensar e fazer-se de uma Universidade Pública, de postura interdisciplinar e de caráter popular.[11]

As reflexões de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Florestan Fernandes, José Arthur Giannotti, Marilena Chauí e Renato Janine Ribeiro sobre a história, os debates e os embates das universidades públicas brasileiras, sobretudo a partir da década de 1930, perpassando pelos tempos ditatoriais e várias reformas universitárias, contribuíram, direta e indiretamente, para embasar o projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul. Não menos importante foram as reflexões de Boaventura Sousa Santos sobre os cenários do ensino

10 LINHA do tempo com o histórico da UFFS de 2005 a 2010. **Acervo arquivístico**. Disponível em: https://acervo.uffs.edu.br/index.php/linha-do-tempo-com-o-historico-da-uffs-de-2005-a-2010. Acesso em: 14 ago. 2022.

11 PERFIL Institucional UFFS. **Universidade Federal da Fronteira Sul**. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/perfil. Acesso em: 15 ago. 2022.

superior no continente europeu e latino-americano, evidenciando os caminhos e descaminhos das reformas universitárias nascidas naquele continente a partir do Tratado de Bolonha (1999) e os reflexos a curto, médio e longo prazo sobre o Ensino Superior Público, Comunitário e Privado na América Latina. Boaventura Sousa Santos alertava para o cenário neoliberal e o ataque incisivo ao Ensino Superior Público na tentativa de impor, via privatização, terceirização e cobrança de mensalidades, a lógica do ensino superior como mercadoria (iniciada, no caso brasileiro na década de 1960, ganhando fôlego a partir da década de 1990 com a criação de políticas públicas visando o financiamento estudantil, como o Fies).[12]

A materialização de um projeto de Universidade

Conceber a UFFS foi fruto de longos, e em alguns momentos, de tensos debates. Criou-se um projeto de Universidade sem igual, por atores diversos, voltada a atender as demandas da região da fronteira, no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa, na extensão e na cultura. Era necessário, agora, tornar a Universidade palpável, viva e pulsante. A equipe de gestores *pro tempore*, na reitoria e nos *campi* da UFFS, foi definida a partir da sintonia dos professores, técnico-administrativos e membros da comunidade regional com o projeto de universidade. Muitos dos membros da comissão de implantação fizeram parte da equipe de gestores *pro tempore*, sob a batuta do professor Dilvo Ilvo Ristoff e, adiante, pelo professor Jaime Giolo. A Universidade Federal de Santa Catarina, como dito anteriormente, foi acolhida como tutora da UFFS nos primeiros anos, para dar suporte à tramitação de licitações, concursos e gestão de pessoas.

Várias foram as frentes de atuação, das quais destacamos as adequações nos prédios, escolas e pavilhões que abrigariam as primeiras turmas de alunos, docentes e técnico-administrativos; as obras de edificações dos prédios de salas de aula e laboratórios, bem como a acessibilidade aos *campi* definitivos; a aquisição de mobiliários, livros e material de laboratórios; a realização de novos concursos; a produção de um número significativo de regramentos e políticas institucionais para normatizar o funcionamento da UFFS em suas diferentes instâncias; a produção dos projetos pedagógicos dos 33 cursos (42 ofertas, pois alguns cursos replicavam-se em dois períodos – matutino e noturno) de graduação e posterior postagem no e-MEC. O desafio era imenso, pois o quadro de servidores era, inicialmente, de 332 pessoas (154 docentes e 178 técnico-administrativos), distribuídos em 5 *campi* e reitoria. Em fins de 2011, o quantitativo de servidores havia sido ampliado para 504 pessoas (238

12 SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no século XXI**: para uma Universidade Nova. Coimbra: Almedina, 2008.

docentes e 266 técnico-administrativos).[13]

Em pouco mais de um ano de funcionamento, o Estatuto da UFFS tomou forma; o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho Estratégico Social (CES) foram constituídos e, junto com a elaboração de seu Regimento Interno, foi produzido e aprovado o Regimento Geral da UFFS. Ainda em 2010, o Regulamento da Graduação e outras políticas (de cotas/vagas, de permanência, de estágios, de mobilidade acadêmica e de monitorias) foram aprovadas. Também foram implantados os seguintes programas: Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Nos *campi*, os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação passaram a ser produzidos e, no decorrer dos anos de 2012 a 2014, foram apreciados e aprovados pelo Consuni, seguidos de postagem no e-MEC. Na medida em que os projetos pedagógicos eram postados, comissões de avaliadores do INEP/MEC eram compostas para visita *in-loco* com o intuito de avaliar os cursos de graduação. Notas de excelência (4 e 5) foram atribuídas à maioria dos cursos de graduação da UFFS, muitos deles, avaliados ainda nas estruturas prediais e laboratoriais provisórias existentes nos *campi*.[14]

Os primeiros prédios de salas de aulas e de laboratórios construídos nos *campi* definitivos foram finalizados e disponibilizados para uso entre fins de 2012 e fins de 2014. É importante destacar que cada *campus*, ainda que tenham recebido prédios com mesmo formato, possuem características geográficas, arruamentos e projetos paisagísticos diferentes, respeitando a flora regional e as demandas por áreas experimentais pelos cursos de graduação, este último, com ênfase na multidisciplinaridade. Neste ritmo, de obras e infraestruturas, em meados de 2012, um novo *campus* foi criado, o *Campus* Passo Fundo, para receber um novo curso de graduação: Medicina, via plano de expansão de vagas para cursos de Medicina do MEC. Poucos meses depois, nova autorização foi concedida à UFFS, para abertura de outro curso de Medicina, no *Campus* Chapecó. Até meados de 2019, haviam sido investidos R$ 263.054.644,79 em obras nos *campi*.[15] Tal rubrica poderia ter sido maior, porém a partir de 2015 se estendendo a 2022, o orçamento do MEC destinado às universidades foi contingenciado e reduzido ano após ano. As poucas obras realizadas nos últimos anos deve-se, sobretudo, ao remanejamento de valores de custeio não utilizados durante a pandemia,

13 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão Pro Tempore**: 2009-2015. Chapecó/SC: [s.n.], 2015. p. 52.
14 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Boletins informativos**. Chapecó/SC: [s.n.], [entre 2015 e 2019]. n. 01-250.
15 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual**: 2020 e 2021.Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

migrados para a rubrica de capital e destinado à conclusão de obras iniciadas e de pequenos prédios destinados a espaços de socialização, praças de alimentação, depósitos e almoxarifados.[16]

Em 2010, a UFFS iniciou com 33 cursos de graduação. Em 2015, eram 42 cursos de graduação. Em fins de 2022 contava com 55 cursos de graduação. Com a integralização e consolidação da maioria dos cursos de graduação da UFFS, novos desafios surgiram e têm exigido ações diversas. Dentre estes desafios estão os índices de evasão e a baixa procura nos processos seletivos em alguns cursos de graduação. As políticas de auxílios socioeconômicos (auxílio-alimentação, moradia, transporte, bolsa permanência, bolsas de iniciação acadêmica e auxílios provisórios) destinadas a estudantes de graduação não têm conseguido manter todos os que recebem auxílio estudando. Se anterior à pandemia de Covid-19 os índices se mostravam preocupantes, durante e pós-pandemia, os índices subiram ainda mais, motivados, sobretudo, pela precarização das condições de vida, renda e trabalho dos estudantes e seus familiares.[17] É sabido que não se trata de um problema exclusivo da UFFS, mas de uma situação que se repete em todas as Universidades Públicas, Federais, Estaduais e Comunitárias. O debate acadêmico sinaliza sintomas diversos. Para além do aspecto econômico e social, há influência dos cursos ofertados na modalidade EaD, cujos custos totais para se obter a diplomação são significativamente menores do que em curso de graduação presencial, mesmo numa universidade pública e gratuita, além do tempo do processo formativo. Há, ainda, um crescente desinteresse pelas novas gerações de jovens em optar pelo ensino superior como caminho para o exercício de uma profissão e atuação na sociedade. Existem grupos de estudos nos *campi*, fomentado pela Pró-Reitoria de Graduação, estudando essas e outras questões, bem como eventos de socialização e debates.[18]

Para além da graduação, a UFFS, desde seus primeiros passos, também dedicou-se a pensar as ações de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura. De início, era necessário produzir as políticas de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura. Mas não existiam documentos orientadores. Para produzir um documento norteador, foi necessário organizar

16 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual**: 2020 e 2021.Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

17 NIEROTKA, Rosileia Lucia; BONAMIGO, Alicia Maria Catalano de; CARRASQUEIRA, Karina. Acesso, evasão e conclusão no Ensino Superior público: evidências para uma coorte de estudantes. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 31, n. 118, p. e0233107, jan. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003107. Acesso em: 22 out. 2022.

18 UFFS realiza evento para discutir evasão nos cursos de graduação: Evento on-line ocorre na quarta-feira (1º), das 13h30 às 17h. **Universidade Federal da Fronteira Sul**, 30 ago. 2021. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao_social/noticias/uffs-realiza-evento-para-discutir-evasao-nos-cursos-de-graduacao. Acesso em: 22 out. 2022.

um conjunto de eventos nos *campi*, intitulado: "Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (COEPE): Construindo agendas e definindo rumos" estruturado em 12 eixos temáticos, no formato de mesas redondas com ampla participação de docentes, discentes, técnico-administrativos e comunidade regional. Dos debates e encaminhamentos realizados nos *campi*, sistematizados por comissões relatoras, na plenária final ocorrida no início de setembro de 2010, foi aprovado o documento norteador das ações prioritárias de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e cultura a serem viabilizados e implementados nos próximos anos. Deste documento, foram escritas, debatidas e aprovadas as políticas de pesquisa, de pós-graduação, de extensão e de cultura. Também deu origem ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Uma segunda edição da COEPE, seguindo o modelo anterior, foi organizada em 2018, produzindo novo documento orientador e novo PDI.

Com o ingresso de novos docentes no decorrer dos primeiros anos, pôde-se avançar na integralização da grade curricular dos cursos de graduação e, ao mesmo tempo, da submissão dos primeiros grupos de pesquisas da UFFS no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq e a formalização dos primeiros Grupos de Trabalho (GT) para produzir propostas de programas de Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu.* Em 2012 obteve-se a aprovação dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos e em Educação, ambos com sede no *Campus* Chapecó. Outros 6 programas de Mestrado foram aprovados junto aos Comitês de áreas da Capes até 2015. Com a integralização dos cursos de graduação e a finalização da primeira fase de obras prediais e de infraestrutura nos *campi*, somado à reformulação de alguns cursos de graduação e a oferta apenas no período noturno de outros cursos (motivados pela evasão em cursos de licenciaturas ofertados no período matutino) houve condições propícias para os docentes criarem GTs e submeterem novas propostas de programas de mestrado acadêmico e profissional. Em fins de 2022, havia 18 programas de mestrado e 3 programas de doutorado, dois deles, interinstitucionais. Alguns programas de mestrado obtiveram nota 4 da Capes na avaliação quadrienal (2017-2020) e submeteram propostas de doutorado em janeiro de 2023. Para além dos mestrados e doutorados, ofertam-se, ainda, programas de Residências Médicas, Residências Multiprofissionais e mais de uma dezena de cursos de especialização.

No que se refere à pesquisa e extensão, nos primeiros anos da UFFS foram constituídos o Comitê de Ética em Pesquisas com Humanos (CEP), o Comitê de Ética no uso de Animais (CEUA) e a Comissão Interna de Biossegurança (CIBIO), bem como os Comitês Assessores de Pesquisa e de Extensão e Cultura nos *campi*, para apreciar e emitir pareceres

técnicos sobre as propostas. Em 2013, o Conselho Universitário, mediante a realização de audiências públicas nos *campi*, decidiu por não constituir uma fundação de apoio e gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão e, por conseguinte, autorizou a realização de acordos e convênios com fundações de outras universidades públicas situadas no sul do Brasil, para a gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão institucionalizados com recursos oriundos de fontes externas (emendas parlamentares, editais de fomento oriundo de empresas públicas, privadas e fundações estaduais – Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária).

Entre 2010 e 2022, UFFS, CNPq, Capes, Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária investiram, juntas, um valor superior a 15 milhões de reais em recursos financeiros para bolsas de pesquisas, extensão e cultura; para fomento de grupos de pesquisas; para custeio a projetos de pesquisa, extensão e cultura. Não menos importante foram os investimentos realizados pela UFFS em infraestrutura, mobiliários e equipamentos destinado aos 240 laboratórios didáticos e de pesquisas existentes e distribuídos nos *campi* da UFFS. Entre 2010 e 2022, foram investidos aproximadamente 10 milhões de reais para aquisição de materiais de consumo, mobiliários, equipamentos e contratação de serviços (coleta de resíduos e manutenção de equipamentos).[19] Ao longo dos anos, professores e estudantes, de graduação e de pós-graduação, bolsistas ou voluntários, publicaram artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais, ou no formato de livros e capítulos de livros, além de apresentações de trabalhos em eventos científicos em congressos, seminários e semanas acadêmicas. Essas publicações ajudaram a compor o conjunto de produções acadêmicas inseridas no Currículo *Lattes* dos docentes e discentes, contribuindo, por exemplo, na submissão e aprovação de programas de pós-graduação e, aos egressos dos cursos de graduação, a serem aprovados em concursos ou em processos seletivos em programas de pós-graduação, no Brasil ou no exterior.

A gestão *pro tempore* se encerrou em 2015 e, neste mesmo ano, houve a consulta pública para a escolha dos novos gestores da UFFS, na reitoria e nos *campi*. Na reitoria, o professor Jaime Giolo e o professor Antonio Inácio Andrioli foram reconduzidos ao posto de reitor e vice-reitor, agora eleitos. Nos *campi*, novos diretores. Todos almejavam dar continuidade ao projeto de universidade que, ao longo dos anos, tornava-se real, palpável e exigiam atuação firme destes gestores e de suas equipes para finalizar obras, propor novos cursos e produzir novos documentos orientadores para os próximos anos. No entanto, os anos que se seguiram, na economia e na política, obrigaram os gestores a atuarem com um volume

19 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual**: 2020 e 2021.Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

cada vez menor de recursos orçamentários, algumas vezes, contingenciados, noutras vezes, suprimidos.[20] Neste novo cenário econômico e sob o sombrio cenário político que culminou na deposição de um governo em 2016 e o alvorecer de outro, em 2019, a UFFS, assim como as demais Universidades Federais, sobreviveram com poucos recursos financeiros, elegendo prioridades em seus custeios e raras aquisições, algumas delas, complementadas com recursos oriundos de emendas parlamentares.

Em 2019, a consulta pública para escolha de novos gestores levou ao posto de reitor e vice-reitor, os professores Marcelo Recktenvald e Gismael Francisco Perin. Não foram os mais votados na consulta pública, mas mediante envio da lista tríplice ao MEC, foram escolhidos para os referidos cargos. Candidatos a diretores de *campus* mais votados foram conduzidos ao posto de diretor. As restrições orçamentárias tornaram-se mais agudas, bem como os enfrentamentos políticos com o novo governo, frente às tentativas de imposição de reforma universitária. Na UFFS, assim como houve simpatizantes às reformas e à nova gestão da UFFS, houve resistências por parte de servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e comunidade regional, quer às propostas de reforma universitária, quer à gestão 2019-2023. Toda mudança de ritmo e de rumos produzem críticas, tensões e embates. Se por um lado provocam desgastes, por outro lado, suscitaram a defesa de princípios norteadores que sustentaram a concepção da UFFS quando de sua criação.

Com 13 anos de pleno funcionamento, a UFFS, está inserida na grande Mesorregião da Fronteira Sul em seis *campi*, com um quadro de servidores docentes e técnico-administrativos que chegam a 1.500 pessoas e aproximadamente 10 mil estudantes de graduação e de pós-graduação. A visibilidade e a identidade institucional é conhecida e, aos poucos, explicita as diferentes funções da universidade na sociedade: formar pessoas e, com elas, transformar as distintas realidades regionais, urbanas e rurais, via produção científica e cultural.

Chapecó, maio de 2023.

(Texto homologado pela DECISÃO Nº 5/CONSUNI CGAE/UFFS/2023)

20 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Prof. Dr. Fabio Pontarolo

Prof. Dra. Ana Cristina Hammel

3.2 Equipe de elaboração

Ana Cristina Hammel

Christiane Maria Nunes de Souza

Elisandra Aparecida Callegari Gessi

Fábio Luiz Zeneratti

Fabio Pontarolo

Fernanda Marcon

Líria Ângela Andrioli

Marciane Maria Mendes

Maria Eloá Gehlen

Regis Clemente da Costa

Roberto Antônio Finatto

Vitor de Moraes

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Fabiane de Andrade Leite (Diretora de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Neuza M. Franz, Sandra F. Bordignon (Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina (Técnico em Assuntos Educacionais/DOP)

Pedro Adalberto Aguiar Castro (Diretor de Registro Acadêmico/DRA)

Ademir Luiz Bazzotti (Pedagogo), Marina Andrioli (Assistente em administração) (Divisão de Integração Pedagógica - PROEC)

Revisão das referências: Suelen Spindola Bilhar (Bibliotecária-documentalista)

3.4 Núcleo Docente Estruturante do Curso

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, conforme designado na Portaria nº 63/DIR LS/UFFS/2024, é constituído pelos seguintes docentes:

Nome do Professor	Titulação principal	Domínio
Fabio Pontarolo	Doutor	Específico
Ana Cristina Hammel	Doutora	Conexo
Régis Clemente da Costa	Doutor	Específico
Maria Eloá Gehlen	Doutora	Específico
Líria Ângela Andrioli	Doutora	Específico
Elemar do Nascimento Cezimbra	Doutor	Conexo
Elisandra Aparecida Callegari Gessi	Doutora	Específico
Evandro Bilibio	Doutor	Específico

Quadro 1: Composição atual do Núcleo Docente Estruturante do Curso

4 JUSTIFICATIVA

4.1 Justificativa da criação do curso

A implantação da UFFS no município de Laranjeiras do Sul, no Centro-Sul do Paraná, marca o início de uma preocupação da instituição com o desenvolvimento humano e tecnológico da região. Laranjeiras do Sul se localiza no Território Cantuquiriguaçu, que é constituído por 20 municípios: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond. No período de implantação da UFFS, esse conjunto de municípios reunia 233.973 pessoas, representando 2,3% da população estadual e 12,5% da população da área do projeto.

A principal característica dessa área, do ponto de vista econômico, é a atividade agropecuária, que corresponde a 48,9% do valor adicionado do Território Cantuquiriguaçu. O setor industrial e o setor de serviços correspondem a 20,9% e a 30,2% das atividades nesse mesmo local, respectivamente.

Juntamente ao Conselho de Desenvolvimento deste território (CONDETEC), aliada às prefeituras, a Universidade Federal da Fronteira Sul busca desenvolver um Ensino Superior de qualidade que esteja intimamente ligado à pesquisa e à extensão universitárias voltadas às necessidades da região. A Cantuquiriguaçu se caracteriza, também, pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e pelas grandes desigualdades sociais. Outro ponto que se deve levar em consideração é a presença de poucas instituições de ensino superior na região, sendo a UFFS a única pública. Com isso, busca-se a diminuição considerável das taxas de migração populacional para as grandes cidades, tendo como consequência o fortalecimento do território sob o ponto de vista socioeconômico, político e cultural.

A UFFS surge em Laranjeiras do Sul com cinco cursos voltados ao desenvolvimento regional, que vão desde as ciências agrárias, a indústria, a gestão e a formação de professores orientada ao ensino no campo. São eles: Engenharia de Aquicultura, Engenharia de Alimentos, Agronomia com ênfase em Agroecologia, Ciências Econômicas e Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura. Almeja-se que os profissionais formados pela instituição tenham uma preocupação em desenvolver pesquisas e trabalhos que possam ser aplicados aos interesses dos habitantes da região. Em especial, a criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo deixou ainda mais visível a necessidade da construção

de cursos para formação de professores do campo, na modalidade da Alternância.

O Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura foi criado atendendo a demanda formulada pelo Ministério da Educação, por meio do Edital de Chamada Pública n° 2 PROCAMPO, de 31 de agosto de 2012. A previsão do edital era ofertar o total de 360 vagas, sendo 120 vagas anuais. Em Laranjeiras do Sul, isso significou a entrada de seis turmas de 60 acadêmicos. A primeira turma ingressou no Curso no segundo semestre de 2013, ao passo que a última turma ingressou no primeiro semestre de 2017.

O Curso foi institucionalizado na UFFS por meio da Resolução nº 25/2013/CONSUNI, que criou e autorizou o seu funcionamento. Em 2018, com o término das entradas previstas no Edital nº 02/2012, o CONSUNI aprovou a oferta regular do Curso, conforme Resolução nº 05/CONSUNI/UFFS/2018, com 40 vagas anuais, em turno integral, com Regime de Alternância e processo seletivo especial.

O Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura pretende formar profissionais capacitados para atuarem nas escolas do campo, tanto na gestão dessas escolas e demais processos educativos, quanto na docência na área de conhecimento de sua formação. Com esse Curso, pretende-se reforçar o vínculo da educação com a realidade da região e com os anseios dos movimentos e organizações locais, auxiliando no desenvolvimento econômico, social e cultural, promovendo processos educacionais que motivem a permanência do jovem no campo com alternativas profissionais, econômicas e de lazer, resultando em maior qualidade de vida nas regiões de atuação da UFFS, em especial, no Território Cantuquiriguaçu.

O Curso tem como objeto a escola de Educação Básica do Campo, com ênfase na construção da organização escolar e do trabalho pedagógico para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Pretende graduar e habilitar profissionais na Educação Fundamental e Ensino Médio que ainda não possuem a titulação mínima exigida pela legislação educacional em vigor, quer estejam em exercício das funções docentes, quer estejam atuando em outras atividades educativas não escolares junto às populações do campo. Sendo assim, o Curso tem a intenção de preparar educadores para uma atuação profissional que vai além da docência, dando conta da gestão dos processos educativos que acontecem na escola e no seu entorno.

Simultaneamente, o Curso pretende contribuir para a construção coletiva de um projeto de formação de educadores que sirva como referência para fortalecer a política pública da Educação do Campo, estreitando o vínculo do que move essa política com a produção de

referenciais de bases teóricas das Ciências Humanas e Sociais.

Para isso, o Curso possui na estrutura curricular uma proposta interdisciplinar que organiza os componentes curriculares a partir de cinco eixos norteadores: I) Sociedade, Estado e Movimentos sociais; II) Escola e Educação do Campo; III) Sujeitos, Cultura e Identidade; IV) Pesquisa, Etnociência e Saberes; e V) Organização do Trabalho Pedagógico. Esses eixos, inclusive, orientam as ações de pesquisa e extensão realizadas no Curso.

Por fim, é importante destacar que a organização curricular prevê etapas presenciais e etapas realizadas na comunidade, em Regime de Alternância: Tempo Universidade e Tempo Comunidade, respectivamente.

4.2 A demanda de formação de professores para o campo

A universalização da oferta das séries finais do ensino fundamental e médio constitui-se em um dos maiores desafios presentes no sistema educacional brasileiro. Neste contexto, a formação e a ampliação do quadro de educadores que atendam estes níveis de ensino é um ponto fundamental na superação desse desafio.

Uma pesquisa realizada pelo Pnad/IBGE, microdados 2001 a 2004, elaboração Disoc - Ipea revela que 82,2% dos jovens de 15 a 17 anos frequentaram a escola em 2004, porém apenas 45,1% estavam matriculados no ensino médio, que é o nível adequado à faixa considerada. Segundo o mesmo estudo, o mais grave é a presença de uma queda no número de matrículas neste nível de ensino a partir de 2005, nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Essa situação agrava-se ainda mais no meio rural, em que pouco mais de um quinto dos jovens na mesma faixa etária está cursando o ensino médio. A Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA, 2004), feita pelo Instituto Nacional de Pesquisa em Educação (INEP) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), apontava que entre as 8.679 escolas existentes em assentamentos, apenas 373 delas ofereciam o ensino médio.

A escassez e a falta de formação de professores encontram-se entre os vários fatores responsáveis por esse quadro. Segundo dados do INEP, há uma carência de professores para o ensino médio no país, principalmente nas áreas de ciências da natureza. Associado a esse quadro, a evasão nos cursos de licenciatura nas universidades de todo país é excessivamente elevada, por vários fatores que vão desde a repetência sucessiva nos últimos anos à falta de recursos para os alunos se manterem nos cursos.

No momento da criação do curso, o Brasil corria ainda o sério risco de ficar sem professores do ensino médio na rede pública na próxima década. A pesquisa realizada pelo IPEA mostra que em um universo de 2,5 milhões de educadores, cerca de 60% estariam mais próximos da aposentadoria que do início de carreira. A situação dos professores de ensino fundamental das escolas do campo era ainda mais preocupante. De cada 100 professores que atuavam de 6ª a 9ª ano, 57 cursaram o ensino médio e de cada 100 professores que atuavam neste nível, 21 só tinham o próprio ensino médio. Nas séries iniciais, de cada 100 educadores apenas 9 tinham curso superior, mas havia professores que não fizeram nem o magistério nem concluíram o ensino médio (8% do total). Esse dado destacava a grande demanda de formação de educadores para as escolas do campo.

A ampliação de cursos de licenciatura para formação de educadores do campo pretende atingir, no caso da mesorregião do Paraná, professores que não possuam a titulação mínima exigida, os não habilitados, que estejam atuando em escolas do campo, jovens inseridos nos movimentos sociais, que concluíram o Ensino Médio e possam melhorar os processos educativos em suas regiões, professores que já possuam formação universitária mas pretendam ampliar seus conhecimentos nas áreas de formação, e outros interessados.

No Paraná é alto o índice de professores habilitados em Pedagogia que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas do campo, como nos outros estados do sul do país. Entretanto, a mesma oferta de habilitados não ocorre com vistas à ampliação do ensino fundamental para os anos finais e, muito menos, com vistas ao ensino médio, pois o número de escolas que oferecem o ensino fundamental no campo paranaense. Portanto, essa proposta insere-se na perspectiva de ampliação das Séries Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nas áreas rurais.

A implementação de um Curso de Graduação em Educação do Campo – Licenciatura oferecida pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, se fez necessária em função do atendimento dos anseios das organizações e dos Movimentos Sociais e populares, bem como, das populações camponesas que vivem nos municípios pertencentes ao território Cantuquiriguaçu.

Um fator relevante para a implementação de ações voltadas para a educação e para o desenvolvimento, é o fato de que na região supracitada, mais de 50% da população vive e desenvolve atividades relacionadas com o meio rural e, no entanto, com o processo de nuclearização, houve um processo que poderia ser chamado de urbanização do ensino, pelo qual a maioria das escolas do campo foram fechadas e seus estudantes colocados em

transporte escolar, sendo levados para os centros urbanos. A consequência para o campo tem sido das piores possíveis. Os jovens saem do campo para estudar e estudando não mais querem viver no campo, pois a educação urbanista/capitalista que prega a competitividade, reforça a ideia de estudo enquanto forma de ascensão social, segundo a qual é preciso estudar para conseguir um bom emprego ou passar nos processos de ingresso ao Ensino Superior. Esta educação acaba por negar o campo enquanto um espaço de vida, de cultura e de história, passando a visão deste espaço, como algo atrasado, reforçando desta forma o campo, como um espaço de produção de mercadorias e de desenvolvimento capitalista.

No entanto, muitas escolas foram mantidas no campo, com apoio dos camponeses que compreendem a importância direta desta instituição na vida da comunidade. Neste contexto, nos cinco municípios da região citada haviam 46 escolas do campo municipais que atendiam 5.500 educandos, 7 CFRs (Casa Familiar Rural), 20 Colégios Estaduais, que atendiam 10.000 educandos. Nestes municípios encontrava-se em fase de estudo de EJA, mais de 1.000 jovens e adultos dos quais 200 educandos cursaram o Programa Saberes da Terra no Território Cantuquiriguaçu (um dos onze Projetos Piloto do Ministério de Educação, Ministério de Ciência e Tecnologia; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Trabalho, implementados no Brasil, que mais tarde se tornaram o ProJovem Campo-Saberes da Terra) e os demais estavam em Programas de alfabetização e EJA Fase I. O problema evidenciado nas práticas pedagógicas realizadas nestas instituições, era o fato de que o corpo docente atuava e residia no perímetro urbano, com cultura e formação urbanistas e reproduziam esses valores em suas práticas.

Com um curso de Graduação em Educação do Campo - Licenciatura, pretende-se também a formação de educadores camponeses, para atuar em escolas deste contexto, procurando assim romper a dicotomia de ter escolas no campo, mas não ter educação do campo. Um problema mais grave ainda, que prejudica a educação nas escolas camponesas, é que para fechar uma quantidade razoável de aulas, educadores atuam em áreas totalmente alheias a sua formação acadêmica, e há um número considerável de professores que não tem formação acadêmica completa.

O Curso de Graduação em Educação do Campo – Licenciatura, criado na UFFS ainda em 2010, teve e manteve a pretensão de formar profissionais capacitados para atuarem nas escolas do campo tanto na gestão destas escolas e demais processos educativos do campo quanto na docência na área de conhecimento de sua formação. Com este curso, pretende-se reforçar o vínculo da educação com a realidade da região e com os anseios dos movimentos e

organizações locais, auxiliando no desenvolvimento econômico, social e cultural, promovendo processos educacionais que motivem a permanência do jovem na região/campo com alternativas profissionais, econômicas, de lazer, promovendo maior qualidade de vida no território Cantuquiriguaçu.

4.3 Justificativa da reformulação do Curso

A necessidade de reformulação do Projeto Pedagógico do Curso se justifica diante da revogação das Diretrizes para Formação de Professores (Resolução nº 2, de julho de 2015); das definições da II Conferência das Licenciaturas da UFFS, realizada entre os anos de 2022 e 2023, que resultou na Política Institucional da UFFS para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica.

Outra especificidade colocada se refere ao tempo de duração do próprio Curso, uma vez que a avaliação do Colegiado e NDE é que o Curso pode ser efetivado em 8 semestres letivos, sendo que o TCC será apresentado no final do oitavo semestre. Outro elemento de reformulação foram as novas diretrizes de Extensão e Cultura, **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Superior (CES)**, vale considerar que o Curso tenha essa prática materializada no Tempo Comunidade (TC), como espaço e tempo de pesquisa, de extensão junto às comunidades de onde são oriundos os acadêmicos As novas diretrizes possibilitaram um olhar para a estrutura curricular do Curso no sentido de propor componentes que pudessem dialogar diretamente com os trabalhos de extensão realizados no TC. Assim foram propostas os Seminários de Socialização da Extensão I, II e III, estes também precedem os estágios curriculares supervisionados, como instrumentos de pesquisa e preparação para o próprio exercício docente.

Outras avaliações realizadas pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso apontaram a necessidade de ajustes nas ementas dos componentes curriculares, bem como, a adequação de sua carga horária (aumento no número de horas dos componentes curriculares (CCRs) do Domínio Específico) e do semestre de oferta, considerando a sua relação com os estágios de docência nas escolas da Educação Básica.

Com relação aos componentes curriculares do domínio específico das áreas de formação do curso, consideramos a experiência nos estágios curriculares das primeiras turmas que concluíram o curso. Os docentes e os estudantes envolvidos com os estágios apontavam a necessidade de introduzir com maior antecedência a discussão dos conteúdos específicos, pois

estes formam os conhecimentos iniciais necessários à preparação das atividades dos estágios de docência. Dessa forma, os componentes curriculares do domínio específico foram adiantados em dois semestres na reformulação do PPC.

Outro elemento considerado no processo de autoavaliação é a integração entre as áreas do conhecimento nas ciências sociais e humanas, o trabalho pedagógico na escola e a relação com a comunidade, considerando que esses são princípios norteadores da Educação do Campo, conforme estabelecem as diretrizes curriculares de 2002. Nesse sentido a reformulação se estende a um conjunto de fatores que retomam a natureza e a especificidade da formação de educadores/as do campo, por área do conhecimento para atuar preferencialmente em escolas públicas em territórios camponeses e indígenas.

As adequações curriculares visam, portanto, a ampliar o entendimento dos conhecimentos necessários à consolidação da área de Ciências Sociais e Humanas e do trabalho docente nas escolas públicas da Educação Básica, sejam elas no campo ou na sede dos municípios, conforme a proposição da demanda apresentada neste documento.

Considera-se, assim, o princípio da flexibilidade curricular na formação inicial de professores e o desenvolvimento integrado das atividades de ensino, pesquisa e extensão que ocorre principalmente em CCRs do Domínio Conexo e do Domínio Específico, fortalecendo a política institucional no que se refere à conexão entre as licenciaturas e as especificidades de cada área de formação (filosofia, sociologia, história e geografia).

5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais)

5.1 Referenciais ético-políticos

Parte-se do pressuposto que a Educação do Campo como parte da questão agrária brasileira, se estrutura a partir da mobilização dos movimentos sociais populares, com vistas à politização e à formação humana no sentido contra-hegemônico.

Entende-se que a proposta do curso se inscreve na perspectiva histórica, dando sentido para os princípios ético-políticos e a sua constituição nos marcos legais. Essa compreensão, insere o processo de constituição da concepção de Educação do Campo no âmbito da totalidade histórica e como resultado/consequência necessária do movimento da realidade e das suas contradições sociais e de classes.

Nesse aspecto, entende-se que a construção, produção e socialização dos conhecimentos científicos e culturais devem ser garantidos a todos, uma vez que se caracterizam como bens universais pertencentes a toda a humanidade, pois são heranças da história e da sua construção pelos seres humanos, e, como tais, devem ter garantidos o acesso e, em sua produção, as bases materiais onde se insere a Universidade.

Nos diversos campos do conhecimento científico, as discussões e as novas proposições passaram de forma sistemática e profunda a questionar a fragmentação do conhecimento e, em muitos casos a necessária importância de estar ligados com a produção e reprodução da existência dos sujeitos educativos e de modo geral da realidade.

Nesse sentido, nasce um dos mais importantes princípios, que é justamente o aspecto político classista da educação, explicitando-se a opção pela população do campo na perspectiva de desvelar a sociedade de classes e tornar a educação um instrumento importante na luta para a superação das desigualdades.

Desse modo, o curso representa um projeto político-ideológico, definido a partir de uma análise das bases fundantes-materiais dentro do sistema capitalista atual que constrói as relações e as desigualdades sociais e, dentro deste, as disputas teóricas acerca das formas de conhecer.

Considerando o contexto histórico regional/nacional nos últimos anos, que teve o terreno da luta de classes marcado por reivindicações de direitos sociais a partir da afirmação econômica, política, social e cultural de diferentes sujeitos históricos, inscrevem-se as lutas dos camponeses pobres afirmando-se enquanto agentes de transformação social. Da formação

social e cultural desses movimentos sociais populares, nascem diferentes projetos pedagógicos, dos quais a concepção de Educação do Campo faz parte. O compromisso ético-político da Universidade com a formação de novos educadores e educadoras precisa partir concretamente da base material mencionada acima. Aliado a isso, tem-se o compromisso com a formação de professores da educação básica pública, em conformidade com os objetivos e princípios da Política Institucional da UFFS para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica.

Fortalecer a perspectiva da Educação do Campo é, portanto, uma necessidade histórica para os camponeses, tendo em vista que o quadro social em que ela se inscreve e a necessidade de se ter claro, quais as finalidades desse tipo de organização e construção de conhecimento, uma vez que a educação não é neutra e que nenhum projeto pedagógico está isento das lutas de classes que atravessam a nossa sociedade. Trata-se, portanto, no plano político, de que por meio do processo educativo de novos trabalhadores em educação, gerar uma análise que possa indicar o caráter transformador na educação e na sociedade. Assim, embasamo-nos nas teorias de Paulo Freire e Florestan Fernandes.

Entende-se que juntamente com a perspectiva da Educação do Campo também há necessidade de um projeto de campo, em que a construção do conhecimento possibilita uma nova concepção de desenvolvimento que tenha como ponto de partida a crítica do modelo de desenvolvimento sob a égide do capital.

Assim, a concepção de Educação do Campo, neste cenário de contradições, pode ser o ponto de partida de fortalecimento e revitalização das bases teóricas que defendem que a transformação do conhecimento se dá na base material da sociedade. Desse modo, o ensino, a pesquisa e a extensão devem levar em consideração as bases materiais e o mundo do trabalho.

Tem-se o desafio de vincular a discussão metodológica da educação e do processo de conhecimento que está na base (sujeitos do campo e relações de classe) às questões gerais da organização social/coletiva e sua ligação com o mundo da produção que responde à materialidade de existência desses sujeitos que fundamenta e dá sentido ao processo educativo.

Entende-se, portanto, que na base de todas as relações humanas, determinando e condicionando a vida, as classes sociais, está o trabalho como atividade humana intencional que envolve e desenvolve formas de organização, objetivando a produção dos bens necessários à existência humana.

Ao situar educação-trabalho-formação-intervenção, trazendo as relações sociais para

discussão na formação dos estudantes, efetiva-se a educação como prática social e cultural, como ação humana e como ação-intervenção cultural e política que considera, desde o planejamento até a efetivação do processo pedagógico, pensamentos, valores e aspirações, enfim, seres humanos que passam a perceber o sentido da educação.

Desse modo, o/a egresso/a do Curso estará dotado de um conjunto de saberes que o/a qualificam para atuar como docente na educação básica pública, no âmbito do ensino, da gestão educacional e da coordenação pedagógica e dos processos de produção e difusão do conhecimento.

5.2 Referenciais epistemológicos

A ciência é uma produção humana, histórica e de classe. A Educação do Campo parte da compreensão de que o conhecimento produzido atende a diferentes interesses, tendo, portanto, uma intencionalidade. A apreensão das relações que compõem cada fração da realidade, que estruturam a base das ciências humanas e sociais trata de descobrir, determinar e representar mentalmente a sociedade e as relações que a produzem. E são as representações assim formadas e elaboradas que precisamente constituem o que entendemos por conhecimento (PRADO JÚNIOR, 2001, p. 34).

A Educação do Campo parte de uma compreensão ampliada de ciência e do conhecimento, ele precisa servir à elevação da consciência de classe dos trabalhadores, sobretudo aqueles do campo. No campo e na escola do campo há saberes que extrapolam os limites da universidade, há um tipo de conhecimento, produto das relações e das condições locais, a ser sistematizado.

A especificidade do conhecimento na área de ciências sociais e humanas é o trabalho com a sociedade e a sua modificação no tempo e no espaço. A sociedade presume o entendimento amplo das categorias sociais, por isso a interdisciplinaridade é um referencial importante no trato da ciência e do conhecimento. A relação ampla entre os saberes e o real concreto visa a formação de educadores que sejam ao mesmo tempo pesquisadores e produtores de conhecimento. Essa formação deve responder às necessidades das comunidades onde as escolas estão localizadas.

Neste sentido, concordamos com Frigotto (2008, p. 43-44), sobre a necessidade da interdisciplinaridade:

> A necessidade da interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, una e diversa e na

> natureza intersubjetiva de sua apreensão, caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam dos limites do objeto investigado. Delimitar um objeto para a investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente. Ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. É neste sentido que mesmo delimitado um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável.

Deste modo, entendendo a natureza histórica da ciência e o conhecimento como prática social, a natureza e a especificidade das ciências humanas, que deve cumprir um papel na sociedade e no trabalho dos educadores do campo. Destacamos a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, que entende o conhecimento como construção sócio-histórico, como práxis social, com amplitude e a diversidade das experiências humanas no tempo e no espaços, dada a dimensão cultural ao processo permanente de diálogo e construção coletiva em que a ciência, a ética e a estética se congregam para construir o trabalho como valor ontológico.

Cabe destacar pontos fundamentais de intersecção com a Educação do Campo, como a importância do conhecimento na emancipação do sujeito, na qualificação da sua ação consciente de seu papel na atuação concreta, assim como seu caráter dialógico e coletivo. Isto significa formar um docente criativo, participativo, sensível às questões de seu tempo e de seu espaço, capaz de indignar-se e construir, coletivamente, soluções para as questões de seu tempo e história.

O trabalho docente, na sua especificidade, possui uma identidade própria, fruto das relações tecidas num contexto histórico e da trajetória que constrói nos espaços de ensino. Sendo um trabalho docente é importante levar em consideração cada sujeito deste processo, seus espaços de vida e de trabalho, sua forma de entender as relações humanas e econômicas de produção da existência. Desta maneira, a organização da sociedade para o mercado e, sobretudo a relação vertical dos órgãos oficiais para com a escola e professores têm roubado a criatividade da práxis, minimizando suas tarefas à reprodução de modelos, critérios de qualidade da indústria, adestramento do corpo, mentes e ritmos, desde a academia até as escolas da infância das classes trabalhadoras.

Giroux (1997, p.197) analisa que os “programas de formação de professores são destinados a criar intelectuais que atuem segundo interesses do estado”, justificando assim, alguns currículos e projetos de formação destituídos de importantes conhecimentos para a compreensão da vida e do cotidiano. Soma-se a isso, a forma de lotação nas escolas e a precarização da formação continuada.

Buscando uma formação ampla, vinculada à prática social e à materialidade do campo e das escolas do campo, a UFFS, nas diretrizes para os cursos de licenciatura, propõe um currículo que atenda o seguinte:

> I - Articulação do conjunto das atividades curriculares com a formação de professores para atuar na Educação Básica Pública no âmbito do ensino, da gestão da educação, da coordenação pedagógica e da produção e difusão do conhecimento, envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura;
> II - Estabelecimento de uma relação com o contexto escolar ao longo de todo o percurso formativo, definindo a escola como instituição co-formadora de professores;
> III - Articulação dos saberes teórico-conceituais das áreas com o currículo da instituição escolar;
> IV - Fortalecimento da integração entre os cursos de licenciatura e articulação com ocontexto escolar;
> V - Promoção do desenvolvimento de habilidades práticas para o exercício da docência através da articulação de conhecimentos conceituais, contextuais e pedagógicos;
> VI - Oportunidade ao estudante para definir uma parcela de sua trajetória formativa através da flexibilidade curricular;
> VII - Articulação da formação inicial com a formação continuada, incluindo as relações entre os cursos de graduação e de pós-graduação;
> VIII - Articulação das atividades nas diferentes modalidades de ensino com os programas de ensino, pesquisa, extensão e cultura definidos no projeto pedagógico do curso;
> IX - Articulação entre os domínios curriculares, abarcando o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura;
> X - A curricularização da extensão se concretiza nos três domínios formativos curriculares – domínios Comum, Conexo e Específico – conforme normatização institucional;
> XI - Atenção às especificidades locais e dos cursos (tais como regime de alternância, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação de Jovens e Adultos, Educação Quilombola, oferta de componentes fora do período letivo regular, atuação em outros espaços educativos escolares e não escolares), em consonância com o perfil de formação das licenciaturas e com o projeto institucional;
> XII - A oferta de propostas curriculares com organizações específicas, a exemplo do regime pedagógico da alternância, será incentivada por meio de políticas institucionais próprias (Resolução nº52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024).

Nesse sentido, a concepção de ciência e conhecimento no curso se vincula a uma dimensão prático-social, articulada à natureza histórica e à luta dos trabalhadores por escola e pelo direito à educação no lugar onde vivem, com uma formação humana *omnilateral* e classista, dialogando com as áreas da geografia, história, sociologia, filosofia.

5.3 Referenciais Metodológicos

Os referenciais metodológicos na formação de professores do curso de Educação do Campo partem da concepção de docência como atividade profissional intencional e das ciências sociais e humanas (Filosofia, Sociologia, Geografia e História), baseada nos

conhecimentos historicamente produzidos pelo conjunto da humanidade. Composta por uma multiplicidade de saberes teóricos práticos (considerando a articulação entre teoria e prática e a interação com os espaços educacionais enquanto possíveis campos de pesquisa e extensão), conceituais e didático-pedagógicos do curso, tais referenciais visam a atividade interdisciplinar e articuladora do saber formativo necessário para a atuação profissional nas distintas etapas e modalidades do ensino da educação, direcionada para a Educação Básica pública.

Considera-se a indissociabilidade entre teoria e prática nos referenciais metodológicos do curso, compreendendo a prática como momento integrado à formação teórica. Como componente curricular, a prática em Educação do Campo está focada na formação para a prática da docência, tendo sua aplicação mais direta nos componentes de Estágio Curricular I e Estágio curricular supervisionado II, III, IV e V, onde se articulam as categorias conceituais das ciências sociais e humanas com o currículo escolar da Educação Básica pública, tanto no ensino quanto na gestão e coordenação pedagógica. Através do Estágio Curricular Supervisionado (420 horas) e da Prática como Componente Curricular (425 horas) espera-se que o acadêmico de Educação do Campo desenvolva habilidades práticas para o exercício da docência na Educação Básica, onde se articulam conhecimentos conceituais, contextuais e pedagógicos.

Levando em consideração a especificidade do curso em Regime de Alternância e a amplitude de referenciais didático-pedagógicos da área de formação em Ciências Sociais e Humanas, os estágios do Curso de Educação do Campo podem ocorrer em outros espaços educativos além da Educação Básica pública. Para além dos espaços educativos escolares, os componentes de estágio curricular supervisionado preveem, em momentos específicos, a prática da docência em espaços não escolares, neles incluídos associações de moradores e espaços educativos dos movimentos sociais do campo, das terras indígenas e dos movimentos quilombolas nos quais os acadêmicos estão articulados.

A formação integral do acadêmico de Educação do Campo em Ciências Sociais e Humanas considera a indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a extensão. Dessa forma, a formação acadêmica no curso também prevê a construção e difusão do conhecimento, compreendendo-o como práxis social atrelada à transformação dos processos sociais. O conhecimento sistematizado no curso de Educação do Campo, através da pesquisa e da extensão, permite a articulação dos diferentes sujeitos da comunidade acadêmica e escolar. Dessa forma, a concepção do espaço-tempo formativo no curso é dinâmica e dialógica,

priorizando estratégias de ensino e metodologias que tragam a relação do objeto de estudo com a prática social dos sujeitos em suas experiências e dimensões culturais e de trabalho. Essas relações estão articuladas às atividades realizadas tanto em Tempo Universidade quanto em Tempo Comunidade, onde o objeto de cada componente curricular pode ser indagado, compreendido e problematizado de acordo com a realidade social e cultural do acadêmico.

O planejamento das ações didático-pedagógicas ocorre no Colegiado do curso, envolvendo representantes da comunidade acadêmica e da comunidade regional. Na organização colegiada são discutidas e definidas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que serão desenvolvidas no curso, assim como as atividades práticas de estágio, e da Prática como Componente Curricular (PCCr), onde a articulação entre a Universidade, a escola e a comunidade se estabelecem. Do planejamento e avaliação das ações no Colegiado do curso se estabelecem estratégias de qualificação dos processos de ensino e aprendizagem, os quais orientam os referenciais didático-metodológicos a serem utilizados.

Reafirmando o compromisso com a democratização do conhecimento e melhoria da qualidade do ensino da Educação Básica pública estabelecidos nos princípios institucionais da UFFS, os referenciais didático-pedagógicos do curso atendem às políticas de inclusão diretamente vinculadas às articulações pedagógicas no âmbito do *campus*, vinculados à Coordenação Acadêmica. Dessa forma, o colegiado mantém diálogo permanente com os fóruns dos domínios curriculares e das coordenações de estágio e TCC, assim como com o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e com os setores e comissões específicos da Universidade e do próprio curso (SAE, Acessibilidade, PIN, Pró-Imigrante, Processo Seletivo Especial).

Assim sendo, os referenciais didático-pedagógicos na formação de professores do curso de Educação do Campo orientam-se pelo constante na Resolução Nº 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024.

5.4 Referenciais legais e institucionais

No que se refere à relação entre Educação do Campo e Políticas Públicas, e considerando que a Constituição Federal de 1988 em seu art. 1º, que a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de direito, ainda assim os sujeitos do campo têm encontrado dificuldades de efetivar as garantias expressas na Constituição, principalmente referente ao Direito à Educação, determinados no artigo 205 e seguintes da Lei Maior.

Tais sujeitos são excluídos do processo formal de educação, enquanto acesso/oferta,

permanência e conclusão e também, enquanto concepção/contextualização. Esses são aspectos fortemente questionados pela Educação do Campo. Nesse sentido, cabe avançar nas discussões da implantação das Políticas Públicas e nos Marcos Legais do Estado Brasileiro, desafio que foi, e é, condição essencial para a garantia e efetividade desses direitos.

A partir dos marcos legais a Constituição Federal de 1988, nossa Lei Maior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº. 9.394/1996), o Parecer nº 36/2001, e a Resolução nº 01/2002 do Conselho Nacional de Educação (CNE), podemos identificar que as demandas dos Movimentos Sociais do Campo foram contempladas, inclusive possibilitando a ampliação das experiências, assim como o aperfeiçoamento delas, mas ainda falta muito para sua efetivação.

Com base nestes termos, e sempre pensando em uma Educação do Campo contextualizada, que busca realizar um processo que parta da realidade concreta, tais marcos legais são essenciais, afinal no que pese a moderada efetivação, eles contemplam as ações de sujeitos de direito no campo. Por este motivo não podem ser negligenciados, mas sim, invocados em favor destes sujeitos.

Em última instância, o que se busca é garantir que se efetivem os direitos educacionais dos trabalhadores no campo, respeitando o seu protagonismo.

Os conceitos descritos na Constituição Federal de 1988 e na LDB (Lei nº. 9.394/96) passam pelo sentido dado e materializado na luta por justiça social, por uma educação contextualizada nas/das bases sociais, dentro de um país que tem nos seus fundamentos constitucionais a Dignidade da Pessoa Humana (art. 1º, inciso III CF/1988);

Assim, apresentou-se com muito vigor a demanda e a necessidade de formação de novos educadores/as, intelectuais que tenham/acolham esse olhar para a Educação do Campo. Porém, sabe-se que apesar dos dispositivos constitucionais e legislativos respaldarem a Educação do Campo como legítima, ainda existem conflitos a partir da tradição incorporada pelo sistema de ensino e a prática social dos sujeitos coletivos.

Nesse sentido, Marlene Ribeiro e Clésio Acilino Antônio (2007, p.7) afirmam o entendimento de que:

> A realidade na qual se materializa a relação entre o Estado, como responsável pela oferta de educação pública enquanto direito universal, e os movimentos sociais populares do campo e organizações apoiadoras, enquanto propositores de uma educação voltada às necessidades dos trabalhadores do campo, como vimos até aqui, mostra a existência de contradições. De um lado, aqueles movimentos sociais conquistam leis e programas de seu interesse; de outro, tais leis e programas não dão conta das necessidades dos camponeses e, mesmo no que regulam, encontram como barreira a concessão ou a liberação dos recursos para que as ações sejam implementadas.

Mesmo tendo ciência das contradições que permeiam a existência das leis e a sua efetividade, a Educação do Campo encontra seu arcabouço legislativo na Constituição Federal de 1988 e na sequência de leis, Decretos, Resoluções a seguir mencionados, desde que esses não contrariem a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), visto que pelo *Princípio da Hierarquia das Normas* primeiro cumpre-se a Constituição Federal de 1988 e depois se cumpre as leis que com ela não estiverem em conflito.

No âmbito da legislação, os principais referenciais legais que orientaram a estruturação do presente Projeto Pedagógico de Curso foram:

5.4.1 Âmbito nacional:

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Portaria nº 3.284, de 07/11/2003 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre estágio de estudantes.

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de

cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – regulamenta a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante
No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e demais deficiências, há na UFFS o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior): "assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social".

Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 – possibilita às instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos a oferta de parte da carga horária na modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1996, e no disposto nesta Portaria.

Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e pós-graduação no sistema federal de ensino.

Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daì outras providências.

5.4.2 Âmbito institucional:

PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia, através da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

Resolução nº 01 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2011 – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece as normas de seu funcionamento.

Resolução nº 11 – CONSUNI/UFFS/2012 - reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 33 - CONSUNI/UFFS/2013 – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução Nº 40 - CONSUNI CGAE/UFFS/2022 – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS)

RESOLUÇÃO Nº 42 - CONSUNI CGAE/UFFS/2023 - dispõe sobre a oferta de componentes curriculares ministrados na modalidade de Educação a Distância (EaD) nos cursos de graduação presenciais da UFFS.

Resolução nº 6 - CGRAD/UFFS/2015 – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

Resolução nº 7 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015 – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.

Resolução nº 10 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2017 – regulamenta o processo de elaboração/reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos

Cursos de Graduação da UFFS.

Resolução nº 04 – CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 16 - CONSUNI/UFFS/2019 - Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 93 – CONSUNI/UFFS/2021 - Aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 39 - CONSUNI/CGRAD/UFFS/2022 – Institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Resolução nº 106 - CONSUNI/UFFS/2022 - Estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 52/2024 – U5FFS – aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, indicando princípios e diretrizes que orientem o currículo das licenciaturas da UFFS.

5.4.3 Específicas das licenciaturas:

Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 – Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

5.4.4 Específicas do curso de Licenciatura em Educação do Campo:

Parecer 36/CEB2001 - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Resolução CNE/CEB Nº 1/2002 – Diretrizes operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo.

Resolução CNE/CEB Nº 2/2008: Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Resolução CNE/CP nº 1, de 16 de agosto de 2023, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior.

Decreto Presidencial N° 7352 DE 04 de novembro de 2010, publicado no DOU no dia 05 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

Parecer CNE/CP nº 22/2020, aprovado em 8 de dezembro de 2020 – Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior.

Resolução CNE/CP nº 1, de 16 de agosto de 2023 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior.

Diretrizes Curriculares da Educação do Campo de 2006, **SEED – PR.**

Informação Nº 134/2025 – DEIN/DEDUC/SEED – PR, de 19 de fevereiro de 2025 – que versa sobre a solicitação de encaminhamentos e compromissos do Grupo de Trabalho e Diálogo a respeito do Reconhecimento das Licenciaturas em Educação do Campo com formação por Área do Conhecimento para atuação profissional no Estado do Paraná.

6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral

Formar profissionais licenciados para o exercício da Educação do Campo, aptos a atuarem no ensino das ciências sociais e humanas, capazes de promover a interdisciplinaridade entre as áreas específicas do curso: Geografia, Filosofia, História e Sociologia, bem como, atuação na gestão educacional, na coordenação pedagógica e na produção e difusão do conhecimento.

6.2 Objetivos específicos

a) Formar profissionais da educação comprometidos com o desenvolvimento educacional, cultural, social e econômico dos povos do campo e da região de abrangência da UFFS;

b) Propiciar a qualificação docente para atuar prioritariamente em escolas do campo nas áreas de formação proporcionadas pelo curso;

c) Qualificar profissionais da educação capacitados para promover a gestão de processos educativos escolares e não escolares no/do campo, bem como capazes de iniciativas que promovam e qualifiquem o processo educacional do campo;

d) Instituir um processo formativo em que o compromisso essencial seja com a educação pública, gratuita e de qualidade, atento aos problemas estruturais que afetam a escola na atualidade e capazes de promover formas de organização escolar e ação docentes eficazes em face desses desafios;

e) Formar profissionais atentos às questões educacionais oriundas do campo, seu movimento, seus projetos educativos e suas inovações educacionais, buscando apoiar e qualificar estas demandas;

f) Ser espaço propício ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão na área da Educação do Campo;

g) Adequar-se aos desafios da formação profissional demandada pela realidade do campo, tanto no que se refere à organização do curso (por exemplo, com a oferta da modalidade em alternância), quanto aos desafios teórico, metodológicos e pedagógicos;

h) Promover a relação entre o ensino das ciências humanas e sociais e o contexto (físico, geográfico, cultural e econômico) do campo brasileiro, especificamente suas configurações na região Sul do país;

i) Formar para a problematização e intervenção no campo, com base nos princípios e técnicas

agroecológicas, visando a sustentabilidade;

j) Promover a interdisciplinaridade entre as áreas específicas do curso (Geografia, Filosofia, História e Sociologia), preservando suas identidades;

l) Fortalecer o debate e a implementação do Centro de Educação do Campo (CECampo) na UFFS/*Campus* Laranjeiras do Sul.

7 PERFIL DO EGRESSO

O licenciado em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Sociais e Humanas deverá ser capaz de compreender criticamente a sociedade na qual vive, possibilitando buscar alternativas para transformá-la, bem como ter competência para relacionar, de maneira adequada, a teoria à prática. Ou seja, deverá desenvolver a habilidade de relacionar os estudos teóricos com a reflexão sobre aspectos da realidade social que vivencia.

Depois de formado, o profissional poderá atuar na docência nas áreas de Ciências Sociais e Humanas, ministrando conteúdo das disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio atuando prioritariamente nas escolas do campo. Portanto, o curso formará professores com condições de promover o trabalho pedagógico interdisciplinar, sem desconsiderar as especificidades de cada disciplina das Ciências Sociais e Humanas.

A inserção profissional do licenciado em Educação do Campo - Ciências Humanas e Sociais é diversa, pois, além de ser qualificado para atuar no magistério na educação formal (ensinos fundamental e médio) e na gestão, estará também apto a exercer funções nas áreas de assessoria, formação e planejamento em entidades públicas, movimentos sociais, partidos políticos e ONGs, bem como, continuar sua formação em pós-graduação.

Espera-se que o egresso do curso de graduação em Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas- Licenciatura seja mais do que um profissional formado para o magistério, mas também um profissional que se torne um intelectual crítico e pró-ativo, apto a questionar e a intervir sobre a realidade sociopolítica do campo.

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - licenciatura, ofertou 360 vagas no período de 2013 a 2017, por meio de uma seleção específica, conforme previa o Edital de seleção 02-2012- SESU/SETEC/SECADI/MEC de 31 de agosto de 2012, PRONACAMPO, sendo duas entradas anuais de 60 vagas cada.

A partir de 2018, o curso estabeleceu novas regras visando a manutenção da oferta no *campus* Laranjeiras do Sul, conforme Resolução nº 5/CONSUNI/UFFS/2018. O curso passou a ter oferta regular anual de 40 (quarenta) vagas, em Regime de Alternância e com Processo Seletivo Especial.

As turmas serão organizadas de forma específica, a partir de demandas identificadas pela Instituição e/ou pelas parcerias constituídas, de modo a favorecer uma formação identitária e a gestão coletiva do processo pedagógico. Esta forma de organização curricular deverá intencionalizar atividades e processos que garantam/exijam sistematicamente a relação prática-teoria-prática, vivenciada no próprio ambiente social e cultural de origem dos estudantes.

A carga horária total do curso será de 3.420 horas distribuídas em 8 níveis, sendo previsto um nível a cada semestre, integralizando quatro anos de curso. Conforme prevê o Art. 65 da Resolução n° 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024 sobre a Pedagogia da Alternância nas licenciaturas em Educação do Campo, esta carga horária será distribuída nos dois tempos: Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC). São 2.605 horas no Tempo Universidade e 615 horas no Tempo Comunidade. Dentro destas cargas horárias estão contabilizadas 420 horas de estágio. Ainda integram a estrutura curricular mais 210 horas de Atividades Curriculares Complementares (participação em seminários, congressos, oficinas e outros).

Os componentes curriculares que possuem Tempo Comunidade estão descritos no quadro a seguir:

Nível	Componente curricular	Tempo Universidade (TU)	Tempo Comunidade (TC)	Total Horas
1ª	Meio ambiente, economia e sociedade	50	10	60
1ª	Antropologia dos povos do campo, das águas e das florestas	20	10	30
1ª	Direitos e cidadania	50	10	60

Nível	Componente curricular	Tempo Universidade (TU)	Tempo Comunidade (TC)	Total Horas
1ª	Fundamentos da educação	50	10	60
2ª	Antropologia indígena	35	10	45
2ª	Educação do campo e educação popular	50	10	60
2ª	Seminário integrador de extensão I	15	15	30
3ª	Filosofia I	50	10	60
3ª	Geografia I	50	10	60
3ª	História I	50	10	60
3ª	Sociologia I	50	10	60
3ª	Seminário integrador de extensão II	15	15	30
4ª	Filosofia II	45	15	60
4ª	Geografia II	45	15	60
4ª	História II	45	15	60
4ª	Sociologia II	45	15	60
4ª	Seminário integrador de extensão III	15	15	30
4ª	Estágio curricular I	45	30	75
5ª	Filosofia III	45	15	60
5ª	Geografia III	45	15	60
5ª	História III	45	15	60
5ª	Sociologia III	45	15	60
5ª	Estágio curricular supervisionado II	45	30	75
6ª	Filosofia IV	45	15	60
6ª	Geografia IV	45	15	60
6ª	História IV	45	15	60
6ª	Sociologia IV	45	15	60
6ª	Estágio curricular supervisionado III	45	45	90
6ª	Trabalho de conclusão de curso I	40	05	45
7ª	Estágio curricular supervisionado IV	45	45	90
7ª	Trabalho de conclusão de curso II	15	15	30
7ª	Filosofia V	45	15	60
7ª	Geografia V	45	15	60
7ª	História V	45	15	60
7ª	Sociologia V	45	15	60
8ª	Estágio curricular supervisionado V	45	45	90
8ª	Seminário de socialização de trabalho de conclusão de curso	15	15	30
	Total	**1.515**	**615**	**2.130**

Quadro 2: componentes curriculares que possuem Tempo Comunidade

8.1 Os domínios formativos e sua articulação

O currículo do Curso é formado por um grupo de conhecimentos organizados e articulados a partir dos seguintes domínios: Comum, Conexo e Específico.

8.1.1 O Domínio Comum

As disciplinas do Domínio Comum estão presentes em todos os cursos de graduação da UFFS. Conforme o PPI, tal forma de organização curricular tem por objetivo assegurar que todos os estudantes da UFFS recebam uma formação interdisciplinar e profissional, possibilitando otimizar a gestão da oferta de disciplinas pelo corpo docente e, como consequência, ampliar as oportunidades de acesso à comunidade. De acordo com o Art. 22 do Regulamento da Graduação o Currículo do Curso de Graduação é constituído de um corpo de conhecimentos organizados em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na estrutura em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento, conforme Regimento Geral da UFFS.

§ 1º Todos os cursos de graduação da UFFS devem adotar o mínimo 420 horas e o máximo 660 horas de Domínio Comum, organizado em dois eixos de formação: contextualização acadêmica e formação crítico social.

§ 2º O Domínio Comum de cada Curso deve, obrigatoriamente, respeitar a destinação de, no mínimo, 40% de sua carga horária para cada um dos Eixos de Formação.

Neste sentido a finalidade do Domínio Comum no Curso será:

a) desenvolver em todos os estudantes da UFFS as habilidades e competências instrumentais consideradas fundamentais para o bom desempenho de qualquer profissional (capacidade de análise, síntese, interpretação de gráficos, tabelas, estatísticas; capacidade de se expressar com clareza; dominar minimamente as tecnologias contemporâneas de informação e comunicação); e

b) despertar nos estudantes a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às valorações sociais, à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, nas suas várias dimensões (municipal, estadual, nacional, regional, internacional).

No quadro abaixo estão listados os componentes curriculares que compõem o Domínio Comum e que são obrigatórios para todos os estudantes do curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura.

DOMÍNIO COMUM		
Código	**COMPONENTE CURRICULAR**	**Horas**
EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA		
GLA0696	Leitura e produção textual I	30
GLA0697	Leitura e produção textual II	60
GEX1068	Estatística Básica	60
GEX1066	Informática Básica	60
GCH1753	Iniciação à Prática Científica	60
EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL		
GCH1754	Introdução ao Pensamento Social	60
GCS0694	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	60
GCS0695	Direitos e Cidadania	60
Subtotal		**450**

Quadro 3: Componentes curriculares que compõem o Domínio Comum do curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura.

8.1.2 O Domínio Conexo entre as licenciaturas

O Domínio Conexo do Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura é o conjunto de componentes curriculares de interface a todos os cursos de formação de professores da UFFS do *campus* Laranjeiras do Sul.

O Domínio Conexo entre as Licenciaturas têm por atribuição promover a formação pedagógica comum aos cursos de Licenciatura, envolvendo um conjunto de conhecimentos, saberes, articulados entre si e com os demais domínios formativos, voltados para formação do docente da Educação Básica. Tais conhecimentos "envolvem a compreensão e a interação com a instituição escolar, os processos de gestão e coordenação da educação, coordenação pedagógica e de ensino e aprendizagem, as políticas públicas de educação e de inclusão, o conhecimento dos sujeitos da aprendizagem, as didáticas e metodologias de ensino, as atividades de estágio e a pesquisa educacional". Trata-se, neste caso, de conexões associadas aos domínios específicos das respectivas áreas do conhecimento, que as diferencia do caráter pedagógico associado ao Domínio Conexo estabelecido entre o conjunto das licenciaturas.

A pesquisa e a extensão no âmbito do Domínio Conexo são espaços pedagógicos mais sistemáticos, previstos nos componentes que o compõem, cabendo a estes explicitar as especificidades no âmbito da Educação Básica, que se diferenciam da organização e do funcionamento destas atividades no âmbito acadêmico. Compete-lhe, também, traduzir tais

especificidades na organização das atividades de ensino e sua articulação com a pesquisa e a extensão e contribuir com os demais domínios formativos na organização e fortalecimento desses processos formativos, sendo o estágio curricular um dos eixos articuladores entre pesquisa, ensino, extensão e os demais domínios formativos do Curso.

Compete ainda ao Domínio conexo, definir a organização de linhas e/ou programas de pesquisa e extensão que estruturam a organização de processos investigativos, tais como: "As experiências e as problemáticas emergentes da escola relacionadas a reprovação, repetência, evasão, entre outras".

O Domínio Conexo é também uma forma de articulação entre os cursos e uma flexibilização do processo formativo do acadêmico na UFFS, respeitando a opção e oportunizando a articulação e aproveitamento de cursos dentro da instituição. No caso do Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas ele está em diálogo com os diferentes domínios e com os eixos formativos, bem como, com a qualificação das relações com a Educação Básica e a organização de atividades curriculares vinculadas à gestão educacional, coordenação pedagógica e produção e difusão do conhecimento.

Os componentes curriculares do domínio conexo descritos abaixo:

DOMÍNIO CONEXO		
Código	**COMPONENTE CURRICULAR**	**Horas**
GCH794	Didática geral	60
GCH1209	Psicologia da Educação e Teorias da aprendizagem	60
GCH1211	Política educacional e legislação do ensino no Brasil	60
GCH1210	Fundamentos da Educação	60
GLA210	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	60
GCH1214	Estágio Curricular I	75
GCH797	Educação Inclusiva	30
Subtotal		**405**

Quadro 4: Componentes Curriculares que compõem o Domínio Conexo

8.1.3 O Domínio Específico

O domínio específico na formação de professores no curso de Educação do Campo compreende conhecimentos teóricos, conceituais e pedagógicos das ciências sociais e humanas (Filosofia, Sociologia, Geografia e História), necessários para a atuação profissional, nas distintas etapas e modalidades do ensino da educação básica.

As ementas dos componentes curriculares específicos integram categorias conceituais das áreas do conhecimento, campos disciplinares e do currículo escolar da educação básica pública.

Os eixos (Sociedade, Estado e Movimentos Sociais; Escola e Educação do Campo; Sujeitos, Cultura e Identidade; Pesquisa, Etnociência e Saberes; Organização do Trabalho Pedagógico) que norteiam o currículo da Educação do Campo, conectam-se no âmbito da formação específica de modo a articular temáticas, conhecimentos e processos de forma interdisciplinar.

O percurso formativo compreende a flexibilidade na oferta de componentes curriculares optativos, complementando os conhecimentos e a sua inserção social, cultural e educacional.

Considera-se a indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão. Há, assim, uma interlocução de saberes que dialogam com a formação continuada, no âmbito da educação básica pública, podendo atuar no ensino, na gestão da educação, na coordenação pedagógica e na construção e difusão do conhecimento.

8.2 Concepção de currículo

O currículo, na Educação do Campo, compreende-se como um instrumento de práxis, com função socializadora e cultural, propiciando a formação de modo crítica e emancipatória dos sujeitos envolvidos. Nesse viés, o currículo está envolto na complexidade das relações sociais, econômicas e das teorias pedagógicas que sustentam a sua organização e dinâmica social.

De igual forma, expressa relações de poder, produz significados e não é neutro. Insere-se num lugar, espaço e território, moldando, muitas vezes, valores, condutas e culturas. Propõe-se, entretanto, a ir além das proposições elencadas pelas teorias tradicionais e eurocêntricas, já que é a prática que determina o real significado do currículo. Por intermédio da prática social e cultural, o currículo também assume papel de protagonista na constituição de sujeitos de direitos.

Uma das intencionalidades específicas do currículo da Educação do Campo é a de potencializar intelectuais capazes de interpelar a realidade, ao mesmo tempo em que, criam-se mecanismos de mudança e de transformação social. A educação, nesse contexto, é concebida como prática das transformações sociais, pois torna visível vozes reivindicatórias dos/as trabalhadores/as do campo. Ampara-se numa teoria pedagógica humanizadora, com visão crítica e de questionamento à ordem vigente.

O conhecimento é compreendido como um todo, ou seja, não está fragmentado. Encontra-se em constante construção e reconstrução, de modo que ensino, pesquisa e extensão se entrelaçam, num movimento contínuo de prática - teoria - prática.

O currículo, por conseguinte, denota uma construção coletiva de educação popular dos docentes e educandos/as do campo. Afirma-se que a Educação do Campo tem saberes e identidades amparadas em princípios democráticos, de garantia de direitos sociais e culturais, de igualdade e de justiça.

8.3 A docência na educação básica pública como foco da organização curricular

O exercício da docência na educação básica pública é imerso por vários desafios que nos levam constantemente ao processo de repensar atitudes e ações no fazer docente. Concomitantemente, torna-se fundamental o entendimento acerca de quem é o sujeito professor/a e como este/esta compreende suas atividades a partir do ensino, da pesquisa e da extensão.

A pesquisa permite a reflexão e dará elementos para a sustentação da ação docente. É a pesquisa que faz a articulação do conhecimento produzido na universidade com a comunidade. Nessa lógica, pode-se afirmar que o ensino necessita da pesquisa para lhe dar sustentação e abrir horizontes. Já a pesquisa busca na extensão uma forma de aprimorar e testar a sua eficácia, bem como, de ampliar e socializar conhecimentos produzidos. Assim, é possível afirmar a importância da indissociabilidade das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão como um movimento de articulação entre os diferentes saberes.

Para avançar nesta perspectiva, entretanto, é fundamental modificar a metodologia criada até então de transmissão de conhecimentos. O/a professor/a passa, agora, a ter um desafio maior: o de construir coletivamente o conhecimento.

Desta forma, ao refletirmos acerca do processo formativo do sujeito professor/a nos deparamos seguidamente com uma hipótese que afirma que esta formação acontece ao longo da vida, tendo seu início efetivado em um tempo que antecede ao da própria universidade, perpassando pelas diversas experiências pessoais e profissionais, inclusive a docente.

Considerando esta visão, a formação profissional do/da docente é encarada como um processo interativo, dinâmico e permanente, ou seja, o ser humano se reconstrói a cada tempo, fazendo com que nunca esteja pronto. A prática docente, portanto, vai se moldando a partir das experiências acumuladas nas mais diversas situações experimentadas pelo indivíduo e considerando também a sua capacidade de utilizar as teorias estudadas na reflexão da realidade vivenciada. A centralidade da docência na organização dos processos formativos, contempla as diferentes dimensões de modo que suas ações e atitudes convirjam para uma educação emancipatória.

A organização docente tem como ponto principal e referencial a formação de educadores/educadoras para atuar na educação pública do campo, pautados pela ética profissional, no reconhecimento da diversidade, no conhecimento crítico da realidade, na educação e nos direitos humanos para todos/as.

Desse modo, efetua-se a prática educativa como atividade interdisciplinar, com amplitude de saberes conceituais das áreas, do currículo escolar, do fazer pedagógico, das experiências docentes acumuladas e dos saberes dos/das educandos/as, qualificando-os/as para a gestão educacional, a coordenação pedagógica e para os processos de produção e difusão do conhecimento.

A preparação para a docência na educação pública visa o empoderamento dos/das educandos/as tendo por princípio fundamental o respeito à dignidade humana, prevista na Carta Constitucional de 1988. Tudo isso, tendo como horizonte a democratização do conhecimento e da sociedade, mediante o aprimoramento da educação básica pública.

8.4 As articulações do currículo com a Educação Básica

A formação de professores para atuar na educação básica do campo é a finalidade do curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura. Sendo assim, pensar o currículo deste curso pressupõe compreender como está estruturada a educação básica tanto na organização curricular quanto na organização pedagógica.

Na escola de nível fundamental e médio, fase em que atuarão os egressos deste curso, os estudantes precisam ter noções básicas das diversas ciências, tanto para compreender o mundo físico e social que o cerca e poder ir se posicionando conscientemente no mesmo, tanto para dar continuidade aos estudos, aprofundando o conhecimento no ensino superior. O compromisso com o conhecimento nas áreas em que atuarão os profissionais formados pelo curso coloca-se então como prioridade, cabendo um peso maior, em quantidade de aulas nas disciplinas de filosofia, sociologia, história e geografia. Contudo, é preciso também a oferta de componentes curriculares que garantam a compreensão dos meios pelos quais se mediará o processo de ensino e aprendizagem, tais como: as disciplinas de didática; psicologia da aprendizagem; metodologia das ciências sociais e humanas; história e filosofia da educação.

O debate sobre a questão agrária brasileira deve permear as ações no curso, primeiro por se tratar de um curso de licenciatura em Educação do Campo e, principalmente, pela compreensão científica do problema agrário no Brasil e de como esta questão impede o desenvolvimento das demais questões sociais, inclusive a questão educacional. A garantia

deste debate, com disciplinas que permitam aos estudantes pensar, debater e compreender a questão agrária, sem dúvida é fundamental para a atuação destes profissionais nas escolas de educação básica.

A atuação dos estudantes do curso em suas comunidades e escolas deve iniciar desde o primeiro ano do curso, antes mesmo dos estágios. Os projetos de pesquisa e extensão dos professores do curso poderão servir para aproximar os estudantes à realidade teórica e prática da educação básica. Vincular ensino, pesquisa e extensão, portanto, é um dos princípios do curso, pois isto proporcionará aos estudantes a prática em seu campo de trabalho não apenas a partir da docência, mas já na observação e compreensão das escolas do campo, considerando sua relação com a totalidade.

Considerando a centralidade do estágio supervisionado no curso, a preparação teórica no tempo que antecede os estágios supervisionados é definidora na atuação destes profissionais, seja no aprofundamento teórico dos conteúdos científicos, seja na compreensão filosófica, sociológica e psicológica das teorias do desenvolvimento humano e da aprendizagem.

O currículo foi, por muito tempo, entendido como o programa de disciplinas e a relação dos conteúdos destas disciplinas. No entanto, há na atualidade uma concepção bem mais abrangente de currículo, segundo a qual este é “o conjunto das atividades (incluindo o material físico e humano a elas destinado) que se cumprem com vistas a um determinado fim” (SAVIANI, 2000, p. 66). Assim, concebendo o currículo do curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura, ciente de sua finalidade, corrobora as necessidades elencadas acima, vinculando o ensino a pesquisa e a extensão, aos objetivos do curso.

Segundo Saviani (2000, p. 66), “assim como o método procura responder à pergunta: como se deve fazer para atingir determinado objetivo, o currículo procura responder à pergunta: o que se deve fazer para se atingir determinado objetivo”. Se o perfil almejado do egresso do curso é que este tenha uma sólida formação científica, competência didático-pedagógica e compromisso político, na perspectiva da transformação social, então é uma necessidade pensar e agir, desde o início do curso sobre os problemas, os desafios, os limites e as possibilidades da atuação do futuro profissional na Educação Básica, atuando no currículo, nos processos de gestão, mediante as atividades de PCCr, de estágio e de TCC, além de atividades de pesquisa e extensão, tendo por embasamento a BNCC.

8.5 Articulações com as outras licenciaturas

O Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura tem como objetivo a articulação entre pesquisa, ensino e extensão. A articulação, destes pilares com as licenciaturas do *Campus*, especialmente com o curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza - Licenciatura, será realizada em programas e projetos de pesquisa e extensão como na Semana Integrada das Licenciaturas.

Respeitando a política institucional de oferta no Domínio Conexo e Domínio Comum, busca-se uma articulação e fortalecimento da integração dos cursos de licenciatura do *Campus* de Laranjeiras do Sul, vinculando sempre a teoria com a prática pedagógica.

Os componentes curriculares do Domínio Conexo entre as licenciaturas conectam os cursos de licenciatura do *Campus* de Laranjeiras e da instituição. Essa proposta compreenderá o Domínio Conexo a partir dos eixos formativos: Fundamentos da Educação; políticas, financiamento e a gestão da educação; diversidade e inclusão, Didáticas e metodologias de ensino; Estudos e pesquisa em Educação, Práticas de ensino e os estágios. Com isso, se aponta um domínio conexo entre as licenciaturas da instituição com uma parte comum e outra diversificada.

Componentes Curriculares como: Psicologia da Educação e Teorias da Aprendizagem; Fundamentos da Educação, Didática Geral; Política Educacional e legislação do ensino no Brasil, Língua Brasileira de Sinais, Educação Inclusiva e Estágio Curricular I têm como função a compreensão e a interação com a instituição escolar, processos de gestão e coordenação da educação, aspectos pedagógicos, entre outros definidos. Especialmente os Componentes Curriculares de Estágio serão espaços privilegiados para a discussão de problemáticas da escola como retenção e evasão. Sendo prioritariamente relevantes para a articulação entre Educação Básica e Ensino Superior.

Como uma forma de integrar propostas, projetos e programas o NDE (Núcleo Docente Estruturante) do Curso de Educação do Campo: Sociais e Humanas funcionará de forma integrada aos demais NDEs, especialmente ao NDE do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza, bem como os outros cursos de Licenciatura da instituição.

O Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, por meio de seus acadêmicos e docentes, participará das atividades do Fórum das Licenciaturas promovendo debates e grupos de estudos tanto do Curso de Educação do Campo como dos demais cursos de Licenciatura do *Campus*.

8.6 Articulação entre teoria e prática nos processos formativos

Em seu art. 26 a Resolução nº 52/CONSUNI CGAE/UFFS/2024 que rege a política institucional da UFFS para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica assevera que, "a indissociabilidade entre teoria e prática orientará toda organização e desenvolvimento curricular dos cursos de licenciatura, de forma que as dimensões conceituais, contextuais e pedagógicas estejam integradas no ato educativo". A referida resolução acrescenta ainda que:

> Art 27. I - A prática é compreendida como momento complementar à formação teórica, definido curricularmente, em que são desenvolvidas atividades voltadas para a formação de habilidades específicas, sob orientação e supervisão de docente, quando se realizam ou observam a realização de ensaios, experimentos e procedimentos descritos no protocolo de aula prática, em laboratório, em campo, em ambiente de exercício profissional ou outro espaço propício a esta finalidade;
> II - A prática como componente curricular é compreendida como momento privilegiado da formação para a docência, em que se articulam, de forma explícita, dimensões conceituais, contextuais e pedagógicas para o desenvolvimento de habilidades docentes, definido curricularmente com carga horária mínima de 400 horas específicas para esta finalidade;
> III - Os estágios curriculares têm por objetivo promover a inserção profissional, em que são mobilizados diferentes conhecimentos para conceber, desenvolver e avaliar os legislação, definidos curricularmente com carga horária mínima de 400 horas para esta finalidade.

Deste modo, a organização curricular do curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura têm a articulação entre a teoria e a prática enquanto um dos elementos orientadores do processo formativo proposto. Para tanto, em acordo com a política institucional da UFFS e com as Diretrizes Nacionais, a prática em sua articulação com a teoria constitui-se como fundamento da formação pretendida e será efetivada por meio de atividades orientadas na conexão entre o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade. Assim, nos períodos de Tempo Universidade serão desenvolvidas aulas práticas considerando as especificidades dos componentes curriculares e as necessidades formativas expressas nos Planos de Curso. Do mesmo modo, a carga horária referente a Prática como Componente Curricular (PCCr) será realizada nos períodos de Tempo Comunidade e Tempo Universidade. Para tanto, será considerada a distribuição da carga horária entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade, a disposição do Domínio Conexo e do Domínio Específico, bem como, os eixos formativos que sustentam a estrutura curricular do curso: I) Sociedade, Estado e Movimentos Sociais; II) Escola e Educação do Campo; III) Sujeitos, Cultura e Identidade; IV) Pesquisa, Etnociência e Saberes; V) Organização do Trabalho Pedagógico.

8.6.1 As aulas práticas

O curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura, para concretização dos componentes curriculares constituintes de sua estrutura curricular, tem por elemento basilar a realização de aulas presenciais nos períodos de Tempo Universidade e atividades teórico-práticas nos períodos de tempo Comunidade.

Em consonância com o artigo 40 da Resolução 40/CONSUNI/CGAE/2022, compreende-se por atividade formativa de cada componente:

> I aula presencial - encontro presencial regular, distribuído ao longo do semestre letivo ou conforme o regime de alternância, no qual o docente e a turma de estudantes matriculados no CCR desenvolvem conjuntamente os temas previstos na ementa. As aulas presenciais podem ser:
> a) aulas teóricas - aquelas em que o docente e a turma de estudantes desenvolvem conteúdos teóricos relativos aos temas da ementa;
> b) aulas práticas - aquelas em que os estudantes, sob orientação e supervisão de docente, realizam ou observam a realização de ensaios, experimentos e procedimentos descritos no protocolo de aula prática, em laboratório, em campo, em ambiente de exercício profissional ou outro ambiente preparado para tal.
> II - aula a distância - aquela na qual a mediação didático-pedagógica é realizada com o uso de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos;
> III - atividade de estágio - aquela desenvolvida pelo estudante em ambiente de exercício profissional, incluídas aquelas de elaboração, preparação e avaliação, sob supervisão de um profissional habilitado e orientação de docente;
> IV - atividade de pesquisa e extensão - aquela realizada pelo estudante no desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou extensão, sob orientação de docente, obedecendo regulamentação específica;
> V - atividade curricular complementar - atividades diversas, de ensino, pesquisa, extensão ou cultura, desenvolvidas pelo estudante, com ou sem orientação docente, registradas e aprovadas como atividade de complementação curricular, de acordo com regulamentação específica de cada curso.
> § 1º As aulas presenciais, conforme inciso I acima, são registradas em diário de classe, incluindo a data e o turno de realização, a frequência, o número de aulas e o conteúdo trabalhado.
> § 2º As aulas a distância são registradas conforme regulamentação específica.
> § 3º A realização das atividades previstas nos incisos III e IV deste artigo são orientadas por docente, nos termos deste regulamento e conforme previsto em cada PPC.
> § 4º São considerados como aulas os encontros de planejamento, execução e avaliação de atividades de estágio, pesquisa e extensão, quando realizados como atividade coletiva e nos quais o docente acompanha a turma de estudantes.

No Caso do Curso Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas as aulas a distância não se aplicam a estrutura organizativa e curricular, visto que o Curso se organiza em Regime de alternância. Neste caso, o art. 45 prevê:

> Art. 45. No caso de cursos ofertados no regime pedagógico da alternância, a organização das atividades devem considerar que os períodos letivos se desenvolvem em dois tempos/espaços de formação, a saber:

> a) tempo comunidade - parte do período letivo em que os estudantes desenvolvem atividades em suas comunidades de origem.
> b) tempo universidade - parte do período letivo em que os estudantes desenvolvem atividades na Universidade.
> § 1º Em cada CCR deverá ser indicado qual carga horária será desenvolvida no Tempo Comunidade e no Tempo Universidade.
> § 2º O PPC deve explicitar quais atividades, entre as descritas no artigo 44, serão utilizadas em cada Tempo e como elas se articulam.

Deste modo, os componentes curriculares em cada período de Tempo Universidade, constituídos exclusivamente por aulas presenciais, em acordo com os objetivos do componente curricular, as necessidades formativas e o delineamento proposto nos respectivos Planos de Curso.

8.6.2 A prática como componente curricular (PPCr)

No curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura a prática como componente curricular constitui-se a partir de ações pedagógicas intencionalizadas para a promoção do aprendizado por meio de atividades que estimulem a reflexão e o exercício acadêmico-profissional. Considera-se o desenvolvimento de habilidades e competências numa perspectiva indissociável do ensino, da investigação científico-pedagógica e da formação profissional pautada na construção do conhecimento coletivo perante às situações inerentes à profissão docente.

De acordo com a Resolução nº 52/2024 – CONSUNI/CGAE, define-se a prática como componente curricular como "focada na formação para a docência, em que se articulam, de forma explícita, dimensões conceituais, contextuais e pedagógicas para o desenvolvimento de habilidades docentes, com carga horária específica prevista para este fim (400 horas)". E, quanto a sua organização, prevê a articulação com a Educação Básica, desde o início do curso, a abrangência das dimensões da atuação profissional, uma organização na forma de eixos temáticos e o envolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em seu art. 28 a Resolução estabelece, que, na organização da prática como componente curricular, os projetos pedagógicos dos cursos deverão atender aos seguintes requisitos:

> I - Estabelecer a articulação com a Educação Básica Pública, desde o início do curso, e integrar conhecimentos conceituais, contextuais e pedagógicos para o desenvolvimento de habilidades profissionais;
> II - Abranger as seguintes dimensões da atuação docente na Educação Básica: o ensino, a gestão da educação, a coordenação pedagógica e a produção e difusão do conhecimento;

> III - Estruturar-se em eixos temáticos, atendendo ao caráter teórico-metodológico e prático-reflexivo, podendo ser realizadas por meio de atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura;
> IV - Prever articulação de ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura com a Prática como Componente Curricular.
> Parágrafo único. A prática como componente curricular deve estar explicitada nos planos de cursos dos componentes curriculares.

Assim, conforme determinação das Diretrizes Curriculares Nacionais e, como expresso anteriormente, as atividades práticas deverão integrar os componentes curriculares desde o início do curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura, compondo 425 horas da integralização do currículo. A prática como componente curricular será efetivada, na sua maior parte, nos períodos de Tempo Comunidade, conforme a carga horária atribuída a cada componente curricular do curso.

Os componentes curriculares, conforme a estrutura do curso, possuem a seguinte carga horária de Prática como Componente Curricular, expressa nos períodos de Tempo Universidade e de Tempo Comunidade:

Eixos temáticos (contemplar as dimensões da atuação profissional)	**Componente(s) articulador(s)**	**Níveis do curso**	**Forma de interação com a Educação Básica** (natureza da atividade)	**Carga Horária**
Sociedade, Estado e Movimentos Sociais	Direitos e cidadania	1º	- Analisar os livros didáticos presentes nas escolas da educação básica; - Observar a abordagem escolar sobre o tema sociedade e natureza; - Discutir o papel do Estado na produção do espaço escolar; - Analisar as desigualdades sociais presentes na comunidade e na escola do campo; - Identificar as territorialidades rurais e os conflitos presentes no campo brasileiro.	10
	Geografia I	3ª		10
	História I	3ª		10
	Sociologia I	3ª		10
	Filosofia I	3ª		10
	Geografia II	4ª		15
	História II	4ª		15
	Sociologia II	4ª		15
	Filosofia II	4ª		15
	Geografia III	5ª		15
	História III	5ª		15
	Sociologia III	5ª		15
	Filosofia III	5ª		15
	Geografia IV	6ª		15
	História IV	6ª		15
	Sociologia IV	6ª		15
	Filosofia IV	6ª		15
	Geografia V	7ª		15
	História V	7ª		15
	Sociologia V	7ª		15
	Filosofia V	7ª		15

Eixos temáticos (contemplar as dimensões da atuação profissional)	**Componente(s) articulador(s)**	**Níveis do curso**	**Forma de interação com a Educação Básica** (natureza da atividade)	**Carga Horária**
Escola e Educação do Campo	Matrizes formativas e práticas na educação do campo;	8ª	- Pesquisa da realidade das comunidades e das escolas em diálogo com os autores trabalhados nos CCRs; - Análise das metodologias de ensino na educação básica; - Observação dos elementos da educação popular presentes nas práticas das escolas do campo.	10
	Metodologia de ensino interdisciplinar nas ciências sociais e humanas	2º		10
	Educação do Campo e Educação Popular	2ª		10
	Metodologias e técnicas de pesquisa	5º		10
Sujeitos, Cultura e Identidade	Agroecologia e Cooperação na Escola	8ª	- Observação das experiências cooperativas nas comunidades; - Identificação e registro de práticas agropecuárias relacionadas com os princípios da agroecologia; - Sistematização de conhecimentos dos povos tradicionais.	15
	Antropologia dos povos do campo, das águas e das florestas	1º		10
	Antropologia Indígena	2ª		10
Pesquisa, Etnociência e Saberes	Didática geral	4ª	- Analisar os livros didáticos presentes nas escolas da educação básica; - Observar a abordagem escolar sobre o tema sociedade, natureza e conhecimento; - Identificar os saberes dos povos tradicionais na sua relação com a produção do conhecimento.	15
	Meio ambiente, economia e sociedade	1º		10
	Língua brasileira de sinais (Libras)	5º		10
Organização do Trabalho Pedagógico	Fundamentos da educação	1º	- Analisar o Projeto Político Pedagógico da escola; - Identificar as ações de interação entre escola e comunidade.	10
	Organização do trabalho pedagógico	2ª		15

Quadro 5: Períodos de Tempo Universidade e de Tempo Comunidade.

A prática como componente curricular no curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura caracteriza-se por ações de investigação, reflexão, preparação e aproximação gradual com o exercício profissional, por meio de atividades elaboradas pelo docente responsável pelos componentes curriculares. O Tempo Universidade e o Tempo Comunidade se caracterizam como espaços de efetivação da prática como componente curricular, portanto, devem oferecer formas de entrelaçamentos das diferentes disciplinas, oferecendo aos estudantes instrumentos de observação da realidade onde estão colocados, com a implementação de instrumentos objetivos que, no conjunto, permitam a

análise e a crítica tão necessárias na formação dos docentes.

O Tempo Comunidade se caracteriza por ser o espaço e o tempo de efetivação da PCCr. Esse exercício contínuo de imersão orientada nos períodos de Tempo Comunidade terá por base e estará articulado à realização dos períodos de Tempo Universidade. Essa forma de organização dos períodos de estudo e de imersão (Tempo Universidade e Tempo Comunidade) coloca para os docentes universitários a exigência de preparo articulado e períodos de planejamento conjunto como forma de constante avaliação e alimentação do processo que se complementa na aprendizagem dos estudantes. No caso da carga horária de PPCr articulada às atividades de extensão e cultura, esse processo também exige a participação ativa dos sujeitos foco das ações extensionistas.

As ações metodológicas e didáticas são combinadas, observando as necessidades dos componentes curriculares, da turma e os princípios definidos no Projeto Pedagógico do Curso. Estas ações pedagógicas, como aulas de campo e de reconhecimento, de conhecimento, análise de documentos, entrevistas, observações dirigidas, elaboração de textos, análise e confecção de material didático, participação em oficinas (vivências práticas de procedimentos didático-pedagógicos), experiências de laboratório (vinculadas à compreensão do processo de sistematização ou produção do conhecimento), análise e criação de recursos midiáticos (músicas, filmes, softwares, revistas, entre outros) e elaboração de relatórios, diários de campo e portfólio são exemplos de atividades que poderão ser integralizadas na prática como componente curricular.

As atividades de PCCr são, portanto, definidas e planejadas entre os docentes responsáveis pelos diferentes componentes curriculares, coordenação do curso e coordenação de extensão e cultura. O retorno, por parte dos estudantes, pode ocorrer em forma de texto, seminários e/ou processos construídos nos próprios componentes curriculares. Nesse aspecto, destaca-se a realização do Seminário Integrador de Extensão como espaço profícuo de socialização, análise e avaliação das práticas desenvolvidas nos períodos de Tempo Comunidade, tendo em vista a articulação entre os diferentes componentes curriculares, os eixos formativos e a educação básica.

Os instrumentos de avaliação e registro das atividades práticas como componentes curriculares, orientadas para realização nos períodos de Tempo Comunidade, deverão ser descritas nos Planos de Curso e aprovados pelo Colegiado de curso ou por comissão por este definida.

8.7 A organização da pesquisa e extensão

A pesquisa e a extensão compõem com o ensino o conjunto, indissociável, das atividades da universidade. A organização da pesquisa e da extensão no curso toma como referência o Estatuto e o Regimento Geral da UFFS e as definições da Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). A primeira edição da COEPE ocorreu no ano de 2010 e em 2017 foi realizada a II COEPE que teve como tema "O Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Cultura na perspectiva de uma Universidade Popular".

A II COEPE, no *campus* Laranjeiras do Sul, foi estruturada com base nos seguintes fóruns temáticos: 1) Reforma agrária, agricultura familiar e agroecologia; 2) Consolidação e expansão da UFFS; 3) Direitos humanos e cidadania; 4) Educação Básica; 5) Educação do Campo, educação popular e democrática; 6) Inclusão e ações afirmativas; 7) Integração acadêmica, currículo e interdisciplinaridade; 8) Meio Ambiente e sustentabilidade; 9) Mobilidade acadêmica e internacionalização; 10) Políticas públicas, economia e desenvolvimento regional; 11) Tecnologia, inovação e desenvolvimento social; 12) Interfaces cidade-campo-Universidade: juventude e vida acadêmica.

Os fóruns temáticos revelam a potencialidade que o curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura apresenta para as ações de pesquisa e extensão, sobretudo no que se refere à educação. Nessa perspectiva, os componentes curriculares se organizam com o objetivo de fornecer sólida base teórica para a compreensão e a transformação da realidade educacional, com ênfase para os processos em curso no campo brasileiro. A práxis no processo formativo encontra nos componentes de estágios curriculares espaço privilegiado para a pesquisa e a extensão. O professor, enquanto sujeito crítico ciente da sua função na escola, tem na pesquisa uma atividade basilar para qualificar a sua atuação.

A Resolução nº 6/2013 – CONSUNI/CPPG que aprova a Política de Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul destaca a importância da democratização do saber como diretriz fundamental que orienta a pesquisa na instituição. Isso "[...] exige que a pesquisa seja concebida e realizada a partir de uma relação interativa e solidária (e não unilateral e distante) com a sociedade" (p. 08) e "[...] implica em romper com as formas tradicionais e hegemônicas de conceber a universidade e o saber que produz" (p. 08). Essa perspectiva pressupõe uma aproximação e valorização dos diferentes tipos de conhecimento, inclusive daquele dos sujeitos do campo, que experimentam cotidianamente situações de aprendizado que podem contribuir para o desenvolvimento da pesquisa científica.

Do mesmo modo, a Resolução nº 04/2017 – CONSUNI/CPPGEC afirma a Política de Extensão na UFFS como "elo entre as demandas regionais e as atividades de Ensino e de Pesquisa" (p. 01). Neste contexto a extensão universitária na UFFS é assumida:

> [...] como um processo educativo, cultural e científico que, articulado ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável, promova uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, fomentando o diálogo de saberes, a democratização do conhecimento acadêmico, a interdisciplinaridade e a participação da comunidade na construção da Universidade, bem como a participação da Universidade no desenvolvimento regional (p. 01).

Para tanto, a extensão se processa por meio do "desenvolvimento de programas e projetos comprometidos com a inclusão social, com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para a formação do profissional cidadão" (p. 01).

Assim, além das disciplinas do curso, os estudantes também devem cumprir as atividades curriculares complementares e, obrigatoriamente, desenvolver carga horária mínima em ações de pesquisa e extensão. Essas atividades são desenvolvidas ao longo do curso e favorecem a inserção e a promoção de ações com a comunidade acadêmica e externa à universidade. A participação em eventos (cursos, seminários, congressos e outros), a elaboração e a apresentação de trabalhos acadêmicos possibilitam a construção e a socialização do conhecimento em diferentes espaços.

No âmbito institucional, parte dessas atividades são executadas por meio do Programa de Apoio à Iniciação Científica e Tecnológica (PRO-ICT) onde os estudantes têm a oportunidade de se inserir em projetos executados por professores do curso e iniciar a sua trajetória na pesquisa. Além disso, os grupos de pesquisa vinculados, seja por suas temáticas ou pela participação dos professores, ao curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas (LEDOC: CSH) - como o Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Cooperação e Agroecologia (GECCA), o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Políticas Públicas e Práticas de Educação (IPRAE) e o Grupo de Pesquisa Questão Agrária e Juventude Rural: Trabalho, Educação e Cultura Camponesa (JURATEC) - desenvolvem um conjunto de ações que proporcionam o envolvimento dos acadêmicos nas ações de pesquisa e extensão.

O aprofundamento dos temas ligados ao campo e à educação, iniciados na graduação, podem ser realizados em nível de pós-graduação no *campus* Laranjeiras do Sul. Assim, cria-se um vínculo entre os diferentes cursos fortalecendo a perspectiva da interdisciplinaridade. O

campus Laranjeiras do Sul já ofereceu um curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação do Campo e oferta a pós-graduação *lato sensu* em Realidade Brasileira e o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (Mestrado). Esses cursos apresentam interface direta com a Educação do Campo e permitem a construção de ações coletivas de pesquisa e extensão que aproximam e respondem às demandas da UFFS da comunidade regional em que a mesma encontra-se inserida.

No contexto do curso LEDOC: CSH destaca-se ainda a efetivação do regime de alternância como elemento estruturante da formação almejada. E é na relação entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade, concebida como um contínuo formativo, que a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão toma concretude. Assim, as atividades realizadas nos períodos de Tempo Universidade, sobretudo, vinculadas às aulas presenciais dos diferentes componentes curriculares, primam pelo aprofundamento conceitual e teórico acerca das temáticas que perpassam a formação geral e específica do professor do campo. Já o Tempo Comunidade, em conexão direta com os aprofundamentos realizados no Tempo Universidade, volta-se para a realização de atividades orientadas e em conexão direta com os componentes curriculares do curso, efetivando-se assim como atividades de extensão e pesquisa.

8.8 A flexibilidade na organização curricular

A Resolução n° 52/2024 reconhece a flexibilidade como "um dos princípios estruturantes do currículo da UFFS, que se traduz pela oportunidade de os estudantes definirem parte de seu percurso formativo, em consonância com a organização curricular definida nos projetos pedagógicos dos cursos". Estabelece um percentual mínimo de 5% da carga horária total dos cursos de licenciatura da UFFS para componentes optativos e/ou eletivos, conforme o Art. 23 da Resolução.

A flexibilidade curricular na formação de professores, de acordo com a Resolução n° 052/2024, aplica-se:

> I - À oferta de componentes curriculares optativos;
> II - À validação de matrícula em componentes curriculares eletivos;
> III - Ao desenvolvimento de atividades curriculares de Extensão e de Cultura (ACE) que integram o currículo das licenciaturas;
> IV - À realização de atividades complementares de curso (ACC).
> §1º Os componentes optativos integram a possibilidade de complementação de conhecimentos em cada curso, cuja proposição pode ser realizada a partir das contribuições
> dos Fóruns do Domínio Comum e do Domínio Conexo do campus.
> §2º Os componentes eletivos dizem respeito aos componentes específicos cursados

> pelos estudantes em outros cursos da Instituição ou em outras Instituições de Ensino Superior, associados ao seu percurso formativo e à sua inserção social, cultural e/ou educacional.
> §3º As atividades curriculares de Extensão e de Cultura (ACE) constituem atividades diversas realizadas pelo estudante, podendo ser realizadas por meio da atuação em programas, projetos ou outras modalidades extensionistas e culturais regulamentadas em cada curso.
> §4º As atividades complementares de curso (ACC) constituem atividades diversas desenvolvidas pelo estudante, com ou sem orientação docente, registradas e aprovadas como atividade de complementação curricular, de acordo com a política institucional e com
> regulamentação específica de cada curso, atendendo a carga horária legal de 200 (duzentas) horas.

8.8.1 Outras especificidades da proposta pedagógica

Em relação às especificidades do Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura cabe destacar o regime de alternância, o qual alterna o tempo de permanência na Universidade com o tempo na comunidade de inserção, mantendo assim vínculo com as organizações locais, comunidades e a vida em seu cotidiano. Este aspecto, de comprovada formação pedagógica, considerando a relação das bases teóricas a serviço de prática social concreta, acumulada junto a inúmeras experiências, é um anseio expressado pelas organizações e Movimentos Sociais e Populares, bem como pelas populações camponesas que vivem nos municípios pertencentes ao Território Cantuquiriguaçu e outras comunidades paranaenses, dentre elas quilombolas e indígenas, de difícil acesso. Passa a ser também a materialização do direito não apenas do acesso, mas principalmente da permanência desses sujeitos do campo na Universidade, num processo que envolve diferentes tempos e espaços densamente formativos. Isso tem possibilitado a organização do trabalho pedagógico em Tempo Universidade e Tempo Comunidade.

O processo didático vivido, pelos sujeitos educativos são embasados nessa organicidade, fazendo com que o processo de construção do conhecimento e das formas metodológicas se deem em direta sintonia entre conteúdo e realidade. A materialidade deve ser compreendida à luz da teoria e a essa ganha força material a partir da investigação da realidade que acontece no Tempo Comunidade.

Além da organicidade cotidiana para realizar o trabalho necessário à convivência durante o Tempo Universidade, a proposta metodológica de cada etapa prevê outros tempos formativos, como tempo cultura, esporte, lazer, saúde, tempo trabalho, tempo seminário dentre outros. Para a organicidade das turmas estão previstos os Núcleos de Bases formados pelos estudantes para garantir a dinâmica do convívio diário, da realização do trabalho, da disciplina, do estudo e outros tempos necessários para a realização do curso.

A relação entre o Tempo Universidade e Tempo Comunidade se articula em estudos e pesquisas orientados, análises, reflexões e sistematizações, que gerem novidades no campo conceitual e operativo das práticas sociais e, na relação inversa, a vivência nas práticas políticas, sociais, culturais e produtivas geram problemas, questões, tensões, que serão reaproveitadas pelo processo escolar, demandando novas incursões pelo conhecimento sistematizado. Essa característica própria do sistema de alternância exige organização do trabalho pedagógico coletivo, tendo em seu planejamento o diálogo entre os docentes do curso.

Um dos instrumentos é o Planejamento Semestral, que propõe as metas para cada nível em diálogo com o PPC do Curso e as necessidades formativas das turmas, além do trabalho a ser realizado durante o Tempo Comunidade. No término das etapas do Tempo Universidade são orientados os trabalhos a serem realizados no Tempo Comunidade. Esses tempos devem ser destinados a Vivências Compartilhadas (PCCr, extensão e estágios), pesquisa e estudos qualificados. No que se refere à preparação para a sistematização e a análise, tem-se os Seminários a serem realizados no início de cada retorno ao Tempo Universidade, momento planejado que ocorre dentro de cada semestre letivo. Nos níveis iniciais do Curso os Seminários Integradores de Extensão são componentes organizados para problematizar a relação entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade e a educação do campo. A partir do quinto nível, quando iniciam os Estágios Curriculares Supervisionados, estes assumem esse caráter de articulação e o seminário integrador é parte das atividades do componente.

Assim, numa perspectiva de práxis, a alternância deverá possibilitar aos acadêmicos a construção e a reconstrução de conhecimentos e experiências produzidas no campo, com os saberes científicos aprendidos na universidade e que os vivenciem de maneira integrada através do exercício da pesquisa e da articulação entre trabalho e estudo. Aliado a isso, é fundamental a conexão interna dos fenômenos, fundada de modo materialista, ou seja, precisa ter como base a realidade objetiva. Compreender, então, essa realidade implica em aprofundar as relações, as conexões e as contradições nela presentes, com perspectiva de transformá-la. Ainda, deve ser possibilitado aos discentes fazer uma conexão com os saberes da docência oriundos das experiências cotidianas dos espaços escolares e não escolares. Tratam-se de saberes experienciais, oriundos do processo de profissionalização docente, caracterizadores da identidade da profissão professor. Localizando, assim, na dimensão prática deste currículo, também, a uma tendência mais reflexiva e investigativa sobre a atividade docente na escola, numa postura de reflexão da prática, conforme referendado por PIMENTA (1999).

A carga horária total do curso será de 3.420 horas distribuídas em 8 níveis, sendo previsto um nível a cada semestre, integralizando quatro anos de curso. Esta carga horária será distribuída nos dois tempos: TU = Tempo Universidade e TC = Tempo Comunidade. São 2.605 horas de aulas no Tempo Universidade e 615 horas de aula no Tempo Comunidade. Dentro dessas cargas horárias estão distribuídas 420 horas de estágio, sendo 195 horas de estágio em Tempo Comunidade e 225 horas em Tempo Universidade. Ainda integram a estrutura curricular mais 210 horas de atividades curriculares complementares (participação em seminários, congressos, oficinas e outros).

8.9 Atendimento às legislações específicas

O Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores. É importante destacar que a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, em seu artigo primeiro 1º, esclarece: "entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade."

Considerando-se o texto da legislação citada destacamos a importância da Educação Ambiental para a formação de professores em Educação do Campo. O entendimento da relação sociedade e natureza, historicamente constituída, é fundamental para a formação crítica dos estudantes. Essa relação, mesmo quando amparada na perspectiva territorial que considera a continuidade das relações campo-cidade, se apresenta com particularidades nas áreas rurais, onde a atividade produtiva predominante é a agropecuária. Cabe ao professor, sobretudo aquele que atua nas escolas do campo, reconhecer os impactos das atividades produtivas neste espaço, tratar o tema de forma pedagógica no âmbito escolar e, quando possível, por meio de diferentes ações, inclusive em parceria com a comunidade, contribuir no estabelecimento de soluções para os problemas identificados.

Diante disso, o tema da Educação Ambiental deve ser compreendido em sentido amplo, tendo em conta o modelo de desenvolvimento adotado na sociedade capitalista. Assim, é importante reconhecer que o campo brasileiro é marcado por um conjunto de desigualdades

inerentes ao processo de desenvolvimento do país que resultou em dificuldades no acesso à terra, aos diferentes meios de produção e à educação por parte significativa da população rural. Este contexto cria barreiras concretas para o uso comum dos recursos naturais, interferindo na qualidade de vida da população e nas ações direcionadas à sustentabilidade.

A Educação Ambiental contribui no entendimento das contradições inerentes ao modo capitalista de produção, permite identificar as relações de poder que domina e explora a sociedade e a natureza, mas ao mesmo tempo, possibilita criar estratégias para construir novas alternativas de sustentabilidade da vida, seja nos espaços das comunidades, seja no planeta.

Neste Projeto Pedagógico de Curso a Educação Ambiental é tratada de forma direta nos componentes curriculares obrigatórios de Geografia III (60 horas), Geografia IV (60 horas) e Agroecologia e Cooperação na Escola (30 horas) e no componente curricular optativo de Fundamentos da Agroecologia (60 horas). Além disso, a dimensão ambiental apresenta-se transversalmente em diferentes componentes curriculares do curso que abordam temas como o meio ambiente, a Educação do Campo e o desenvolvimento.

A Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, parte dos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004. É importante salientar que o Parecer CNE/CP nº 3/2004 indica que "Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão."

Considerando-se a legislação citada, destacamos a importância do processo seletivo especial do curso de Educação do Campo, com vagas reservadas a candidatos(as) autodeclarados(as) pretos(as), pardos(as) ou indígenas. A atuação dos estudantes junto às suas comunidades de origem durante o curso, tanto nos períodos de Tempo Comunidade como nos Estágios Supervisionados, e depois da conclusão do curso, como egressos formados, também indica o cumprimento da Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, qualificando a população negra para a atuação profissional enquanto docentes.

A partir da Resolução citada, também se compreende que "Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas." Nesse sentido, no Projeto Pedagógico de Curso a Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil é tratada de forma direta nos componentes curriculares obrigatórios de História I (60 horas), História II (60 horas), Antropologia dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas (30 horas) e nos componentes curriculares optativos de Educação escolar indígena (60 horas), e História e Cultura Afro-brasileira (60 horas). Além disso, a dimensão das relações étnico-raciais apresenta-se transversalmente presente em diferentes componentes curriculares do curso que abordam a diversidade das populações do campo.

A Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, está contemplada no decorrer desse PPC, visualizando-se de forma mais incisiva nos seguintes componentes: Educação do Campo e Educação Popular (60 horas); Sociologia IV (60 horas) e Filosofia V (60 horas). Cabe salientar que a educação em Direitos Humanos é parte desse projeto político pedagógico uma vez que analisa aspectos epistemológicos e metodológicos da esfera dos direitos, da dignidade humana, da democracia, do reconhecimento das diferenças e da inclusão na perspectiva da formação de sujeitos engajados e promotores da transformação da sociedade.

Educar em Direitos Humanos significa ter consciência dos direitos fundamentais, de ser sujeito, para além das desigualdades sociais. É reconhecer a educação como direito fundamental que nos potencializa como seres humanos. É a formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, cultural e político. É assumir na plenitude a condição de cidadão, ser sujeito da sua ação. Atrelado a isso estão os direitos de ler, de escrever, de voz, vez e de participação cidadã.

A Educação do Campo, de modo peculiar, pode ser um dos agentes de afirmação histórica dos Direitos Humanos pela proposta pedagógica em uma relação de diálogo entre educadores e educandos em prol de igualdade e democracia de direitos, utilizando-se de métodos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados. A Educação do Campo é direito assegurado pela Constituição Federal, pelo artigo 28 da Lei nº 9394/96, e passa a ser defendida cada vez mais como direito fundamental e de responsabilidade social em que os governantes municipais, estaduais e federal devem cumprir e atender às demandas da população que vive no meio rural. A temática da educação

em Direitos Humanos está evidenciada nessa proposta pedagógica também pelo viés da transversalidade, dialogando com diferentes componentes curriculares que teorizam e problematizam a formação dos sujeitos do campo como sujeitos de direito, pautando uma formação ética, crítica e política.

8.10 Estrutura Curricular

Curso de graduação de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura - *Campus* Laranjeiras do Sul					Atividades						**Total de Horas**	**Expressão de Pré-requisito**
					Aulas presenciais			PCCr**	Estágio	TCC *		
Nível	**Nº**	**Do-mí-nio**	**Código**	**Componente Curricular**	Teórica	Prática	Extensionis-ta** (TC)		Discente Orienta-da - Presencial:	Discente Orienta-da		
1º nível	01	CM	GCS0694	Meio ambiente, economia e sociedade	50			10			60	
	02	CM	GLA0696	Leitura e produção textual I	30						30	
	03	CX	GCH1210	Fundamentos da educação	50			10			60	
	04	CM	GEX1068	Estatística básica	60						60	
	05	CM	GEX1066	Informática básica	60						60	
	06	ES	GCH2123	Antropologia dos povos do campo, das águas e das florestas	20			10			30	
	07	CM	GCS0695	Direitos e cidadania	50			10			60	
Subtotal					**320**			**40**			**360**	
2º nível	08	ES	GCH1337	Metodologia de ensino interdisciplinar nas ciências sociais e humanas	30			15			45	
	09	CM	GCH1753	Iniciação à prática científica	60						60	
	10	ES	GCH801	Organização do trabalho pedagógico	45			15			60	
	11	ES	GCH2124	Antropologia indígena	25		10	10			45	
	12	ES	GCH2125	Educação do campo e educação popular	40		10	10			60	
	13	CX	GCH1211	Política educacional e legislação do ensino no Brasil	60						60	
	14	CM	GLA0697	Leitura e Produção Textual II	60						60	
	15	ES	GCH2126	Seminário integrador de extensão I			30				30	
Subtotal					**320**		**50**	**50**			**420**	
3º nível	16	CX	GCH1209	Psicologia da educação e teorias da aprendizagem	60						60	
	17	ES	GCH2165	Filosofia I	35		15	10			60	
	18	ES	GCH2166	Geografia I	35		15	10			60	
	19	ES	GCH2167	História I	35		15	10			60	

Curso de graduação de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura - *Campus* Laranjeiras do Sul					Atividades						Total de Horas	Expressão de Pré-requisito
					Aulas presenciais			PCCr**	Estágio	TCC *		
Nível	**Nº**	**Do-mí-nio**	**Código**	**Componente Curricular**	Teórica	Prática	Extensionis-ta** (TC)		Discente Orienta-da - Presencial:	Discente Orienta-da		
	20	ES	GCH2168	Sociologia I	35		15	10			60	
	21	CM	GCH1754	Introdução ao pensamento social	60						60	
	22	ES	GCH2169	Seminário integrador de extensão II			30				30	15 (GCH2126)
Subtotal					**260**		**90**	**40**			**390**	
4º nível	23	ES	GCH2170	Filosofia II	30		15	15			60	
	24	ES	GCH2171	Geografia II	30		15	15			60	
	25	ES	GCH2172	História II	30		15	15			60	
	26	ES	GCH2173	Sociologia II	30		15	15			60	
	27	CX	GCH794	Didática geral	60						60	
	28	CX	GCH1214	Estágio curricular I	45				30		75	
	29	ES	GCH2174	Seminário integrador de extensão III			30				30	15, 22 (GCH2126 e GCH2129)
Subtotal					**180**		**90**	**60**	**75**		**405**	
5º nível	30	ES	GCH2175	Filosofia III	30		15	15			60	
	31	ES	GCH2176	Geografia III	30		15	15			60	
	32	ES	GCH2177	História III	30		15	15			60	
	33	ES	GCH2178	Sociologia III	30		15	15			60	
	34	CX	GLA210	Língua brasileira de sinais (Libras)	50			10			60	
	35	ES	GCH2193	Metodologias e técnicas de pesquisa	10			10		10	30	
	36	ES	GCH2179	Estágio curricular supervisionado II	45				30		75	15, 22, 29 (GCH2126 e GCH2129 e GCH2174)
	37	ES	GCH1355	Políticas educacionais e legislação da educação do campo e	30						30	

Curso de graduação de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura - *Campus* Laranjeiras do Sul					Atividades						Total de Horas	Expressão de Pré-requisito
					Aulas presenciais			PCCr**	Estágio	TCC *		
Nível	**Nº**	**Do-mí-nio**	**Código**	**Componente Curricular**	Teórica	Prática	Extensionis-ta** (TC)		Discente Orienta-da - Presencial:	Discente Orienta-da		
				indígena								
Subtotal					**210**		**60**	**80**	**75**	**10**	**435**	
6º nível	38	ES	GCH2180	Filosofia IV	30		15	15			60	
	39	ES	GCH2181	Geografia IV	30		15	15			60	
	40	ES	GCH2182	História IV	30		15	15			60	
	41	ES	GCH2183	Sociologia IV	30		15	15			60	
	42	ES	GCH2184	Trabalho de conclusão de curso I	30					15	45	
	43	ES	GCH2185	Estágio curricular supervisionado III	45				45		90	15, 22, 29, 36 (GCH2126 e GCH2129 e GCH2174 e GCH2179)
	44	ES		Optativa I	60						60	
Subtotal					**210**		**60**	**60**	**90**	**15**	**435**	
7º nível	45	ES	GCH1364	Filosofia V	45			15			60	
	46	ES	GCH1365	Geografia V	45			15			60	
	47	ES	GCH1366	História V	45			15			60	
	48	ES	GCH1367	Sociologia V	45			15			60	
	49	ES	GCH2186	Trabalho de conclusão de curso II	15					15	30	42 (GCH2184)
	50	ES	GCH2187	Estágio curricular supervisionado IV	45				45		90	
	51	ES		Optativa II	60						60	
Subtotal					**255**			**60**	**90**	**15**	**420**	
8º nível	52	ES	GCH803	Agroecologia e cooperação na escola	15			15			30	
	53	CX	GCH797	Educação inclusiva	30						30	

Curso de graduação de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura - *Campus* Laranjeiras do Sul					Atividades						Total de Horas	Expressão de Pré-requisito
					Aulas presenciais			PCCr**	Estágio	TCC *		
Nível	**Nº**	**Do-mí-nio**	**Código**	**Componente Curricular**	Teórica	Prática	Extensionis-ta** (TC)		Discente Orienta-da - Presencial:	Discente Orienta-da		
	54	ES	GCS586	Realidade do campo brasileiro	45						45	
	55	ES		Optativa III	60						60	
	56	ES	GCH2188	Estágio curricular supervisionado V	45				45		90	
	57	ES	GCH2189	Seminário de socialização de trabalho de conclusão de curso	10					20	30	42, 49 (GCH2184 e GCH2186)
	58	ES	GCA674	Matrizes formativas e práticas na educação do campo	50			10			60	
Subtotal					**210**			**25**	**90**	**20**	**345**	
Subtotal Geral					1.965		350	415	420	60	3.220	
Atividades curriculares complementares											210	
Total Geral					**1.965**		**350**	**415**	**420**	**60**	**3.420**	

Quadro 6: Estrutura Curricular do Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura
CM – Domínio Comum CX – Domínio Conexo ES – Domínio Específico
Alteração de atribuição de carga horária nos componentes de Estágio conforme RESOLUÇÃO Nº 02/CG ECCSH LS/UFFS/2026
*Alteração de atribuição de carga horária nos componentes de Extensionistas** Tempo Comunidade conforme RESOLUÇÃO Nº 05/CG ECCSH LS/UFFS/2026*

a) Atividades descritas conforme previsto no Art. 44 do atual Regulamento da Graduação da UFFS

*Atividades do Trabalho de Conclusão de Curso previstas no atual Regulamento da Graduação da UFFS.

**A carga horária de extensão e cultura do curso será desenvolvida por meio de atividades de Prática como Componente Curricular, respeitando-se o disposto no artigo 9º da Res. nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, conforme previsto no parágrafo 3º, artigo 10º, da mesma resolução.

8.10.1 Rol de componentes optativos:

Curso de graduação em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura - *Campus* Laranjeiras do Sul			Atividades		Total de Horas	Expressão de Pré-requisito
			Aulas presenciais Teóricas	Aulas Extensionistas		
Nº	Código	Componente Curricular				
59	GCH1374	Teoria cooperativista	60		60	
60	GCH1375	Fundamentos da agroecologia	60		60	
61	GCH1376	Educação escolar indígena	60		60	
62	GCH2190	Políticas linguísticas e falantes de comunidades indígenas no Brasil	60		60	
63	GCH2047	Classe social, raça e gênero	60		60	
64	GCH2191	Terra e território indígena	60		60	
65	GCH2192	Conhecimento tradicional indígena e agroecologia	60		60	
66	GCH1381	História e cultura afro-brasileira	60		60	
67	GCH1382	Filosofia da educação	60		60	
68	GCH1755	História da Fronteira Sul	60		60	
69	GCH826	História da Educação	60		60	
70	GCH2054	Terra, território, territorialidades e extensão universitária		60	60	
71	GCH2055	Ações extensionistas em História		60	60	
72	GCH2056	Ações extensionistas em Geografia		60	60	
73	GCH2057	Ações extensionistas em Sociologia		60	60	
74	GCH2058	Ações extensionistas em Filosofia		60	60	
75	GCH2059	Ações extensionistas em Educação do Campo		60	60	
76	GCH1378	Tópicos especiais de Filosofia	60		60	

Curso de graduação em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura - *Campus* Laranjeiras do Sul			Atividades		Total de Horas	Expressão de Pré-requisito
			Aulas presenciais Teóricas	Aulas Extensionistas		
Nº	Código	Componente Curricular				
77	GCH1379	Tópicos especiais de Geografia	60		60	

Quadro 7: Componentes curriculares optativos
Componentes inseridos conforme RESOLUÇÃO Nº 04/CG ECCSH LS/UFFS/2026

Para esclarecimento, citamos abaixo o Regulamento da Graduação da UFFS:

Art. 44. Os Componentes Curriculares são desenvolvidos mediante as seguintes atividades (Resolução nº 40/CONSUNI/CGAE/2022)
I - aula presencial - encontro presencial regular, distribuído ao longo do semestre letivo ou conforme o regime de alternância, no qual o docente e a turma de estudantes matriculados no CCR desenvolvem conjuntamente os temas previstos na ementa. As aulas presenciais podem ser:
a) aulas teóricas - aquelas em que o docente e a turma de estudantes desenvolvem conteúdos teóricos relativos aos temas da ementa;
b) aulas práticas - aquelas em que os estudantes, sob orientação e supervisão de docente, realizam ou observam a realização de ensaios, experimentos e procedimentos descritos no protocolo de aula prática, em laboratório, em campo, em ambiente de exercício profissional ou outro ambiente preparado para tal.
II - aula a distância - aquela na qual a mediação didático-pedagógica é realizada com o uso de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos;
III - atividade de estágio - aquela desenvolvida pelo estudante em ambiente de exercício profissional, incluídas aquelas de elaboração, preparação e avaliação, sob supervisão de um profissional habilitado e orientação de docente;
IV - atividade de pesquisa e extensão - aquela realizada pelo estudante no desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou extensão, sob orientação de docente, obedecendo regulamentação específica;
V - atividade curricular complementar - atividades diversas, de ensino, pesquisa, extensão ou cultura, desenvolvidas pelo estudante, com ou sem orientação docente, registradas e aprovadas como atividade de complementação curricular, de acordo com regulamentação específica de cada curso.
§ 1º As aulas presenciais, conforme inciso I acima, são registradas em diário de classe, incluindo a data e o turno de realização, a frequência, o número de aulas e o conteúdo trabalhado.
§ 2º As aulas a distância são registradas conforme regulamentação específica.
§ 3º A realização das atividades previstas nos incisos III e IV deste artigo são orientadas por docente, nos termos deste regulamento e conforme previsto em cada PPC.
§ 4º São considerados como aulas os encontros de planejamento, execução e avaliação de atividades de estágio, pesquisa e extensão, quando realizados como atividade coletiva e nos quais o docente acompanha a turma de estudantes.

8.11 Resumo de carga horária de Estágios, ACC, TCC e Optativos

Resumo de Carga horária de Estágio, ACC, TCC e Optativos	**Carga horária (horas)**
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	105 hs
Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	420 hs
Componentes curriculares optativos	180 hs
Atividades Curriculares Complementares (ACC)	210 hs

Quadro 8: Resumo de carga horária dos Estágios, ACC, TCC e Optativos

8.12 Análise vertical e horizontal da estrutura curricular (representação gráfica):

Níveis							
1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Meio ambiente, economia e sociedade 60 horas	Iniciação à prática científica 60 horas	Introdução ao pensamento social 60 horas	Didática geral 75 horas	Língua brasileira de sinais (Libras) - 60 horas	Filosofia IV 60 horas	Filosofia V 60 horas	Educação inclusiva 30 horas
Leitura e produção textual I - 30 horas	Leitura e produção textual II - 60 horas	Psicologia da educação e teorias da aprendizagem 60 horas	Estágio curricular I 75 horas	Políticas educacionais e legislação da educação do campo e indígena - 30 horas	Geografia IV 60 horas	Geografia V 60 horas	Realidade do campo brasileiro 45 horas
Direitos e cidadania 60 horas	Organização do trabalho pedagógico 60 horas	Filosofia I 60 horas	Filosofia II 60 horas	Geografia III 60 horas	História IV 60 horas	História V 60 horas	Agroecologia e cooperação na escola 30 horas
Estatística básica 60 horas	Política educacional e legislação do ensino no Brasil - 60 horas	Geografia I 60 horas	Geografia II 60 horas	História III 60 horas	Sociologia IV 60 horas	Sociologia V 60 horas	Matrizes formativas e práticas na educação do campo 60 horas
Informática básica 60 horas	Educação do campo e educação popular 60 horas	História I 60 horas	História II 60 horas	Sociologia III 60 horas	Trabalho de conclusão de curso I - 45 horas	Trabalho de conclusão de curso II - 30 horas	Estágio curricular Supervisionado V - 90 horas
Fundamentos da educação 60 horas	Metodologia de ensino interdisciplinar nas Ciências Sociais e Humanas - 45 horas	Sociologia I 60 horas	Sociologia II 60 horas	Metodologias e técnicas de pesquisa 30 horas	Estágio curricular Supervisionado III 90 horas	Estágio curricular Supervisionado IV 90 horas	Seminário de socialização de trabalho de conclusão de curso 30 horas
Antropologia dos povos do campo, das águas e das florestas - 30 horas	Antropologia indígena 45 horas	Seminário Integrador de Extensão II 30 horas	Seminário Integrador de Extensão III 30 horas	Estágio curricular Supervisionado II 75 horas	Optativa I 60 horas	Optativa II 60 horas	Optativa III 60 horas
	Seminário Integrador de Extensão I - 30 horas			Filosofia III 60 horas	Domínio Comum – Domínio Conexo – Domínio Específico – Optativas		

Quadro 9: Representação gráfica da estrutura curricular.

8.13 Modalidades de componentes curriculares presentes na estrutura do curso

8.13.1 Estágios curriculares supervisionados (Normatização no ANEXO III)

O Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura está centrado na articulação entre teoria e prática, ou seja, a práxis é princípio metodológico e a pesquisa a estratégia para captar e entender o exercício da profissão, no contexto da realidade de cada local. A Educação do Campo e o curso de formação em licenciatura têm possibilitado a investigação e a relação entre escola, comunidade e ação docente. Isso, segundo os apontamentos de Pimenta (1994), coloca o estágio na articulação do curso, entre os componentes e a prática docente. A escola passa a ser o centro de articulação, de formação, de diálogo e construção enquanto futuro docente, acaba sendo um espaço da pesquisa e também para extensão, de formação continuada e de aproximação entre educação básica e ensino superior.

No curso, o estágio está dividido em obrigatório e não obrigatório. Sendo o obrigatório um conjunto de atividades desenvolvidas no ambiente de trabalho que visa a preparação para as atividades profissionais dos educandos e que contextualiza a formação acadêmica através do contato direto com o ambiente de trabalho. E, não obrigatório, podendo ser realizado pelos acadêmicos regularmente matriculados na Universidade Federal da Fronteira Sul, junto às instituições que firmarem convênio com a UFFS. A carga horária a ser cumprida pelo acadêmico na Unidade Concedente de Estágio (UCE) não ultrapassará trinta horas semanais, com distribuição preferencial de seis horas de aulas.

As atividades a serem cumpridas no local de estágio, bem como, o desempenho do acadêmico ao realizá-las, estarão sujeitas a avaliações semestrais acompanhadas pelo professor orientador de estágio da instituição de ensino, com parecer prévio do supervisor de rotina do trabalho do estagiário, quanto ao desempenho das funções a ele delegadas.

São componentes do Domínio Conexo das licenciaturas do *Campus* da Universidade Federal Fronteira Sul, em Laranjeiras do Sul (Psicologia da educação e teorias da aprendizagem, Fundamentos da Educação, Política educacional e legislação do ensino no Brasil, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Educação Inclusiva, Didática Geral, e Estágio Curricular I) e os Estágios Curriculares Supervisionados II, III, IV e V, são específicos deste curso e compreendem processos de docência e intervenção pedagógica em espaços escolares de educação formal e informal.

As atividades que podem compreender como parte da carga horária dos Componentes Curriculares de Estágios do Curso de Educação do Campo Ciências Sociais e Humanas –

Licenciatura são as seguintes: Estágios de Vivências, e Trabalhos de Campo e outras atividades previstas nos planos de curso das disciplinas escolares.

O Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura por ser em alternância, possibilita a ligação com a realidade social e institucional do campo. Os acadêmicos realizam parte da carga horária dos Estágios Curriculares Supervisionados no Tempo Comunidade, propiciando assim, a vivência dos processos educativos de forma alternada, o que permite que ele parta das experiências de formação na família, na comunidade local e nas instituições do município em que vive. Trata-se, de fato, de uma perspectiva de práxis, ao relacionar os saberes produzidos no campo com os conhecimentos científicos. Por isso, a alternância estimula, como elementos fundamentais de formação, o exercício da pesquisa e a articulação entre trabalho e estudo, sendo o estágio a materialização da práxis educativa do Curso.

Carga horária:

COMPONENTE	NÍVEL	CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA TEMPO COMUNIDADE
		Horas	
Estágio Curricular I	4º	75	30h
Estágio Curricular Supervisionado II	5º	75	30h
Estágio Curricular Supervisionado III	6º	90	45h
Estágio Curricular Supervisionado IV	7º	90	45h
Estágio Curricular Supervisionado V	8º	90	45h
TOTAL		**420**	**195h**

Quadro 10: Estágio Curricular Supervisionado e Carga horária Tempo e Comunidade

Os estágios I e II terão sua carga horária atribuídos a um docente indicado no colegiado. A carga horária dos estágios III, IV e V serão atribuídos a três docentes, respeitando sempre a especificidade da atribuição de carga horária ao professor - pedagogo e a área de atuação, ou seja, Estágio III – Ensino Fundamental, História e Geografia; Estágio IV – Ensino Médio, Sociologia e Filosofia; Estágio V – Educação de Jovens e Adultos e/ou projetos educativos em educação não formal e informal.

As atividades docentes segundo o art. 2º da Resolução nº 4/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 compreendem o desenvolvimento das seguintes atividades, conforme previsto no plano de curso do docente:

I - aulas teórico/práticas presenciais, que consistem em encontros pedagógicos do docente com a turma de estudantes matriculados no CCR incluindo-se os seminários de apresentação

e/ou avaliação de estágio;

II - elaboração do plano de estágio e do relatório de avaliação, desenvolvido pelo estudante, sob orientação de um docente da UFFS, incluindo horas de estudo individual para leitura e análise da bibliografia pertinente;

III - atividade de estágio desenvolvida pelo estudante, no campo de estágio, sob supervisão de um profissional da unidade concedente do estágio e orientação de um docente da UFFS.

Campos de estágio:

São considerados campos de estágio para o curso as escolas do campo ligadas às comunidades rurais, conforme dispõe as Diretrizes da Educação do Campo do Estado do Paraná e conforme dispõe o IBGE sobre o espaço rural. Compreende-se ainda como campo de estágio nos níveis fundamental e médio as escolas do perímetro urbano dos pequenos municípios, cujos educandos provêm do campo, conforme o Parecer 1.011/2010 do Conselho Estadual da Educação/Câmara de Educação Básica. Entende-se ainda como espaço propício ao estágio as escolas agrícolas e as Escolas Indígenas. Também as comunidades camponesas, organizações educativas formais e informais que não estejam diretamente ligadas a processos escolares.

Avaliação do estágio:

Será realizada pelos professores coordenadores e supervisores do estágio, considerando-se as orientações e a supervisão, e ainda:

- A avaliação realizada pela unidade escolar ou espaço educativo onde o estágio se realiza, conforme orientação do professor do componente curricular, mediante formulário avaliativo encaminhado pela coordenação e a critério da unidade, observando fatores ausentes no formulário e relevantes ao processo educativo;
- Pelo relatório do estágio a ser apresentado pelo acadêmico ao final de cada componente, conforme o foco previsto em cada etapa;
- O Seminário Integrador desenvolvido durante o Tempo Universidade será elemento avaliativo, bem como, os demais trabalhos propostos nos planos de curso dos docentes nos diferentes componentes.

Coletivo de Acompanhamento do Estágio:

Segundo o art. 7º da Resolução nº 4/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 o acompanhamento docente nas Atividades de Estágio Curricular Obrigatório, consiste em processo de mediação pedagógica, realizado pelo Orientador de Estágios da UFFS, em diálogo com a UCE, e tem como objetivos acompanhar o acadêmico em sua iniciação à

prática profissional no campo onde é desenvolvida e garantir o atendimento ao disposto no art. 1º desta Resolução, que se caracteriza por:

I - ser atividade distinta de supervisão de estágio;

II - exigir a presença do docente em efetivo trabalho no local de estágio, conforme especificidades do curso e campo de estágio.

O Coletivo de Acompanhamento de Estágio será composto pelo coordenador do estágio, os supervisores das escolas/campos de estágios e os docentes dos componentes que atuarão como orientadores.

O Coordenador do estágio é indicado pelo colegiado do Curso, nesta condição passa a ser membro nato do colegiado. Os docentes que atuam nos componentes devem ser indicados pelo colegiado.

O coletivo de acompanhamento terá reuniões sistemáticas ao longo dos semestres, para planejamento e avaliação das atividades dos componentes. O acompanhamento nos campos de estágio é de responsabilidade deste coletivo, sendo este o momento de contato com as escolas e comunidades de origem dos acadêmicos.

Ao professor/orientador responsável por fazer o acompanhamento de estudantes no campo de estágio, conforme o disposto no inciso III do artigo 11 da Resolução nº 106/CONSUNI/2022, terá a seguinte carga horária contabilizada durante a supervisão de estágios no curso:

III - 1 (uma) hora-aula semanal para cada 3 (três) orientações/supervisões de estágio ou prática profissional, pelo tempo de duração da orientação/supervisão, conforme previsto no PPC.

8.13.2 Atividades curriculares complementares

As Atividades Curriculares Complementares (ACCs) constituem ações que visam à complementação do processo ensino e aprendizagem, sendo desenvolvidas ao longo do curso de Educação do Campo, Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura, com carga horária de 210 horas.

As ACCs constituem mecanismo de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos, sendo consideradas obrigatórias para a integralização do currículo.

Enquanto requisito obrigatório as ACCs respondem ao princípio da flexibilidade, pelo

qual o estudante tem a oportunidade de decidir sobre uma parte do currículo, sendo ordenadas por duas legislações específicas: pela determinação constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, a qual estabelece em seu artigo 3º a "valorização da experiência extra-classe" e, também, pelo que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo.

Para validação das horas de ACCs os estudantes deverão apresentar documento comprobatório da atividade e sua carga horária ou apresentação de cópia do trabalho realizado ou declaração da instituição ou órgão responsável pela atividade prestada ou documento elaborado pelo professor que orientou e acompanhou o estudo ou outro documento comprobatório da atividade realizada. No Anexo II, consta o Regulamento de ACCs.

8.13.3 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivo produzir e sistematizar conhecimentos sobre diferentes temas relacionados com a Educação do Campo. Espera-se que por meio dos componentes curriculares voltados diretamente para a pesquisa, os estudantes possam se apropriar de técnicas e metodologias para a produção, a sistematização e a análise de dados que resultarão no TCC.

O curso possui alguns componentes curriculares voltados especialmente para o desenvolvimento da pesquisa e a elaboração do TCC. No segundo nível do curso é ofertado o CCR de Iniciação à prática científica (60 horas), no quinto nível os estudantes cursam Metodologias e técnicas de pesquisa (30 horas), no sexto nível inicia-se o planejamento e a elaboração do TCC no componente curricular de Trabalho de conclusão de curso I (45 horas), que tem sequência, no sétimo nível, com a disciplina de Trabalho de conclusão de curso II (30 horas) e, finalmente, é concluído no oitavo nível, com o Seminário de Socialização de Trabalho de Conclusão de Curso (30 horas). No oitavo nível também ocorre a defesa pública do TCC.

O tempo comunidade se constitui no período formativo privilegiado para a execução do TCC, já que ele possibilita a imersão e o contato direto com o objeto e as práticas de pesquisa dos acadêmicos. Contando com a orientação de um professor, os estudantes deverão elaborar um projeto de pesquisa a partir do sexto nível do curso, que será desenvolvido por meio de estudos teóricos e, quando for o caso, levantamento de dados empíricos, até a defesa final no oitavo semestre.

Espera-se que o TCC possa proporcionar momentos de síntese e permitir a articulação

entre os conceitos das diferentes disciplinas que compõem a área de conhecimento das Ciências Sociais e Humanas. O produto final oriundo do TCC pode ser uma monografia, um artigo científico, um relatório técnico-científico ou um material didático. Assim, tem-se a possibilidade de exercitar a práxis por meio do desenvolvimento de pesquisas que se sustentarão em práticas nas escolas e nos territórios camponeses e indígenas. A regulamentação do TCC consta como anexo deste PPC.

8.13.4 Atividades de inserção da Extensão e Cultura no currículo

A extensão é uma das dimensões fundamentais na formação de educadores do campo, pois ela permite, juntamente com a pesquisa e o ensino, a aproximação e o estreitamento de laços com a comunidade. É oportuno ancorar-se no conceito de extensão dado por Freire (1977, p. 20, grifos do autor): "[e]xtensão indica a ação de estender, estender algo a... quem estende, estende alguma coisa *a* ou *até alguém*. A extensão é educativa.".

A relação com a escola e a comunidade está entre os princípios fundamentais da Educação do Campo, pois há uma dimensão educativa importante que se configura para além dos muros da escola, e o processo de escolarização é ressignificado quando considera o estudo da realidade em que os educandos estão inseridos. Esse estudo da realidade é base para a sua transformação. Freire (1981, p. 16) explica que "a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir". Ele continua afirmando que "é exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas, à qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser da práxis".

A Universidade Federal da Fronteira Sul, desde a sua constituição, tem o compromisso de ser agente de intervenção qualitativa nas comunidades de seu entorno. Nesse sentido, o Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, por meio da carga horária prevista para a extensão, assume o compromisso de aproximação com a comunidade regional desde os primeiros semestres da formação. Assim, busca-se estar próximo das escolas e das comunidades camponesas e indígenas, articulando a extensão, a pesquisa e o ensino como forma de qualificar a formação dos educadores das escolas presentes nesses territórios.

De acordo com os artigos que tratam das atividades de extensão universitária presentes na Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Educação – CNE, de 18 de dezembro de 2018, constitui-se objetivo da extensão, integrada à estrutura curricular da educação superior, a

indissociabilidade de suas ações com o ensino e a pesquisa. Nesse sentido, as ações propostas pelo Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura voltam-se ao aprimoramento da atuação extensionista universitária com vistas à formação do estudante no que concerne à capacidade de interagir, pensar e propor benefícios à sociedade, constituindo-se em instrumento emancipatório para o desenvolvimento da autonomia intelectual, cidadã e de interação com a realidade regional e global.

No caso dos cursos de licenciatura, seguindo a Resolução acima citada, a atuação da extensão pretendida pode ocorrer enquanto processo educativo, cultural, científico e tecnológico na formação docente. Esse processo se instrumentaliza na relação entre a teoria e a prática por meio do exercício interdisciplinar, princípio fundamental na formação de educadores do campo.

As atividades de extensão e cultura no curso compõem parte da carga horária de Prática como Componente Curricular (PCCr).

A prática como componente curricular, na sua interface direta com a extensão, é caracterizada por elementos de reflexão, preparação e aproximação gradual dos estudantes com o exercício profissional. As ações de extensão do curso tem por objetivo contribuir diretamente para a qualificação da formação dos licenciados, onde será possível exercitar a integração de conhecimentos, diferentes metodologias de ensino, o planejamento docente, a avaliação, entre outros aspectos essenciais para a formação do professor.

A carga horária de extensão no curso LEDOC: CSH está distribuída do segundo até o sexto nível, totalizando 350 horas em componentes curriculares integrais e mistos. A carga horária vinculada aos CCRs está assim distribuída: 50 horas no segundo semestre; 90 horas no terceiro; 90 horas no quarto; 60 horas no quinto e sexto semestres. Três componentes curriculares possuem carga horária integralmente dedicada à extensão (Seminário Integrador de Extensão I, II e II) e os demais se caracterizam como componentes curriculares mistos, conforme a Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021 de 17 de dezembro de 2021.

As atividades de extensão do segundo até o sexto nível do curso estão relacionadas, sendo que, embora iniciadas e encerradas em cada nível, também serão pré-requisito para as ações de extensão do nível seguinte do curso. Isso quer dizer que os estudantes irão acumulando conhecimentos e desenvolvendo práticas ao longo do percurso formativo, qualificando a intervenção nas escolas e nas comunidades onde a extensão será desenvolvida.

No segundo nível do curso, a carga horária de extensão está distribuída nos componentes de Seminário integrador de extensão I (30 horas), Antropologia indígena (10

horas) e Educação do campo e educação popular (10 horas). Neste nível, durante o Tempo Universidade, os estudos abordarão a concepção de extensão, a relação entre ensino, pesquisa e extensão e as perspectivas de extensão na Educação de Campo. A centralidade do semestre será a realização do Inventário da Realidade, constituído por um levantamento das informações acerca das características sociais, econômicas, históricas e geográficas da comunidade e da escola que serão foco das ações extensionistas. Considerando-se a carga horária de extensão dos CCRs no semestre, o roteiro para produção do Inventário da Realidade deverá ser elaborado conjuntamente nos diferentes componentes envolvidos, abrangendo questões relacionadas à educação, ao território e aos sujeitos do campo. A socialização do Inventário da Realidade será realizada na segunda etapa do Tempo Universidade.

No terceiro nível do curso, a carga horária relacionada à extensão está distribuída entre os componentes curriculares da seguinte forma: Seminário integrador de extensão II (30 horas), Filosofia I (10 horas); Geografia I (10 horas); História I (10 horas) e Sociologia I (10 horas). Nesse semestre, com base no Inventário da Realidade realizado no segundo nível, os educandos irão sistematizar demandas e elaborar propostas de extensão para serem desenvolvidas na escola e/ou na comunidade. A partir das informações levantadas e sistematizadas no semestre anterior, os acadêmicos escolherão uma demanda da comunidade e produzirão, em grupo ou individualmente, em conjunto com os sujeitos foco da ação, um planejamento das ações de extensão a serem executadas a partir do quarto nível do curso. Os docentes responsáveis pelos CCRs citados devem auxiliar com indicações de bibliografia para o estudo, na proposição/definição de ações possíveis de serem efetuadas e no planejamento das atividades.

As atividades de extensão poderão abranger as seguintes ações nas escolas e/ou comunidades: melhorias em hortas e jardins escolares; montagem de sessão de cinema para a comunidade; produção de cartografia social; produção da linha do tempo da comunidade e/ou escola; organização de um grupo de teatro; palestras na escola ou na comunidade; produção de vídeos na escola; montagem de um mural para exposição na escola e/ou na comunidade retratando aspectos significativos para os sujeitos locais; trabalho de recuperação de nascente com educandos da escola; montagem de uma rádio na escola; oferta de um minicurso ou oficina sobre temas relacionados com a Educação do Campo, entre outras ações.

Cabe aqui se assenhorar dos ensinamentos de Shulgin (2013, p. 151) quanto ao *trabalho socialmente necessário* ao explicar, pois “todo trabalho normalmente é dividido em várias

etapas: 1) o trabalho planejado, o plano; 2) propaganda entre a população; 3) preparação para a sua realização (habilidades, conhecimentos adicionais, aquisição de equipamentos, etc. 4) o próprio ato de execução; 5) avaliação.". Nesse viés, as ações de extensão podem contribuir com melhorias nas escolas e nas comunidades tendo como base os princípios do trabalho socialmente necessário, ao articular os sujeitos na resolução coletiva das suas demandas.

A definição das ações extensionistas a serem executadas deverá tomar como base as informações do Inventário da Realidade, as ementas dos componentes curriculares e os objetivos da Prática como Componente Curricular (PCCr). Assim, conforme exposto, durante o Tempo Comunidade, no terceiro nível do curso, os estudantes deverão apresentar e avaliar, em conjunto com o público-alvo da ação, as atividades extensionistas a serem desenvolvidas. O planejamento, o registro e a avaliação das atividades deverão ser elaborados considerando-se o conjunto de CCRs com carga horária de extensão no nível.

No quarto nível do curso, a carga horária de extensão está distribuída entre os CCRs da seguinte forma: Seminário integrador de extensão III (30 horas); Filosofia II (15 horas), Geografia II (15 horas), História II (15 horas) e Sociologia II (15 horas). Esse semestre se caracteriza pelo desenvolvimento da primeira etapa da atividade extensionista na comunidade e/ou escola, tendo como referência o planejamento realizado no semestre anterior. No final do quarto nível deverá acontecer a socialização e a avaliação da primeira etapa das atividades executadas, e nesse momento serão visualizadas possibilidades de continuidade ou aperfeiçoamento das ações para o próximo período.

No quinto nível do curso, a carga horária de extensão será desenvolvida nos componentes curriculares de Filosofia III (15 horas), Geografia III (15 horas), História III (15 horas) e Sociologia III (15 horas). Esse semestre se caracteriza pelo desenvolvimento da segunda etapa da atividade extensionista na comunidade e/ou na escola, tendo como referência o planejamento e as ações dos semestres anteriores. A segunda etapa se caracteriza por uma nova aplicação da ação ou pela continuidade daquilo já desenvolvido, tendo como base a avaliação realizada no semestre anterior.

No sexto nível do curso, a extensão integrará os componentes curriculares de Filosofia IV (15 horas), Geografia IV (15 horas), História IV (15 horas) e Sociologia IV (15 horas). Esse semestre se caracteriza pelo registro, sistematização, avaliação e socialização do percurso formativo relacionado com a extensão desde o segundo semestre do curso. Esse conjunto de ações deverá ser desenvolvido diretamente com o público-alvo das atividades extensionistas realizadas.

É importante esclarecer que os componentes curriculares de Estágio curricular supervisionado II e Estágio curricular supervisionado III se constituem como componentes curriculares mistos, ou seja, tem parte da sua carga horária destinada para o desenvolvimento de ações extensionistas específicas, como já apresentado.

Assim, entende-se que as ações propostas pelo curso atendem as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação da UFFS, conforme estabelecido no artigo 9º da Resolução Nº 93/CONSUNI/UFFS/2021 (Aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul), pois elas serão realizadas sob a coordenação e/ou orientação docente; promovem o envolvimento da comunidade regional da área de abrangência da UFFS como público-alvo; atendem as exigências requeridas pelo perfil do egresso e pelos objetivos da formação previstos no PPC do curso; tem o discente como protagonista das atividades; promovem a inclusão social, a relação com problemas e problemáticas sociais relevantes; e garantam a participação democrática e plural dos atores sociais e o diálogo universidade/sociedade, por meio de metodologias participativas, pautadas na perspectiva investigação/ação e em métodos de análise inovadores.

O planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades apresentadas deverão ocorrer pelos docentes responsáveis pelos componentes curriculares que possuem carga horária relacionada com a extensão no respectivo nível em conjunto com a Coordenação de Extensão e Cultura do curso.

A comprovação da realização das atividades de extensão será realizada por instrumentos de planejamento, registro e avaliação específicos definidos pelos docentes responsáveis pelos componentes curriculares com carga horária de extensão no curso e devidamente registrados no Plano de Curso. Os componentes de Seminário integrador de extensão I, II e III, são pré-requisitos, já que estruturam as propostas de extensão do curso. A síntese da proposta consta no quadro a seguir:

Distribuição da carga horária de extensão nos CCRs

CCR Integral	Carga horária (horas)
Seminário integrador de extensão I (2ª nível)	30
Seminário integrador de extensão II (3ª nível)	30
Seminário integrador de extensão III (4ª nível)	30

CCR Integral	Carga horária (horas)
CCR Misto	
Antropologia Indígena (2ª nível)	10
Educação do campo e educação popular (2ª nível)	10
Filosofia I (3ª nível)	15
Geografia I (3ª nível)	15
História I (3ª nível)	15
Sociologia I (3ª nível)	15
Filosofia II (4ª nível)	15
Geografia II (4ª nível)	15
História II (4ª nível)	15
Sociologia II (4ª nível)	15
Estágio curricular supervisionado II (5ª nível)	10
Filosofia III (5ª nível)	15
Geografia III (5ª nível)	15
História III (5ª nível)	15
Sociologia III (5ª nível)	15
Estágio curricular supervisionado III (6ª nível)	10
Filosofia IV (6ª nível)	15
Geografia IV (6ª nível)	15
História IV (6ª nível)	15
Sociologia IV (6ª nível)	15
Carga horária total de extensão e cultura	**350**

Quadro 11: Distribuição da carga horária de extensão nos CCRs.

O acompanhamento e a avaliação das atividades de curricularização da extensão e cultura do curso serão conduzidos pelo(a) Coordenador(a) de Extensão e Cultura do curso em diálogo com o NDE, Colegiado de Curso, estudantes e o público-alvo das ações extensionistas.

8.14 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0694	**MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE**	60

EMENTA

Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.

OBJETIVO

Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). **Economia do meio ambiente.** Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável.** 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
SACHS, Ignacy. A Revolução Energética do Século XXI. **Revista Estudos Avançados**, USP, v. 21, n. 59, 2007.
SANTOS, Milton. **1992**: a redescoberta da natureza. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.
VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento Sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALIER, Jean Martinez. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Edifurb, 2008.
CAVALCANTI, C. (Org.). **Sociedade e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.
DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284 p.
FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia de Marx, materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
FURTADO, Celso. **A economia latino-americana.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio; JÚNIOR TONETO, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea.** 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
IANNI, O. **Estado e capitalismo.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
LÖWY, Michael. Eco-socialismo e planificação democrática. **Crítica Marxista,** São Paulo, UNESP, n. 29, 2009.
MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
NAPOLEONI, Claúdio. **Smith, Ricardo e Marx.** Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna.** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.
SEN, Amartia. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
SMITH, Adam. **Riqueza das nações:** Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações. Curitiba: Hermes, 2001.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA0696	**LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL I**	30

EMENTA

Língua e Linguagem. Compreensão, produção e circulação de textos orais e escritos de diferentes gêneros. Texto e textualidade. Resumo, fichamento e debate. Revisão textual.

OBJETIVO

Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Prática de textos para estudantes universitários. Petrópolis: Vozes, 2008.
MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia S. Resumo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
MEDEIROS, João B. Redação científica. A prática de fichamento, resumos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Para entender o texto. São Paulo: Ática, 2007.
SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. Escrever melhor: guia para passar os textos a limpo. São Paulo: Contexto, 2008.
VIANA, Antonio C. Roteiro de redação: lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 1997.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABREU, Antônio S. Curso de Redação. 12. ed. São Paulo: Ática, 2003.
COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e Textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
COSTE, D. et al. O texto: leitura e escrita. (Organização e revisão técnica da tradução por Charlotte Galvez, Eni Puccinelli Orlandi e Paulo Otoni). 2. ed. rev. Campinas, SP: Pontes, 2002.
FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
GARCIA, Othon. Comunicação em prosa moderna. 17. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
MOTTA-ROTH, Desirré (Org.). Redação Acadêmica: princípios básicos. Santa Maria: Imprensa Universitária, 2001.
MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de textos. São Paulo: Saraiva, 2008.
OLIVEIRA, José P. M. de; MOTTA, Carlos A. P. Como escrever textos técnicos. São Paulo: Thompson, 2005.
SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1210	**FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**	60

Ementa

Função social da escola. Tendências pedagógicas que fundamentam a educação brasileira. Princípios filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação. Correlação entre trabalho, educação e cultura. Estudos e pesquisas em Fundamentos da educação.

Objetivo

Compreender as concepções filosóficas, sociológicas e psicológicas que fundamentam as práticas educativas.

Referência Básica

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 2000.
DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** 5 ed**.** Petrópolis: Vozes, 2014.
GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2007.
MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
PAGNI, P. A; SILVA, D. J. (Org.). **Introdução à Filosofia da Educação:** temas contemporâneos e história. São Paulo: Avercamp, 2007.
SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

Referência Complementar

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? In: CARNEIRO LEÃO, E. (Org.). **Textos seletos**. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
MANACORDA, Mario A. **História da educação:** da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martin Claret, 2010.
OZMON, Howard A.; CRAVER, Samuel M. **Fundamentos filosóficos da educação.** 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 8. ed. São Paulo: Autores associados, 2003.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1068	**ESTATÍSTICA BÁSICA**	60

EMENTA

Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de probabilidade e inferência.

OBJETIVO

Utilizar ferramentas da estatística descritiva para interpretar, analisar e, sintetizar dados estatísticos com vistas ao avanço da ciência e à melhoria da qualidade de vida de todos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.
BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística Básica**. 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011.
CRESPO, A. A. **Estatística Fácil.** 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de Estatística**. 6. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
SILVA, E. M. et al. **Estatística para os cursos de:** Economia, Administração e Ciências Contábeis. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. **Estatística Básica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes; BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística para cursos de engenharia e informática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
BUSSAB, Bolfarine H.; BUSSAB, Wilton O. **Elementos de Amostragem**. São Paulo: Blucher, 2005.
CARVALHO, S. **Estatística Básica**: teoria e 150 questões. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
GERARDI, Lúcia H. O.; SILVA, Barbara-Cristine N. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: DIFEl, 1981.
LAPPONI, Juan Carlos. **Estatística usando Excel**. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. **Noções de Probabilidade e Estatística.** 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.
MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. **Estatísica aplicada à engenharia**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
ROGERSON, P. A. **Métodos Estatísticos para Geografia:** um guia para o etudante. 3. ed. Porto Alegre: Boockman, 2012.
SPIEGEL, M. R. **Estatística**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.
TRIOLA, Mario F. **Introdução à Estatística**. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. **Elementos de Estatística**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1066	**INFORMÁTICA BÁSICA**	60

EMENTA

Fundamentos de informática. Conhecimentos de sistemas operacionais. Utilização da rede mundial de computadores. Ambientes virtuais de aprendizagem. Conhecimentos de softwares de produtividade para criação de projetos educativos e/ou técnicos e/ou multimidiáticos.

OBJETIVO

Operar as ferramentas básicas de informática de forma a poder utilizá-las interdisciplinarmente, de modo crítico, criativo e pró-ativo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANTONIO, João. **Informática para Concursos:** teoria e questões. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009.

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à Informática.** 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

NORTON, P. **Introdução à informática.** São Paulo: Pearson, 2010.

SEBBEN, A.; MARQUES, A. C. H. (Org.). **Introdução à informática:** uma abordagem com libreofficce. Chapecó: UFFS, 2012. 201 p. ISBN: 978-85-64905-02-3. Disponível em: <cc.uffs.edu.br/downloads/ebooks/Introducao_a_Informatica.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FEDELI, Ricardo D.; POLLONI, Enrico G. P.; PERES, Fernando E. **Introdução à ciência da computação.** 2. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.

HILL, Benjamin Mako; BACON, Jono. **O livro oficial do Ubuntu**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

LANCHARRO, Eduardo Alcalde; LOPEZ, Miguel Garcia; FERNANDEZ, Salvador Peñuelas. **Informática básica.** São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.

MANZANO, André Luiz N. G.; TAKA, Carlos Eduardo M. **Estudo dirigido de microsoft windows 7 ultimate.** São Paulo: Érica, 2010.

MEYER, M.; BABER, R.; PFAFFENBERGER, B. **Nosso futuro e o computador.** Porto Alegre: Bookman, 1999.

MONTEIRO, M. A. **Introdução à organização de computadores.** 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

MORGADO, Flavio. **Formatando teses e monografias com BrOffice.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

SCHECHTER, Renato. **BROffice Calc e Writer:** trabalhe com planilhas e textos em software livre. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2123	**ANTROPOLOGIA DOS POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS**	30

EMENTA

Introdução à Antropologia. Abordagens antropológicas sobre o universo rural/camponês no Brasil. Territorialidade e identidade étnico-racial. Os movimentos sociais do campo. Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil.

OBJETIVO

Compreender a constituição da antropologia como disciplina e sua especificidade teórico-metodológica. Compreender os diferentes elementos implicados na perspectiva antropológica sobre os povos do campo, das águas e das florestas no Brasil, sejam estes indígenas, camponeses, quilombolas, faxinalenses, posseiros ou ribeirinhos. Conhecer e compreender as lutas por reconhecimento étnico-racial, terra e território no contexto dos povos do campo, sua historicidade e importância para a ampliação da cidadania no Brasil. Discutir a educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil numa perspectiva antropológica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11. ed. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2010.

CHAVES, Christine de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. Disponível em: http://nuap.etc.br/wp-content/uploads/2020/05/a_marcha_nacional_dos_sem_terra.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

DAVID, Cesar de. Principais estudos antropológicos sobre o rural em perspectiva histórica. *In:* DAVID, Cesar de. **Antropologia das populações rurais**. Santa Maria: UFSM: NTE: UAB, 2017, p. 45-50. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/17126/Curso_Ed-Campo_Antropologia-Populacoes-Rurais.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 30 ago. 2023.

LOPES, Nei. **História e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. A etnicidade: um novo conceito para um fenômeno novo?. *In*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011. p. 21-32.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0695	**DIREITOS E CIDADANIA**	60

EMENTA

Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.

OBJETIVO

Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.
MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.
TORRES, Ricardo Lobo (Org.). **Teoria dos Direitos Fundamentais.** 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política.** São Paulo: Malheiros, 1995.
BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
DAHL, Robert A. **Sobre a democracia.** Brasília: UnB, 2009.
DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado.** São Paulo: Saraiva, 1995.
DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. **Cidadania e nacionalidade:** efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais. Ijuí: Unijuí, 2003.
FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. **Manual de Direito Público e Privado.** 18. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.
HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
IANNI, Octavio. **A sociedade global.** 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.
LOSURDO, Domenico. **Democracia e Bonapartismo**. Editora UNESP, 2004.
MORAES, Alexandre. **Direito constitucional.** São Paulo: Atlas, 2009.
MORAIS, José Luis Bolzan de. **Do direito social aos interesses transindividuais**: o Estado e o direito na ordem contemporânea. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.
NOBRE, Marcos. **Curso livre de teoria crítica.** Campinas, SP: Papirus, 2008.
PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2006.
SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
TOURAINE, Alain. **Igualdade e diversidade:** o sujeito democrático. Tradução Modesto Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 1998.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1337	**METODOLOGIA DE ENSINO INTERDISCIPLINAR NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS**	45

EMENTA

Estudos dos métodos utilizados nas áreas de Ciências Sociais e Humanas, evidenciando os processos de formação das ciências que a compõe, relacionando com os diferentes contextos históricos, sociais, geográficos e filosóficos, caracterizando assim os seus instrumentos/métodos de trabalho. Autores, metodologias e práticas na escola do campo.

OBJETIVO

Estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando suas possibilidades e limitações em nível das implicações de suas utilizações, nas áreas das Ciências Sociais e Humanas. A disciplina possui um caráter de conhecimentos de métodos teóricos e práticos, propondo a construção de possibilidades de intervenção didático-pedagógica, em sala de aula, para o desenvolvimento dos temas apresentados durante a etapa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; CALLAI, Helena C. (org.) **Geografia em sala de aula:** práticas e reflexões. 5. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.
CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat, marquis. **Cinco memórias sobre a instrução pública**. São Paulo: Unesp, 2008.
CRARY, Jonathan. **24/7:** capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Ubu, 2016.
SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Edusp, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

SÁNCHEZ-VÁSQUEZ, Adolfo**. Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1753	**INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA**	60

EMENTA

A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.

OBJETIVO

Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. **Educação e emancipação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
ALVES, R. **Filosofia da Ciência:** introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
CHAUI, M. **Escritos sobre a Universidade.** São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
HENRY, J. **A Revolução Científica**: origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
JAPIASSU, Hilton F. **Epistemologia**. O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

APPOLINÁRIO. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.
D'ACAMPORA, A. J. **Investigação científica**. Blumenau: Nova Letra, 2006.
GALLIANO, A. G. O **Método Científico**: teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.
GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.
GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
GONSALVES, E. P. **Iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas: Alínea, 2001.
MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.
OMMÈS, R. **Filosofia da ciência contemporânea**. São Paulo: Unesp, 1996.
REY, L. **Planejar e Redigir Trabalhos Científicos**. 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.
SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
SILVER, Brian L. **A escalada da ciência**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH801	**ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO**	60

EMENTA

Características e função da escola. Análise dos fundamentos da organização do trabalho escolar e pedagógico na Educação Básica. Gestão, currículo, tempos e espaços educativos, planejamento, avaliação, métodos e estratégias de ensino, relações interpessoais. A organização dos saberes escolares e pedagógicos na Educação do Campo. As ações de interação entre escola e comunidade e seus impactos no Projeto Político Pedagógico.

OBJETIVO

Proporcionar aos educandos a compreensão da forma predominante de organização do trabalho escolar e pedagógico e a crítica a ela dirigida. Motivar para a construção de parâmetros superadores de organização do trabalho escolar e pedagógico na Escola do Campo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOCHI, Mirza Seabra (org.). **Educação escolar**: políticas, estruturas e organização. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al.* (org.). **Instituições escolares no Brasil**: conceitos e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados: UEPG, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (org.). **Escola**: espaço do projeto político pedagógico. 17. ed. Campinas: Papirus, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 4. ed. – Campinas: Autores Associados, 2006.

MEDEL, Cassia Ravena Mulin de Assis. **Projeto Político Pedagógico**: construção e implementação na escola. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Coordenação de Gestão Escolar. **Organização do trabalho pedagógico**. Curitiba: SEED, 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/caderno_tematico_otp.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

ROSAR, Maria de Fatima Felix. **Administração escolar**: um problema educativo ou empresarial? 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática:** problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 6. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010.

VASCONCELOS, Celso dos. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico: elementos metodológicos para elaboração e realização. 25. ed. São Paulo: Libertad, 2015.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2124	**ANTROPOLOGIA INDÍGENA**	45

EMENTA

A contribuição da etnologia indígena para a antropologia no Brasil. Grupos indígenas no Brasil e no Paraná. Política, rituais, cosmologia e parentesco. As práticas pedagógicas no contexto escolar no diálogo com os saberes das populações tradicionais. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Conhecer e analisar as principais contribuições dos estudos etnológicos para a antropologia feita no Brasil. Compreender a dinâmica das transformações culturais e das relações entre os grupos indígenas. Apreender as contribuições teóricas dos estudos etnológicos a respeito de diferentes grupos indígenas no Brasil e no Paraná. Contribuir com as ações de extensão vinculadas à área de formação do curso.

REFERÊNCIA BÁSICA

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: Ubu, 2017.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SILVA, Giovanni José da; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da. Diversidade cultural indígena no Brasil contemporâneo: quem são? Quantos são? Onde estão? *In*: **Histórias e culturas indígenas na educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FERNANDES, Ricardo Cid; PIOVEZANA, Leonel. Perspectivas Kaingang sobre o direito territorial e ambiental no sul do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 115-132, abr.-jun. 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOCEx07V1822015en. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/4mHZL3jKShB4WP66vZvDb4f/?lang=en. Acesso em: 30 ago. 2023.

FERNANDES, Ricardo Cid. O "15" e o "23": políticos e políticas kaingang. **Campos,** Curitiba, v. 7, n. 2, p. 27-47, 2006. DOI: http://dx.doi.org/10.5380/cam.v7i2.7437. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/7437. Acesso em: 30 ago. 2023.

MELATTI, Júlio Cezar. A etnologia das populações indígenas do Brasil nas duas últimas décadas. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 253-275, 1981. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6147. Acesso em: 30 ago. 2023.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang:** a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2. ed. Maringá: Eduem, 2009.

MOTA, Lúcio Tadeu; ASSIS, Valéria Soares de. **Populações indígenas no Brasil**: histórias, culturas e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2008.

REZENDE, Eliane Garcia; VALE, Ana Rute do; BRESSAN, Vânia Regina (org.). **Extensão universitária**: diálogos e possibilidades. Alfenas: [*s. n.*], 2020. v. 2.

TOMMASINO, Kimiye. Reflexões sobre a territorialidade Kaingang e a importância da inter-trans-disciplinaridade. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia,** [*s. l.*], n. 27, p. 121-134, 2016. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2016.137289. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/137289. Acesso em: 30 ago. 2023.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2125	**EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO POPULAR**	60

EMENTA

Educação. Educação Popular e Educação do Campo. Concepções e práticas da Educação do Campo. Educação do Campo e Movimentos Sociais. Base Nacional Comum Curricular. Os principais movimentos e experiências pedagógicas da Educação Popular. Educação em Direitos Humanos: fundamentos e epistemologias. Educação informal e não formal. Autores, metodologias e práticas na escola do campo. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Compreender os principais expoentes da educação popular e da Educação do Campo no país, estabelecendo pontos de conexões e divergências entre a política educacional brasileira, a educação popular e a educação do campo. Problematizar as políticas atuais de educação e as consequências para a educação popular e a Educação do Campo e a educação em direitos humanos. Contribuir com as ações de extensão vinculadas à área de formação do curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 66. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**: Brasília, DF: MMA, 2006. Disponível em: https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/para-sistematizar-experiencias/para-sistematizar-experiencias-livro-oscar-jara.pdf/view. Acesso em: 30 ago. 2023.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (org.). **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: NEAD, 2002. (Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4).

STRECK, Danilo; ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Educação popular**: lugar de construção social e coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. **A universidade e os direitos humanos**. *In*: MARCILIO, Maria Luiza. A Declaração Universal dos Direitos Humanos: sessenta anos: sonhos e realidade. São Paulo: USP, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. *In*: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire S. Azevedo de (org.). **Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo.** Brasília, Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. (Por uma educação do campo; 5). pp. 53-64.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

GOHN, M.G. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, [*s. l.*], v. 16 n. 47, maio-ago. 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?lang=pt. Acesso em: 30 ago. 2023.

MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do campo e pesquisa**: questões para

reflexão. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
MUNARIM, Antonio et al. (org.). **Educação do campo**: reflexões e perspectivas. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2011.
PISTRAK, Moisei Mikhailovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
REZENDE, Eliane Garcia; VALE, Ana Rute do (org.). **Extensão universitária**: diálogos e possibilidades. Alfenas: [*S. n.*], 2017.

Código	Componente Curricular	Horas
GCH1211	**POLÍTICA EDUCACIONAL E LEGISLAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL**	60

Ementa

Estrutura, funcionamento e políticas de financiamento da educação básica. As políticas públicas em educação: financiamento, gestão, inclusão, currículos, programas e avaliação. As políticas educacionais na atualidade expressas nas reformas educacionais, na legislação de ensino e nos projetos educacionais. Sistemas de avaliação nacional. Estudos e Pesquisas em política e financiamento da educação básica no Brasil.

Objetivo

Compreender a legislação e a estrutura educacional da educação básica no Brasil.

Referência Básica

COSTA, Messias. **A educação nas constituições do Brasil**: dados e direções. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
CURY, Carlos R. Jamil. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
DOURADO Luiz F.; PARO, V. H (Orgs.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.
SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 6.ed. Campinas, SP: Autores associados, 2008.
VIEIRA, Sofia L.; FARIAS, Isabel M. S. de. **Politica educacional no Brasil**: Introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007.

Referência Complementar

BOSCHETTI, Ivanete *et al*. (org..). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.
DREWS, Sonia Beatriz Teles. **As políticas públicas de educação escolar no Brasil**. Ijuí RS: UNIJUÍ, 1997.
LIBÂNEO, José C., OLIVEIRA, João F., TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.
NEVES, Lucia Wanderlei (org.). **Educação e política no limiar do século XXI**. 2. ed. Campinas, SP:Autores Associados, 2008.
PEREZ, M. C. A.; BORGHI, R. F. **Educação**: políticas e práticas. São Carlos: Suprema, 2007.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA0697	**LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL II**	60

EMENTA

Compreensão, produção e circulação de textos orais e escritos da esfera acadêmica e profissional: seminário, resenha, artigo. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos e técnicos. Tópicos de revisão textual.

OBJETIVO

Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica e pessoal.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia S. **Resenha.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
MEDEIROS, João B. **Redação científica.** São Paulo: Atlas, 2009.
MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. **Português Instrumental:** de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NRB 10520:** Informação e documentação – Citações - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NRB 6023**: Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NRB 6028**: Informação e documentação - Resumos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.
BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita**. São Paulo: Ática, 2005.
COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
COSTE, D. (Org.). **O texto**: leitura e escrita. Campinas: Pontes, 2002.
ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1989.
FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. **Oficina de texto.** Petrópolis: Vozes, 2003.
GARCEZ, Lucília. **Técnica de redação**: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever:** estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.
KOCH, Ingedore V. **Desvendando os segredos do texto.** São Paulo: Cortez, 2009.
KOCH, Ingedore V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.
MOYSÉS, Carlos A. **Língua Portuguesa:** atividades de leitura e produção de texto. São Paulo: Saraiva, 2009.
PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. **Lições de texto:** leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.
SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. **Compreensão e produção de textos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2126	**SEMINÁRIO INTEGRADOR DE EXTENSÃO I**	30

EMENTA

O Currículo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e a habilitação em Ciências Sociais e Humanas. Processo educativo do sujeito licenciando em Educação do Campo. A extensão universitária e a formação inicial de professores. Identificação e sistematização de demandas para ações de extensão em conjunto com a escola e/ou comunidade. A extensão universitária no movimento da formação inicial de professores de Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Identificar e compreender, com base na produção do Inventário da Realidade e na área de Ciências Sociais e Humanas, em conjunto com a escola e/ou comunidade, a realidade dos sujeitos do campo e a necessidade de um projeto de educação para a classe trabalhadora. Identificar e sistematizar demandas de ações de extensão nas escolas e/ou comunidades considerando a interdisciplinaridade e a área de formação do curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

CALDART, Roseli Salete *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

FARIAS, Maria Isabel; FINATTO, Roberto Antonio; LEITE, Valter de Jesus (org.). **Inventário da realidade e cartografia social**: possibilidades metodológicas nas escolas do campo. Guarapuava: Apprehendere. 2022. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/6632. Acesso em: 05 set. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação -** Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62. 2008. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143/3188. Acesso em: 31 ago. 2023.

PISTRAK, Moisei Mikhailovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARROYO, Miguel González. **Ofício de mestre**: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2000.

REZENDE, Eliane Garcia; VALE, Ana Rute do (org.). **Extensão universitária**: diálogos e possibilidades. Alfenas: 2017.

SILVA, Anna Carolina Martins; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella; SANTANA, Carmem Lúcia Albuquerque de (org.). **Com-unidade**: experiências extensionistas. São Paulo: Páginas & Letras, 2014.

Código	Componente Curricular	Horas
GCH1209	**PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E TEORIAS DA APRENDIZAGEM**	60

Ementa

O desenvolvimento humano e suas relações com o ensino e aprendizagem. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Principais abordagens teóricas da psicologia da educação e suas implicações para a organização dos processos pedagógicos de ensino e aprendizagem escolar. Aprendizagem e desenvolvimento cognitivo como resultado de interações sociais. Estudos e Pesquisas em Psicologia da Educação.

Objetivo

Compreender as teorias da Psicologia aplicadas à educação. Compreender a relação entre aprendizagem e desenvolvimento humano.

Referência Básica

COLL, César; Palácios, J. e Marchesi, A. (org) **Desenvolvimento Psicológico e Educação.** Coleção Psicologia da Educação. Vol.2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996

LANE, Silvia Tatiana Maurer. **Psicologia social:** o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2017.

LEONTIEV, Alexis. **Psicologia e Pedagogia**: Bases Psicológicas da Aprendizagem e do Desenvolvimento. 4 ed. Rio Janeiro: Centauro, 2007.

PIAGET, J. **A Psicologia da inteligência**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

VYGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WALLON, H. **Psicologia e Educação da Infância.** Lisboa: Estampa, 1986.

Referência Complementar

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de. DANTAS, Heloisa. **Piaget, Vygotsky,Wallon:** teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

OLIVEIRA, Marta Kohl. VYGOTSKY: **desenvolvimento e aprendizado um processosócio histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

PIAGET, Jean. & INHELDER, Bärbel. **A Psicologia da Criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ed.,1998.

BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

BIAGGIO, Â. M. Brasil. **Psicologia do Desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação**: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PATTO, M. H. S. (org.) **Introdução à Psicologia Escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, PP. 127-132.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2165	**FILOSOFIA I**	60

EMENTA

Contexto e problemas da Filosofia Grega: O surgimento da filosofia na Grécia, períodos, principais autores e escolas. A produção do conhecimento e a sua interface com a escola. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Apresentar os principais temas da filosofia antiga e possibilitar a compreensão de seus conceitos fundamentais. Contribuir com as ações de extensão vinculadas à área de formação do curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARISTÓTELES. **Metafísica.** São Paulo: Loyola, 2005. 3 v.
BARNES, Jonathan. **Filósofos pré-socráticos**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
CASERTANO, Giovanni. **Sofista**. São Paulo: Paulus, 2010.
GUTHRIE, William Keith Chambers. **Os sofistas**. São Paulo: Paulus, 2007.
PLATÃO. **Diálogos**. São Paulo: Edipro, 2015. 5 v.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?** São Paulo: Loyola, 1999.
JAEGER, Werner. **Paidéia:** a formação do homem grego. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
KERFERD, G. B. **O movimento sofista**. São Paulo: Loyola, 2003.
REALE, Giovanni. **História da filosofia antiga**. São Paulo: Loyola, 1994. 5 v.
ROSSETTI, Livio. **Introdução à filosofia antiga:** premissas filológicas e outras "ferramentas de trabalho". São Paulo: Paulus, 2006.
SILVA, Émerson Neves da; SARTORI, Jerônimo (org.). **Universidade, desenvolvimento social e educação popular**. Curitiba: CRV, 2019.
SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2. ed., rev. Campinas: Alínea, 2010.
SPINELLI, Miguel. **Questões fundamentais da filosofia grega**. São Paulo: Loyola, 2006.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2166	**GEOGRAFIA I**	60

EMENTA

A gênese da Geografia Moderna: a constituição das escolas geográficas e seus pressupostos teórico-metodológicos. As principais categorias e conceitos geográficos. A Geografia enquanto ciência disciplinar na Educação Básica. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Compreender o processo histórico de constituição da Geografia enquanto ciência e a sua inserção na Educação Básica potencializando estudos por meio das categorias e conceitos geográficos (paisagem, lugar, território, região, sociedade, natureza e redes) com vistas a contribuir na análise e na atuação da/na realidade em diferentes escalas. Contribuir com as ações de extensão vinculadas à área de formação do curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (org.). **Geografia:** conceitos e temas. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.

CAVALCANTI, Lana de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1981.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2008. v. 1-2.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo: razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CALLAI, Helena Copetti (org.). **Geografia em sala de aula:** práticas e reflexões. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LACOSTE, Yves. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 17. ed. Campinas: Papirus, 2010.

PONTUSCHKA, Nidia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). **Geografia em perspectiva**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, Émerson Neves da; SARTORI, Jerônimo (org.). **Universidade, desenvolvimento social e educação popular**. Curitiba: CRV, 2019.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2. ed., rev. Campinas: Alínea, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

VITTE, Antonio Carlos (org.). **Contribuições à história e à epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2167	**HISTÓRIA I**	60

EMENTA

A ocupação portuguesa, a escravidão indígena e africana e a herança colonial na História do Brasil. A resistência indígena e africana na colonização do Brasil. O Estado Nacional e a formação das elites políticas no Brasil Imperial. A República Velha e o Estado Novo: os trabalhadores no processo de industrialização. A urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos no século XX. A História das Mulheres no Brasil. Contexto histórico do processo de inserção dependente do Brasil no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós-64 e seu desfecho nos fins da década de 1970. Movimentos sociais e culturais. A transição democrática e o neoliberalismo em fins do século XX. Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil numa perspectiva histórica. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Compreender o processo de formação histórica do Brasil, discutindo aspectos do pacto colonial, escravidão, independência política, imigração, formação da mão de obra, clientelismo político, populismo, das ditaduras e da redemocratização no Brasil recente. Abordagem das relações étnico-raciais no Brasil nas diferentes fases econômicas e políticas de formação da nacionalidade brasileira. Abordagens historiográficas e perspectivas teóricas, de pesquisa e de prática de ensino direcionadas para a História do Brasil. Contribuir com as ações de extensão vinculadas à área de formação do curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na primeira república**. São Paulo: Jorge Zahar, 2000. (DotLib).

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FICO. Carlos. **História do Brasil República**: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. 47. ed. São Paulo: Global, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial**: 1831-1870. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 2.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

LOPES, Nei. **História e cultura africana e afro-brasileira.** São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil Colônia**. São Paulo: Contexto, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1995.

SILVA, Émerson Neves da; SARTORI, Jerônimo (org.). **Universidade, desenvolvimento social e educação popular**. Curitiba: CRV, 2019.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2. ed., rev. Campinas: Alínea, 2010.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2168	**SOCIOLOGIA I**	60

EMENTA

Sociologia clássica: Positivismo e Funcionalismo, Auguste Conte e a Sociologia de Durkheim: as regras do método sociológico; fatos sociais; divisão social do trabalho; ordem e anomia social. Sociologia de Karl Marx; Materialismo histórico dialético; classes sociais; Ideologia; alienação e consciência. Sociologia de Max Weber: racionalização e burocracia; objetivação; ação e relação social; posições de poder e autoridade. Sociologia de Simmel ou Sociologia impressionista: sociabilidades, indivíduo e pertencimentos sociais e a constituição do sujeito na metrópole. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Analisar as principais contribuições dos clássicos do pensamento sociológico - Auguste Comte, Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber, Georg Simmel - produzidas no contexto de institucionalização da Sociologia como disciplina científica, evidenciando suas tendências de abordagem metodológica e analítica da vida em sociedade. Contribuir com as ações de extensão vinculadas à área de formação do curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
COHN, Gabriel (org.). **Max Weber:** Sociologia. 7. ed. São Paulo: Ática, 2008.
GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
MARX, Karl. **O manifesto do partido comunista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2018.
DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Edipro, 2016.
ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.
LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas**: das origens a Max Weber. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.
SILVA, Émerson Neves da; SARTORI, Jerônimo (org.). **Universidade, desenvolvimento social e educação popular**. Curitiba: CRV, 2019.
SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2. ed., rev. Campinas: Alínea, 2010.
WAIZBORT, Leopold. **As aventuras de Georg Simmel**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.
WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1754	**INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL**	60

EMENTA

Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.

OBJETIVO

Proporcionar aos estudantes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** Porto Alegre: Artmed, 2005.
LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas:** das origens a Max Weber. Petrópolis: Vozes, 2005.
LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia.** São Paulo, SP: Brasiliense, 1988.
QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. **Um toque de clássicos.** 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
TEIXEIRA, Aloisio (org.). **Utópicos, heréticos e malditos.** São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ADORNO, Theodor. **Introdução à sociologia.** São Paulo: Unesp, 2008.
CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias:** construções da realidade social. Bauru: EDUSC, 2010.
GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.
GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (org.). **Teoria social hoje.** São Paulo: Unesp, 1999.
LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber.** Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos aires: CLACSO, 2005.
LEVINE, Donald N. **Visões da tradição sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia.** São Paulo: Brasiliense, 1994.
OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2169	**SEMINÁRIO INTEGRADOR DE EXTENSÃO II**	30

EMENTA

A escola e a comunidade escolar. A extensão universitária como geradora de relações entre a universidade e a comunidade. Elaboração de um projeto de extensão universitária em diálogo com os sujeitos da ação. A extensão e a transformação da realidade. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Elaborar, em diálogo com os sujeitos foco da ação, um projeto de extensão universitária tendo como base os princípios da Educação do Campo, a área de formação do curso e as demandas da comunidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIAS, Maria Isabel; FINATTO, Roberto Antônio; LEITE, Valter de Jesus. **Inventário da realidade e cartografia social:** possibilidades metodológicas nas escolas do campo. Guarapuava: Apprehendere. 2022. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/6632/1/Invent%c3%a1rio%20da%20Realidade%20e%20Cartografia%20Social_possibilidades%20metodol%c3%b3gicas%20nas%20escolas%20do%20campo.pdf. Acesso em: 04 set. 2023.

FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2000.

RISTOFF, Dilvo I. **Construindo outra educação:** tendências e desafios na educação brasileira. Florianópolis: Insular, 2011.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Anna Carolina Martins; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella; SANTANA, Carmem Lúcia Albuquerque de (org.). **Comunidade**: experiências extensionistas. São Paulo: Páginas & Letras, 2014.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2170	**FILOSOFIA II**	60

EMENTA

A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento. A produção do conhecimento e a sua interface com a escola. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Refletir criticamente, através de pressupostos éticos e epistemológicos, acerca da modernidade. Contribuir com as ações de extensão vinculadas à área de formação do curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Introdução à teoria da ciência.** Florianópolis: EdUFSC, 2003.
FRANCO, Irley; MARCONDES, Danilo. **A filosofia:** o que é? Para que serve? São Paulo: Jorge Zahar, 2011.
GALVÃO, Pedro (org.). **Filosofia:** uma introdução por disciplinas. Lisboa: Edições 70, 2012. (Extra Coleção).
HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.
MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética.** São Paulo: Zahar, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABBA, Giuseppe. **História crítica da filosofia moral.** São Paulo: Raimundo Lulio, 2011.
CONFERÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2, 2018, Chapecó. **O ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura na perspectiva de uma universidade popular**. Chapecó: UFFS, 2018.
GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. (Ensaios Latino-americanos, 1).
GRANGER, Giles-Gaston. **A ciência e as ciências**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.
HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
HORKHEIMER, MAX. **Eclipse da razão.** 7. ed. São Paulo: Centauro, 2007.
NOBRE, Marcos (org.). **Curso livre de teoria crítica**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2011.
REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2002. 3 v.
SCHMIDT, Lisandro Pezzi; CRISOSTIMO, Ana Lúcia; KIEL, Cristiane Aparecida (org.). **O despertar para o conhecimento científico extensionista**. Guarapuava: Unicentro, 2011.
VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética.** São Paulo: Civilização brasileira, 2005.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2171	**GEOGRAFIA II**	60

EMENTA

História geológica da Terra. Estrutura e composição da Terra. Tectônica de placas. Minerais e rochas. A formação e os tipos de solo. As formas do relevo. Fatores endógenos e exógenos na estruturação e esculturação das formas de relevo. Ação antrópica como agente morfogenético. Climatologia e meteorologia. Estrutura e composição da atmosfera. Elementos e fatores climáticos. Massas de ar e circulação atmosférica. Conceitos, definições e objetivos da Cartografia. Orientação cartográfica. Princípios de geodésia. Sistema de coordenadas geográficas e UTM. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Proporcionar o entendimento sobre o funcionamento dos principais processos físicos do planeta Terra e a importância da cartografia na representação dos fenômenos geográficos. Contribuir com as ações de extensão vinculadas à área de formação do curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CHRISTOPHERSON, Robert W.; BIRKELAND, Ginger H. **Geossistemas**: uma introdução à geografia física. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.

GROTZINGER, John P.; JORDAN, Thomas H. **Para entender a Terra**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

QUEIROZ NETO, José Pereira de Queiroz. Geomorfologia e pedologia. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 59-67, 2000. DOI: http://dx.doi.org/10.20502/rbg.v1i1.70. Disponível em https://rbgeomorfologia.org.br/rbg/article/view/70. Acesso: 06 set. 2023.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARRY, Roger G.; CHORLEY, Richard J. **Atmosfera, tempo e clima**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

CASTRO, José Flávio Morais**. História da cartografia e cartografia sistemática**. 2. ed. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2012.

CONFERÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2, 2018, Chapecó. **O ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura na perspectiva de uma universidade popular**. Chapecó: UFFS, 2018.

CONTI, José Bueno. **Clima e meio ambiente**. 6. ed. São Paulo: Atual, 2010.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Rio de Janeiro: Embrapa, 2006.

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

GUERRA, Antonio José Teixeira; SILVA, Antonio Soares da; BOTELHO, Rosangela Garrido Machado (org.). **Erosão e conservação dos solos**: conceitos, temas e aplicações. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2014.

KER, João Carlos *et al.* (ed.). **Pedologia:** fundamentos. Viçosa: Sociedade Brasileira

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2172	**HISTÓRIA II**	60

EMENTA

A invenção da agricultura e domesticação de animais. Processo de sedentarização. Divisões sociais e exploração do trabalho no mundo antigo ocidental e oriental. A condição da mulher na Antiguidade. Mito e religião na antiguidade. Relações entre sociedades do mundo antigo: guerra e intercâmbio. Fontes para o estudo da antiguidade. Aspectos econômico-sociais, políticos e culturais da antiguidade, com ênfase nas sociedades mesopotâmicas, egípcias, gregas, romanas e africanas. A América pré-colombiana. As relações étnico-raciais na antiguidade. Abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas, de pesquisa e de prática de ensino. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Estudar as sociedades do Oriente e do Ocidente Antigos, suas abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas, de pesquisa e de prática de ensino. Compreender as relações étnico-raciais entre os povos da África, Ásia e Europa na Antiguidade. Contribuir com as ações de extensão vinculadas à área de formação do curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LEWIS, Bernard. **O oriente médio**: do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
CARDOSO, Ciro Flamarion. **O Egito antigo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
PINSKY, Jaime. **100 textos de história antiga**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **História geral da África.** Brasília, DF: Unesco, 2010. 8 v.
VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Mito e tragédia na Grécia antiga**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALFÖLDY, Geza. **A história social de Roma**. Lisboa: Presença, 1997.
CONFERÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2, 2018, Chapecó. **O ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura na perspectiva de uma universidade popular**. Chapecó: UFFS, 2018.
FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
GUARINELLO, Norberto Luiz. **História antiga**. São Paulo: Contexto, 2016.
PERRY, Marvin. **Civilização ocidental**: uma história concisa. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**: história natural, história social - agricultores e criadores - mesopotâmicos, egípcios e hebreus. 25. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
SCHMIDT, Lisandro Pezzi; CRISOSTIMO, Ana Lúcia; KIEL, Cristiane Aparecida (org.). **O despertar para o conhecimento científico extensionista**. Guarapuava: Unicentro, 2011.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2173	**SOCIOLOGIA II**	60

EMENTA

Materialismo histórico e dialética. Classes sociais. Ideologia, alienação e consciência. Marxismo e o debate contemporâneo. A extensão e a área das Ciências Sociais e Humanas.

OBJETIVO

Conhecer os principais pressupostos teóricos e metalológicos da obra de Karl Marx. Compreender o contexto sócio-histórico no qual se insere a obra do autor. Conhecer os desdobramentos contemporâneos do debate marxista. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.
MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 5 v.
MARX, Karl. **O manifesto do partido comunista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** Feuerbach, a oposição entre as concepções materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2010.
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento Marxista**. São Paulo: Zahar, 1988.
CONFERÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2, 2018, Chapecó. **O ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura na perspectiva de uma universidade popular**. Chapecó: UFFS, 2018.
GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 6 v.
SCHMIDT, Lisandro Pezzi; CRISOSTIMO, Ana Lúcia; KIEL, Cristiane Aparecida (org.). **O despertar para o conhecimento científico extensionista**. Guarapuava: Unicentro, 2011.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH794	**DIDÁTICA GERAL**	60

Ementa

Fundamentos da Didática: História da didática e as concepções de currículo, de planejamento, de metodologia, de avaliação e de gestão escolar. Espaços e tempos escolares. Concepções de Projeto político pedagógico. Disciplina/indisciplina, currículo. Ensino e aprendizagem: plano de ensino. Estudo e pesquisa em didática na educação básica.

Objetivo

Compreender a Didática como ciência direcionada para as atividades de planejamento, gestão e avaliação do espaço e tempo escolar. Problematizar os processos de ensino e aprendizagem construindo perspectivas significativas da ação docente que contribuam para formação de licenciados comprometidos com a qualidade da educação.

Referência Básica

CASTRO, Amélia Domingues de. **A trajetória histórica da Didática**. São Paulo: FDE, 1991.
COMENIUS. **Didática magna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
Cultura Acadêmica, 2011.
GHIRALDELLI JR., Paulo. **Didática e Teorias Educacionais.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
LEITE, Y. U. F. **O lugar das práticas pedagógicas na formação inicial de professor**. São Paulo:
MARIN, Alda Junqueira (Coord. et al**.). Didática e trabalho docente**. 2 ed. Araraquara/SP: Junqueira&Marin, 2005.
SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo: Uma Reflexão Sobre a Prática.** 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
TIBALLI, Elianda F. A. **Planejamento**: plano de ensino: aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

Referência Complementar

BRZEZINSKI, Iria (Org.). **Profissão professor:** identidade e profissionalização docente. Brasília:
CANDAU, V. M. (org) **A didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 2014.
CANDAU, Vera Maria. **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
CASTRO, Amélia Domingues CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensinar a ensinar**. São Paulo: Thomson, 2002.
CORDEIRO, J. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2015.
LIBANEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. (Coleção: Questão da nossa época) São Paulo: Editora Cortez, 2010.
LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
Plano Editora, 2002.
ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1214	**ESTÁGIO CURRICULAR I**	75

Ementa

Observação e análise dos processos pedagógicos na escola. A docência e a organização do trabalho pedagógico na escola. Organização e funcionamento dos processos de gestão educacional e de coordenação pedagógica. Aspectos da Gestão democrática. PPP e regimento escolar. Formação continuada e produção de conhecimento na escola. A relação escola e comunidade.

Objetivo

Compreender a organização e o funcionamento da escola. Caracterizar as principais instâncias de organização e representação coletiva na escola. Problematizar a organização pedagógica na escola e as implicações e possibilidades de constituição de uma escola pública democrática e participativa.

Referência Básica

DUARTE, Newton. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski.** – 4ª ed. – Campinas: Autores Associados, 2007.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 4 ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R. T. (Org.). **Política e trabalho na escola:** administração dos sistemas públicos de educação básica. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência.** 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Referência Complementar

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDONO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceitos e reconstrução histórica. – Campinas; SP: Autores Associados, UEPG, 2007.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Educação Escolar: que prática é essa?** – Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

VASCONCELOS**,** Celso dos**. Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto políticopedagógico: Elementos metodológicos para elaboração e realização. 16 ed. São Paulo: Libertad, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível. 24. ed. Campinas: Papirus, 2005.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2174	**SEMINÁRIO INTEGRADOR DE EXTENSÃO III**	30

EMENTA

A escola e a comunidade escolar. A relação entre a extensão universitária, a escola e a comunidade. A extensão e a transformação da realidade. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Executar ações de extensão tendo como referência a realidade e as demandas identificadas no Inventário da Realidade e o planejamento elaborado em conjunto com os sujeitos foco das atividades extensionistas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CAVALCANTI, Lana de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.

CONFERÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2, 2018, Chapecó. **O ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura na perspectiva de uma universidade popular**. Chapecó: UFFS, 2018.

FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GALVAO, Pedro (org.). **Filosofia:** uma introdução por disciplinas. Lisboa: Edições 70, 2012.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (org.). **Geografia:** conceitos e temas. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.

FRANCO, Irley; MARCONDES, Danilo. **A filosofia:** o que é? Para que serve? São Paulo: Jorge Zahar, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. 47. ed. São Paulo: Global, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SCHMIDT, Lisandro Pezzi; CRISOSTIMO, Ana Lúcia; KIEL, Cristiane Aparecida (org.). **O despertar para o conhecimento científico extensionista**. Guarapuava: Unicentro, 2011.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2175	**FILOSOFIA III**	60

EMENTA

A patrística grega e a patrística latina. A filosofia de Santo Agostinho. Questões teóricas na filosofia medieval: lógica, dialética e a querela dos universais. O surgimento das universidades. A filosofia de São Tomás de Aquino. A escolástica. As questões em torno da fé e da razão. A produção do conhecimento e a sua interface com a escola. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Apresentar o estudante nos principais temas e questões da filosofia antiga e medieval, bem como proporcionar um panorama das questões envolvendo fé e razão. Contribuir com as ações de extensão vinculadas à área de formação do curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AGOSTINHO, Santo. **Confissões.** 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
CRESCENZO, Luciano de. **História da filosofia medieval**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
STORCK, Alfredo. **Filosofia medieval.** Rio de Janeiro: Zahar, c2003.
TOMÁS DE AQUINO. **Suma teológica.** São Paulo: Loyola, 2001. 9 v.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AGOSTINHO, Santo. **A trindade**. São Paulo: Paulus, 1994. (Patrística, v. 7).
BICA, Alessandro Carvalho; DORNELLES, Clara; MARRANGHELLO, Guilherme Frederico (org.). **Articulações universidade-escola**: perspectivas e possibilidades. Itajaí: Casa Aberta, 2012.
LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
MCGRADE, Arthur Stephen. **Filosofia medieval**. 5. ed. Aparecida: Idéias & Letras, 2018.
PIAIA, Gregório. **Entre história e imaginário:** o passado da filosofia na Idade Média. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2176	**GEOGRAFIA III**	60

EMENTA

O processo de industrialização e urbanização. A urbanização brasileira. Os conceitos básicos para compreensão do espaço urbano. A atuação dos movimentos sociais urbanos. As relações campo-cidade. Perspectivas teórico-metodológicas da Geografia para leitura e interpretação do espaço urbano. A cidade e a questão ambiental. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica e a educação ambiental. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Compreender o processo de urbanização e o papel dos diferentes sujeitos que produzem o espaço urbano brasileiro. Contribuir com as ações de extensão vinculadas à área de formação do curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (org.). **A questão ambiental:** diferentes abordagens. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização.** São Paulo: Contexto, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BICA, Alessandro Carvalho; DORNELLES, Clara; MARRANGHELLO, Guilherme Frederico (org.). **Articulações universidade-escola**: perspectivas e possibilidades. Itajaí: Casa Aberta, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm#art14. Acesso em: 06 set. 2023.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades:** 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2008.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2177	**HISTÓRIA III**	60

EMENTA

O conceito de Idade Média e Feudalismo. Império romano: rupturas e permanências no Ocidente e Oriente medieval. Igreja e cristianismo na configuração do mundo medieval. Islã: ascensão e conquista. Senhores e camponeses. A cidade medieval. As cruzadas e a expansão da cristandade. Guerra e sociedade no medievo. Cristãos, muçulmanos e judeus na Península Ibérica. Contexto histórico do mundo ocidental dos séculos XVI ao XVIII. Renascimento, Expansão Marítima, Mercantilismo. A questão da transição para o Capitalismo. Reforma e Contrarreforma. Iluminismo e Absolutismo. A condição da mulher no mundo medieval e moderno. Abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas, de pesquisa e de prática de ensino. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Estudar os períodos medieval e moderno, suas abordagens historiográficas e suas perspectivas, com ênfase nos aspectos sociais, econômicos e culturais que moldaram a sociedade ocidental, suas abordagens teóricas, de pesquisa e de prática de ensino. Contribuir com as ações de extensão vinculadas à área de formação do curso.

REFERÊNCIA BÁSICA

BURKE, Peter. **A cultura popular na Idade Moderna:** Europa 1500-1800. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

DOBB, Mauricie. **A evolução do capitalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

DOBB, Maurice Herbert *et al.* **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FRANCO Júnior, Hilário. **A Idade Média**: nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Ed. Unesp, c2013.

BICA, Alessandro Carvalho; DORNELLES, Clara; MARRANGHELLO, Guilherme Frederico (org.). **Articulações universidade-escola**: perspectivas e possibilidades. Itajaí: Casa Aberta, 2012.

CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada**: da renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3.

DUBY, Georges (org.). **História da vida privada**: da Europa Feudal à Renascença. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. v. 2.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HUBERMAN, Léo. **História da riqueza do homem**. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

MARQUES, Adhemar Martins; FARIA, Ricardo de Moura; BERUTTI, Flávio Costa. **História moderna através de textos**. São Paulo: Contexto, 2016.

MICELI, Paulo. **História moderna.** São Paulo: Contexto, 2016.

PERRY, Marvin. **Civilização ocidental**: uma história concisa. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

SANTIAGO, Theo (org.). **Do feudalismo ao capitalismo**: uma discussão histórica. São Paulo: Contexto, 2017.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2178	**SOCIOLOGIA III**	60

EMENTA

As bases históricas, teoréticas e epistemológicas da sociologia weberiana. O Tipo ideal. Os conceitos centrais: poder, dominação, ação e relação social. Temas da sociologia weberiana: Economia, Religião, Burocracia, Politica e Ciência. As influências de Weber no debate sociológico contemporâneo. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Conhecer os principais pressupostos teóricos e metodológicos da obra de Max Weber. Compreender o contexto sócio-histórico no qual se insere a obra do autor. Conhecer os desdobramentos contemporâneos do debate da sociologia compreensiva. Contribuir com as ações de extensão vinculadas à área de formação do curso.

REFERÊNCIA BÁSICA

SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis: Vozes, 2013.
WEBER, Max. **A bolsa**. Lisboa: Relógio d'água, 2004.
WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2016.
WEBER, Max. **Sociologia das religiões e consideração intermediária**. Lisboa: Relógio d'água, 2006.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BICA, Alessandro Carvalho; DORNELLES, Clara; MARRANGHELLO, Guilherme Frederico (org.). **Articulações universidade-escola**: perspectivas e possibilidades. Itajaí: Casa Aberta, 2012.
PIERUCCI, Antônio Flavio. **O desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.
SOUZA, Jessé. A Atualidade de Max Weber. Brasília, DF: UnB, 2000.
WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

Código	Componente Curricular	Horas
GLA210	**LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)**	60

Ementa

Visão contemporânea da inclusão na área da surdez e legislação brasileira. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da Língua Brasileira de Sinais. Breve introdução aos aspectos clínicos e socioantropológicos da surdez. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Diálogo e conversação.

Objetivo

Conhecer a Língua brasileira de sinais (Libras) a fim de instrumentalizar para atuação profissional inclusiva.

Referência Básica

BRASIL. Decreto 5.626/05. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. **Educação de surdos**. A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Editora Artmed, 1997.

Referência Complementar

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 – regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2010.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina (Ed). **Novo Deit-Libras**: dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira baseado em Linguística e Neurociências cognitivas. São Paulo: EDUSP: Inep, CNPq, CAPES, 2012.

FERNANDES, Sueli. **Avaliação em língua portuguesa para alunos surdos**: algumas considerações. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 2007.

_____ **Educação de Surdos**. Curitiba: Editora InterSaberes, 1ª edição, 2013.

GESSER, Audrei. **LIBRAS, Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LACERDA, Cristina. Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira (Org) **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2193	**METODOLOGIAS E TÉCNICAS DE PESQUISA**	30

EMENTA

Introdução às principais metodologias e técnicas de pesquisa em ciências sociais e humanas. Etapas de uma pesquisa. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Normas técnicas de produção científica.

OBJETIVO

Capacitar o acadêmico de Licenciatura em Educação do Campo na prática operacional da pesquisa social. Identificar de forma simples e sintética alguns aspectos instrumentais da pesquisa empírica, a formulação de projetos, a coleta de dados, e sua análise. Relacionar a atividade de docente com a prática de pesquisa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CAMPENHOUDT, LucVan; QUIVY, Raymond; MARQUET, Jacques. **Manual de investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Manual de trabalhos acadêmicos.** Chapecó: UFFS, 2021. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-graduacao/biblioteca/documentos/arquivo. Acesso em: 04 set. 2023.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático**.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRITO, Angela Xavier de; LEONARDOS, Ana Cristina. A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 7-38, 2001. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/597. Acesso em: 05 set. 2023.

COCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. São Paulo: Vozes, 2014.

GAMBOA, Sílvio Sánchez. **Pesquisa em educação:** métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2012.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNANDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, Mario Osório. **Escrever é preciso:** o princípio da pesquisa. Ijuí: Unijuí, 2011.

POUPART, Jean *et al*. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2018.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2179	**ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II**	75

EMENTA

O trabalho docente e as implicações na Organização do Trabalho Pedagógico na escola. A relação Escola-Comunidade e o currículo na Educação Básica. A relação entre a extensão universitária, a escola e a comunidade. A extensão e a transformação da realidade. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Aprofundar e sistematizar o conhecimento acerca das dinâmicas do espaço escolar desde o trabalho docente e a relação Escola - Comunidade como elementos inerentes ao currículo da Educação Básica. Executar atividades de extensão com base nas demandas identificadas no Inventário da Realidade e no planejamento elaborado nas fases anteriores em conjunto com os sujeitos foco das ações extensionistas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

GIMENO SACRISTÁN, José. **Currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Educação escolar**: que prática é essa? Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

RODRIGUES, Romir. Reflexões sobre a organização curricular por área do conhecimento. *In:* CALDART, Roseli Salete (org.). **Caminhos para transformação da escola**: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 101-126. (Cadernos de Iterra, n. 15).

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BICA, Alessandro Carvalho; DORNELLES, Clara; MARRANGHELLO, Guilherme Frederico (org.). **Articulações universidade-escola**: perspectivas e possibilidades. Itajaí: Casa Aberta, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação**: Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 01, p. 41-62. 2008. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143/3188. Acesso em: 31 ago. 2023.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al.* (org.). **Instituições escolares no Brasil**: conceitos e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: UEPG, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R. T. (org.). **Política e trabalho na escola:** administração dos sistemas públicos de educação básica. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VASCONCELOS**,** Celso dos. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico: elementos metodológicos para elaboração e realização. 16. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1355	**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E INDÍGENA**	30

EMENTA

Educação do Campo e história da política educacional brasileira. O papel da influência dos Organismos Internacionais e Bancos Multilaterais, na definição da política educacional brasileira (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento. Estudo do Parecer N° 36 e das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovadas em 2002 pelo Conselho Nacional de Educação: a Educação Rural nas Constituições Brasileiras; a Educação Rural na Legislação Educacional; a Educação do Campo. Resolução CNE/CEB n° 2, de 28 de abril de 2008, Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010, Resolução CNE/CP nº 1, de 16 de agosto de 2023.

OBJETIVO

Compreender o contexto histórico (socioeconômico e político) e os fatores que influenciaram as contradições e limites presentes no processo de constituição da Política Educacional do Brasil do ensino rural e a educação como campo social de disputa hegemônica: compreensão do papel da educação no processo social Função social dos sistemas educativos diante das novas formas assumidas pelas relações sociais de produção no contexto de crise do modelo que sustentou por mais de cinquenta anos (a partir dos anos 1980).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Polêmicas do Nosso Tempo, v. 56).

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília, DF: MEC, [2002]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. **Referência por uma política nacional de educação do campo:** caderno de Subsídios. 2. ed. Brasília, DF: MEC, SECADI, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/referencias.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

CALDART. Roseli *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília, DF: MEC, 1998. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002078.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação, **Resolução CNE/CP nº 1, de 16 de agosto de 2023** - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=250541-rcp001-23&category_slug=agosto-

2023-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 set. 2023.
CALDART, Roseli S. (org.). **Caminhos para a transformação da escola**: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2012.
CAPADA, Marta Valéria. **O debate sobre a educação indígena no Brasil (1975-1995)**: Resenhas de teses e livros. Brasília: MEC; São Paulo: MARI, 1995. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=26639. Acesso em: 05 set. 2023.
FREITAS, Luis Carlos. A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. *In*: PISTRAK, M. M. (org.). **A escola-comuna.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.
MUNARIN, Antônio *et al.* (org.). **Educação do campo:** reflexões e perspectivas. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2011.
PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Diretrizes curriculares da educação do campo**. Curitiba: SEED, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.
ROCHA, Maria Izabel; MARTINS, Aracy Alves (org.). **Educação do campo:** desafios para a formação de professores. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. (Minha Biblioteca).

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2180	**FILOSOFIA IV**	60

EMENTA

O Renascimento. O Racionalismo e o Empirismo e a solução kantiana e suas consequências: os grandes sistemas idealistas. O Projeto Iluminista. Marxismo. A produção do conhecimento e a sua interface com a escola. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Apresentar as principais questões e autores da modernidade, bem como suas consequências para o desenvolvimento da filosofia posterior. Contribuir com as ações de extensão vinculadas à área de formação do curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
HOBBES, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil.** São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Coleção Os Pensadores, v. 14).
HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2006. (Série monitoramento & avaliação). Disponível em: https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/para-sistematizar-experiencias/para-sistematizar-experiencias-livro-oscar-jara.pdf/view. Acesso em: 30 ago. 2023.
KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura.** 5. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.
SPINOZA, Benedictus de; TADEU, Tomaz. **Ética.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BACON, Francis. **Novum Organum.** São Paulo: Nova Cultural, 2005. (Coleção Os Pensadores, v. 13).
DESCARTES, René. **Meditações metafísicas.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
BERKELEY, George. **Tratado sobre os princípios do conhecimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 2005. (Coleção Os Pensadores, v. 22).
CRISOSTIMO, Ana Lúcia; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto (org.). **A extensão universitária e a produção do conhecimento**: caminhos e intencionalidades. Guarapuava: Unicentro, 2017.
HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 2002.
HOBBES, Thomas. **Do cidadão.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
HUME, David. **Investigação acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Coleção Os Pensadores, v. 22).
MONTESQUIEU, Charles de Secondat, baron de. **Do espírito das leis.** São Paulo: Nova Cultural, 2005. (Coleção Os Pensadores, v. 1).
ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social:** os princípios do direito político. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2181	**GEOGRAFIA IV**	60

EMENTA

As transformações do espaço agrário brasileiro e a atuação dos movimentos sociais pela reforma agrária. Modernização da agricultura e territorialização do agronegócio. A diversidade do campo brasileiro. Dimensões socioambientais do espaço rural. A produção agropecuária e a questão ambiental. Novos usos e funções do/no rural. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Analisar as principais transformações socioeconômicas ocorridas no espaço agrário brasileiro com ênfase na atuação do Estado e dos movimentos socioterritoriais. Contribuir com as ações de extensão vinculadas à área de formação do curso.

REFERÊNCIA BÁSICA

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. (Série monitoramento & avaliação). Disponível em: https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/para-sistematizar-experiencias/para-sistematizar-experiencias-livro-oscar-jara.pdf/view. Acesso em: 30 ago. 2023.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur, 2007. Disponível em: https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf. Acesso em: 01 set. 2023.

ORSO, Paulino José (org.). **Sociedade capitalista, educação e as lutas dos trabalhadores**. São Paulo, SP: Outras Expressões, 2014.

SILVA, Ligia Maria Osório. **Terras devolutas e latifúndio:** efeitos da lei de 1850. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787/8293. Acesso em: 01 set. 2023.

CRISOSTIMO, Ana Lúcia; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto (org.). **A extensão universitária e a produção do conhecimento**: caminhos e intencionalidades. Guarapuava: Unicentro, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 08, n. 06, jan./jun. 2005. p. 24-34. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460. Acesso em: 01 set. 2023.

GUIMARÃES, M. Sustentabilidade e educação ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (org.). **A questão ambiental:** diferentes abordagens. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 81-105.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. São Paulo: RCB, 2004.

MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

MARÉS, Carlos Frederico Marés de. **A função social da terra.** Porto Alegre: Safe, 2003.

SANTOS, Milton. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. **GeoTextos**, [*s. l.*], v. 1, 2008. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v1i1.3033. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3033. Acesso em: 01 set. 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232612/000740449.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 set. 2023.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2182	**HISTÓRIA IV**	60

EMENTA

Processo de consolidação do Capitalismo entre os séculos XVIII e XIX. As Revoluções Burguesas. A Revolução Industrial e as transformações técnicas. Nacionalismo. Imperialismo. A grande emigração europeia do século XIX. Movimento operário. Condição feminina e infantil no mundo do trabalho industrial. Neocolonialismo. Primeira Guerra Mundial. Abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas, de pesquisa e de prática de ensino. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Compreender a História Contemporânea como período envolvendo forças contraditórias que levam à constituição da sociedade burguesa, a formação do proletariado e a afirmação do capitalismo. Contribuir com as ações de extensão vinculadas à área de formação do curso.

REFERÊNCIA BÁSICA

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**: 1789-1848. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
HOBSBAWM, Eric. **A era do capital**: 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**: 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2006. (Série monitoramento & avaliação).

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
CRISOSTIMO, Ana Lúcia; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto (org.). **A extensão universitária e a produção do conhecimento**: caminhos e intencionalidades. Guarapuava: Unicentro, 2017.
CROSBY, Alfred A. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
MARQUES, Adhemar Martins; FARIA, Ricardo de Moura; BERUTTI, Flávio Costa. **História contemporânea através de textos**. São Paulo: Contexto, 2017.
PERROT, Michele (org.). **História da vida privada**: da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. v. 4.
PERRY, Marvin. **Civilização ocidental**: uma história concisa. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2183	**SOCIOLOGIA IV**	60

EMENTA

O Funcionalismo de Talcott Parsons e anomia em Merton. O Interacionismo Simbólico: teorias da ação. Teoria Crítica e Escola de Frankfurt: o conflito em perspectiva. Temas contemporâneos do pensamento social: educação em Direitos Humanos. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Analisar as principais correntes sociológicas que se difundiram a partir da primeira metade do século XX. Contribuir com as ações de extensão vinculadas à área de formação do curso.

REFERÊNCIA BÁSICA

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; REIS, Martha dos (org.). **Educação, direitos humanos e exclusão social**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. DOI: https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-257-4. Acesso em: 04 set. 2023.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. (Série monitoramento & avaliação).

LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas**: de Parsons aos contemporâneos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRISOSTIMO, Ana Lúcia; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto (org.). **A extensão universitária e a produção do conhecimento**: caminhos e intencionalidades. Guarapuava: Unicentro, 2017.

DOMINGUES, José Maurício. **A sociologia de Talcott Parsons**. São Paulo: Annablume, 2008.

EUFRASIO, Mário A. **Estrutura urbana e ecologia humana**: a Escola Sociológica de Chicago (1915-1940). 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social**: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

HORKHEIMER, Max. **Teoria crítica**: uma documentação. São Paulo: Perspectiva, 1990.

IANNI, Octavio. A sociologia e o mundo moderno. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-22, 1989. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/83315. Acesso em: 05 set. 2023.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2184	**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I**	45

EMENTA

A construção dos problemas e os métodos de pesquisa em educação. As fases da produção do conhecimento científico. Elaboração do projeto de TCC. Normas para trabalho científico (ABNT).

OBJETIVO

Proporcionar ao educando as condições necessárias para o planejamento e a viabilidade do projeto de pesquisa. Aprimorar a capacidade de interpretação crítica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIL, Antonio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa.** São Paulo Atlas 2021. (Minha Biblioteca).

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Manual de trabalhos acadêmicos.** Chapecó: UFFS, 2021. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-graduacao/biblioteca/documentos/arquivo. Acesso em: 04 set. 2023.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2185	**ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III**	90

EMENTA

Exercício da profissão docente. Planejamento e avaliação. O processo ensino-aprendizagem e a organização do trabalho docente no Ensino Fundamental II. Metodologias Interdisciplinares nas disciplinas de História e Geografia. A relação entre a extensão universitária, a escola e a comunidade. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Desenvolver atividades de planejamento, docência e avaliação nos diferentes anos do Ensino Fundamental II nas disciplinas que compreendem a área de formação do Curso; Produzir relatórios com reflexões que contribuam na formação individual e coletiva; Sistematizar, avaliar e socializar, em conjunto com os sujeitos foco das ações extensionistas, o percurso formativo da extensão no curso.

REFERÊNCIA BÁSICA

CALLAI, Helena Copetti (org.). **Educação geográfica**: reflexão e prática. Ijuí: UNIJUI, 2011.

CASTELAR, Sônia (org.). **Educação geográfica**: teoria e prática docente. São Paulo: Contexto, 2005.

FARIAS, Maria Isabel; FINATTO, Roberto Antônio; LEITE, Valter de Jesus. **Inventário da realidade e cartografia social**: possibilidades metodológicas nas escolas do campo. Guarapuava: Apprehendere. 2022. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/6632/1/Invent%c3%a1rio%20da%20Realidade%20e%20Cartografia%20Social_possibilidades%20metodol%c3%b3gicas%20nas%20escolas%20do%20campo.pdf. Acesso em: 04 set. 2023.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2006. (Série monitoramento & avaliação).

ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2000.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CRISOSTIMO, Ana Lúcia; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto (org.). **A extensão universitária e a produção do conhecimento**: caminhos e intencionalidades. Guarapuava: Unicentro, 2017.

MORAIS, Eliana Marta Barbosa de; MORAES, Loçandra Borges de. **Formação de professores**: conteúdos e metodologias no ensino de geografia. Goiânia: Vieira: NEPEG, 2010. Disponível em: http://nepeg.com/newnepeg/wp-content/uploads/2014/04/LIVRO-FORMA%C3%87%C3%83O-DE-PROFESSORES-CONTE%C3%9ADOS-E-METODOLOGIAS-NO-ENSINO-DE-GEOGRAFIA-2010.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.

.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1364	**FILOSOFIA V**	60

EMENTA

As consequências da revolução científica e filosófica do século XIX. Temas e questões da filosofia contemporânea. As relações entre cultura, ideologia, igualdade de direitos e política na sociedade contemporânea. A produção do conhecimento e a sua interface com a escola.

OBJETIVO

Apresentar os fundamentos da filosofia contemporânea e suas questões.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DESCARTES, René. **Discurso do método.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 7. ed. Lisboa: Calou-te Gulbenkian, 2010.
HOBBES, Thomas. **Do cidadão.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
HOBBES, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Os Pensadores, v. 14).
SPINOZA, Benedictus de; TADEU, Tomaz. **Ética**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
BOBBIO, Norberto**. A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A genealogia da moral**. 3. ed. São Paulo: Escala, 2009. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, v. 20).
RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
RUSSELL, Bertrand. **História da filosofia ocidental**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. 3 v.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1365	**GEOGRAFIA V**	60

EMENTA

Globalização, cultura e atividade econômica. Regimes de acumulação. Processos de internacionalização da economia e do território. Circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação. Blocos econômicos e organizações econômicas transnacionais. Geografia Política e Geopolítica no Brasil e no mundo. Limites e fronteiras. Geografia Política e formação dos Estados Nacionais. Nação e nacionalismo. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica.

OBJETIVO

Compreender a organização do espaço mundial. Analisar a formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios. Discutir o comércio mundial e suas implicações socioespaciais. Compreender a inserção geopolítica brasileira no mundo.

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres Ribeiro; EGLER, Tamara Tânia Cohen; SÁNCHEZ, Fernanda (org.). **Política governamental e ação social no espaço**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital: Anpur, 2012. Disponível em: https://anpur.org.br/publicacao/arquivos/politica_governamental.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2018.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1366	**HISTÓRIA V**	60

EMENTA

A Revolução Russa. O período entre-guerras e a ascensão dos totalitarismos. A Segunda Guerra. A Guerra Fria e o declínio do comunismo. A Revolução Verde e a urbanização do mundo. A descolonização e emergência dos países não alinhados. Transformações culturais após 1960. A condição da mulher. O neoliberalismo e as migrações internacionais das últimas décadas. Crise ecológica: a transformação ambiental radical do planeta no século XX. Abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas, de pesquisa e de prática de ensino.

OBJETIVO

Compreender a história dos séculos XX e XXI como período crucial para a compreensão da sociedade atual, estabelecendo reflexões que permitam o posicionamento crítico diante de seu próprio tempo, bem como para a futura atividade docente.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

HOBSBAWM, Eric. **Tempos interessantes:** uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; FARIA, Ricardo de Moura. **História do tempo presente**. São Paulo: Contexto, 2016.

MARQUES, Adhemar Martins; FARIA, Ricardo de Moura; BERUTTI, Flávio Costa. **História contemporânea através de textos**. São Paulo: Contexto, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PERROT, Michele (org.). **História da vida privada**: da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. v. 4.

PERRY, Marvin. **Civilização ocidental**: uma história concisa. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1367	**SOCIOLOGIA V**	60
EMENTA		
Teorias sociológicas contemporâneas: proposições e debates. A abordagem escolar dos conteúdos na educação básica.		
OBJETIVO		
Conhecer as principais correntes da sociologia contemporânea.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 8. ed. Campinas: Papirus, 2007. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2010. GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2 v. HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003. TAYLOR, Charles. **O multiculturalismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2186	**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II**	30

EMENTA

Elaboração do projeto de pesquisa com a supervisão do professor orientador. Os processos educativos e as práticas sociais na construção do conhecimento. Coleta de dados e o comprometimento com o método de pesquisa. Normas para trabalho científico (ABNT).

OBJETIVO

Proporcionar ao educando as condições necessárias para a elaboração do projeto de pesquisa e o desenvolvimento do TCC. Realização de pré-bancas de TCC com defesa do projeto e escritos acadêmicos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. [11 ed.]. Petrópolis, RJ: Vozes, [2013].

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa**. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca).

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Manual de trabalhos acadêmicos.** Chapecó: UFFS, 2021. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-graduacao/biblioteca/documentos/arquivo. Acesso em: 04 set. 2023.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 9. ed. Florianópolis: UFSC, 2014.

FAZENDA, Ivani (org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FAVERO, Altair Alberto; GABOARDI, Ediovani Atônio; CENCI, Angelo Vitório (coord.). **Apresentação de trabalhos científicos**: normas e orientações práticas. 5. ed. rev. e ampl. Passo Fundo, RS: UPF, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2187	**ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV**	90

EMENTA

Exercício da profissão docente. Planejamento e avaliação. O processo ensino-aprendizagem e a organização do trabalho docente no Ensino Médio. Metodologias Interdisciplinares nas disciplinas de Filosofia e Sociologia.

OBJETIVO

Desenvolver atividades de planejamento, docência e avaliação nos diferentes anos do Ensino Médio nas disciplinas que compreendem a área de formação do Curso; Elaborar materiais didáticos para essa modalidade de ensino; Produzir relatórios com reflexões que contribuam na formação individual e coletiva;

REFERÊNCIA BÁSICA

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARANHA, M. L. A. de; MARTINS, M. H. P. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2009.

GALLO, Silvio. **Metodologia do ensino de filosofia**: uma didática para o ensino médio. Campinas: Papirus, 2012.

KOHAN, Walter (org.). **Ensino de filosofia**: perspectiva. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2002. (Minha Biblioteca).

JINKINGS, Nise. "Ensino de Sociologia: particularidades e desafios contemporâneos". **Mediações**: **Revista de Ciências Sociais,** Londrina, v. 12, n. 1, p. 113-130, jan./jun. 2007. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3391. Acesso em: 04 set. 2023.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CARVALHO FILHO, Juarez Lopes de. O Ensino de Sociologia como problema epistemológico e sociológico. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 59-80, jan./mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362014000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 04 set. 2023.

CHAUI, Miguel. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.

DIAS, Maria de Fátima Sabino; SOUZA, Suzani Cassiani de; SEARA, Izabel Christine (org.). **Formação de professores**: experiências e reflexões. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2006.

MORAES, Amaury Cesar. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 31, n. 85, p. 359-382, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-32622011000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 04 set. 2023..

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH803	**AGROECOLOGIA E COOPERAÇÃO NA ESCOLA**	30

EMENTA

Histórico e princípios da agroecologia e da cooperação. A relação da agroecologia e da cooperação com os conteúdos curriculares na educação básica. Práticas cooperativas e agroecológicas nas comunidades camponesas e na escola. As práticas pedagógicas no contexto escolar no diálogo com os saberes das populações tradicionais. Educação ambiental, cooperação e agroecologia. A extensão universitária no movimento da Educação do Campo em ciências sociais e humanas por meio da alternância e práticas como componente curricular.

OBJETIVO

Conhecer os princípios da agroecologia e da cooperação com vistas à elaboração de propostas de trabalho pedagógico na escola.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. Rio de Janeiro: ASPTA, 2012.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. **Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RIBEIRO, D. S. *et al.* (org.). **Agroecologia na educação básica**: questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ASSMANN, Hugo; MOSUNG, Jung. **Competência e sensibilidade solidária**: educar para a esperança. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

PRIMAVESI, Ana M. **A convenção dos ventos**: agroecologia em contos. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MORALES, Angelica Góis. **Educação ambiental e multiculturalismo**. Ponta Grossa: Ed. da UEPG, 2012.

Código	Componente Curricular	Horas
GCH797	**EDUCAÇÃO INCLUSIVA**	30

EMENTA

Direitos humanos e aspectos políticos e legais que fundamentam a Inclusão. Modelo social da deficiência: dimensão cultural, diversidade e diferença. Diretrizes para educação inclusiva e a legislação brasileira. A inclusão na escola: saberes e práticas pedagógicas para a educação na diversidade.

OBJETIVO

Compreender as questões que fundamentam a inclusão escolar e suas implicações para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. **Políticas e práticas de Educação inclusiva**. 4 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2013.
MANTOAN, Maria Tereza Eglér. I**nclusão Escolar: o que É? Por quê? Como Fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
RODRIGUES, David (Org). **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo:Summus, 2006.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.
DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**.** 2 ed. Brasília: CORDE, 1997.
MANTOAN, Maria Teresa Egler et al. **Inclusão Escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.
OMOTE, S. **Inclusão**: intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004.
SKLIAR, C. **A invenção e a exclusão da alteridade "deficiente" a partir dos significados da normalidade**. Educação & Realidade, 24(1), jul./dez., 1999.
UNESCO Brasil. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília, DF, 1998. 6 f. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf. Acessado em: 20 jul. 2016.

Código	Componente Curricular	Horas
	REALIDADE DO CAMPO BRASILEIRO	45
Introdução a Sociologia Rural. Território, geografia, Global x Local. Território e Cultura, Ideologia e Cultura Popular. Rural x Urbano no desenvolvimento brasileiro. Processos políticos, atores socioeconômicos e políticas públicas. Conflito agrário, lutas pela terra e movimentos sociais rurais. A teoria dos Novos Movimentos Sociais e a nova concepção de Cidadania.		
OBJETIVO		
Promover a compreensão da realidade social, econômica, técnica, cultural e política da sociedade em geral, e do meio rural em particular, visando a integrar-se em suas transformações.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** 3. ed**.** São Paulo: Edusp, 2007. BUAINAIN, Antônio Márcio (coord.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. CAZELLA, Ademir Antonio; MALUF, Renato Sérgio; BONNAL, Philippe (org.). **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2009. FERREIRA, Angela Duarte Damaceno; BRANDENBURG, Alfio (org.). **Para pensar outra agricultura**. 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Seropédica, v. 10, n. 1, n. 18, p. 28-46. abr. 2002. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/207. Acesso em: 04 set. 2023. FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. IANNI, Octavio. **A sociedade global.** 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012 SILVA, Jose Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Revista Estudos Avançados,** São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300005. Acesso em: 04 set. 2023. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, n. 15, p. 87-145, out. 2000. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178. Acesso em: 04 set. 2023.		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2188	**ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V**	90

EMENTA

Exercício da profissão docente. Planejamento e avaliação. Docência na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e/ou Ensino Médio e/ou em organizações de base comunitária-popular a partir da experiência dos movimentos sociais e do referencial teórico-metodológico da Educação Popular e da Educação do Campo.

OBJETIVO

Desenvolver atividades de planejamento, docência e avaliação na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e/ou Ensino Médio e/ou em organizações de base comunitária-popular; Elaborar materiais didáticos para a área das ciências sociais e humanas; Produzir relatórios com reflexões que contribuam na formação individual e coletiva;

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2009.
CHAUI, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.
GALLO, Silvio. **Metodologia do ensino de filosofia**: uma didática para o ensino médio. Campinas: Papirus, 2012.
KOHAN, Walter (org.). **Ensino de filosofia**: perspectiva. São Paulo: Autêntica, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

JINKINGS, Nise. Ensino de Sociologia: particularidades e desafios contemporâneos. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 113-130, jan./jun. 2007. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3391. Acesso em: 04 set. 2023.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2189	**SEMINÁRIO DE SOCIALIZAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**	30

EMENTA

Socialização dos trabalhos de conclusão de curso.

OBJETIVO

Apresentar e defender o trabalho de conclusão de curso, sob a orientação de um professor, devendo exercitar as etapas do processo de desenvolvimento do trabalho científico, de cunho profissional na área de atuação em que o aluno esteja em vias de graduar-se.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIL, Antonio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa.** São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca).

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Manual de trabalhos acadêmicos.** Chapecó: UFFS, 2021. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-graduacao/biblioteca/documentos/arquivo. Acesso em: 04 set. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCA674	**MATRIZES FORMATIVAS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO**	60

EMENTA

O pensamento educacional que embasa a Educação do Campo produzido desde as referências teóricas da Pedagogia Socialista, Pedagogia do Movimento Social Popular e da Pedagogia do Oprimido. Fundamento teórico-metodológico da reorganização do pensamento educacional em torno das matrizes formadoras da emancipação da classe trabalhadora, como o trabalho, a prática social, a cultura, os movimentos sociais populares e a experiência da opressão. A práxis social como princípio educativo e suas implicações na constituição do projeto político-pedagógico da Educação do Campo. Autores, metodologias e práticas na escola do campo.

OBJETIVO

Fundamentar as concepções/convicções a respeito da educação no sentido amplo de formação humana, *de classe e* na especificidade do processo educativo escolar da Educação do Campo. Possibilitar a apropriação dos conceitos e métodos que orientam a condução das concepções teóricas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 83. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 6 v.

KRUPSKAYA, Nadezhda Kontantinovna. **A construção da pedagogia socialista**: (escritos selecionados). São Paulo, SP: Expressão Popular, 2017.

LUEDEMANN, Cecília. **Anton Makarenko**: vida e obra – a pedagogia da revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

PISTRAK, Moisey. **A escola-Comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci:** americanismo e conformismo. 3. ed. Campinas: Alínea, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Moraes, 1983. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/ano/mes/ensino.pdf. Acesso em: 01 set. 2023.

SHULGIN, Viktor Nikholaevich. **Rumo ao Politecnismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia social de rua**: análise e sistematização de uma experiência vivida. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1374	**TEORIA COOPERATIVISTA**	60

EMENTA

Formas primitivas e tradicionais de cooperação. Bases doutrinárias e filosóficas do cooperativismo. Surgimento do cooperativismo moderno. O cooperativismo no Brasil. A diversidade de modelos cooperativistas no campo brasileiro. Cooperativismo e recriação camponesa.

OBJETIVO

Conhecer e compreender as bases filosóficas e doutrinárias do cooperativismo. Identificar os diferentes tipos de cooperativimo no Brasil e suas potencialidades e desafios. Compreender o papel do cooperativismo para a resistência e recriação camponesa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CHAYANOV, Alexander. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento**: o trabalho flexível em torno de processos, sob habilidades e equipes. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV, 2006.

FAJARDO, Sergio; ROCHA, Márcio Mendes. **Cooperativismo e contradições**: o caso brasileiro. Curitiba: CRV, 2018.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MARCOS, Valeria de; FABRINI, João Edmilson. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2003. Disponível em: https://ia600305.us.archive.org/12/items/OCOOPERATIVISMONOBRASIL/O%20COOPERATIVISMO%20NO%20BRASIL.pdf. Acesso em: 01 set. 2023.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1375	**FUNDAMENTOS DA AGROECOLOGIA**	60

EMENTA

Os impactos da agricultura convencional. A história da Agroecologia no Brasil. Epistemologia da Agroecologia. Agroecologia e produção orgânica. A Agroecologia e o debate da sustentabilidade. Transição agroecológica. Princípios e fundamentos para o desenvolvimento de sistemas de produção agroecológicos. O sistema agroalimentar e a Agroecologia. Educação do Campo, movimentos sociais e Agroecologia. Educação Ambiental e Agroecologia.

OBJETIVO

Conhecer e analisar a história e os fundamentos científicos da Agroecologia enquanto um novo paradigma para o sistema agroalimentar considerando a atuação dos diferentes agentes envolvidos no desenvolvimento das práticas agroecológicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GLIESSSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Ed. Agroecológica, 2001.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 16, v. 13, p. 22-32, jan.-jun./2010. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362. Acesso em: 31 ago. 2023.

ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa (org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm#art14. Acesso em: 31 ago. 2023.

CAPORAL, Francisco Roberto (org.). **Agroecologia:** uma ciência do campo da complexidade. Brasília, DF: MDA/SAF, 2009. v. 1. Disponível em: https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/agroecologia/livros/AGROECOLOGIA%20-%20UMA%20CIENCIA%20DO%20CAMPO%20DA%20COMPLEXIDADE.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

DANTAS, Murielle Magda Medeiros *et al*. A importância da educação ambiental no amplo escolar. **Cadernos de Agroecologia,** [*S.l.*], v. 10, n. 3, 2016. Disponível em: http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/19418. Acesso em: 31 ago. 2023.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, c2000.

PAULA, Nilson Maciel de. **Evolução do sistema agroalimentar mundial**: contradições e desafios. Curitiba: CRV, 2017.

PRIMAVESI, Ana M. **Agroecologia**: ecosfera, tecnosfera e agricultura. São Paulo: Nobel, c1997.

RIBEIRO, D. S. *et al.* (org.). **Agroecologia na Educação Básica:** questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1376	**EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA**	60

EMENTA

A especificidade da escola indígena no contexto da legislação da educação básica brasileira. As políticas de educação indígena no Brasil após a redemocratização. Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil. Aspectos didático-pedagógicos e culturais que permeiam a educação escolar indígena e sua relação com a educação indígena.

OBJETIVO

Conhecer as abordagens e discussões a respeito da especificidade da educação indígena em termos didático-pedagógicos. Capacitar os discentes para sua futura atuação em sala de aula, tendo em vista o disposto na lei 11.645/2008, a educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil e a perspectiva da educação indígena.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LIMA, Elmo de Souza. Educação do campo, currículo e diversidades culturais. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 6, n. 3, p. 608-619, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/18998/10545. Acesso em: 31 ago. 2013.

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana K. Leal (org.). **Antropologia, história e educação**: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **A temática indígena na escola:** novos subsídios para professores de 1º e 2º graus./Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: http://pineb.ffch.ufba.br/downloads/1244392794A_Tematica_Indigena_na_Escola_Aracy.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

SANTOS , K. B. ., de Oliveira, F. P. ., & de Souza, C. M. (2023). TERRITÓRIO ÉTNICO, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: ENTRE PRÁTICAS E PROCESSOS ETNOEDUCACIONAIS. *Linguagens, Educação E Sociedade*, *27*(53), 243-272. https://doi.org/10.26694/rles.v27i53.2907

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BERGAMASCHI, Maria Aparecida (org.). **Povos indígenas e educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

MEINERZ, Carla Beatriz; PINHEIRO, Helen Estéfany dos Santos. Educação das relações étnico-raciais e ensino de história: relações possíveis entre comunidades escolares e comunidades tradicionais. **MÉTIS: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 17, n. 33, p. 151-169, jan./jun. 2018. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/204130. Acesso em: 31 ago. 2023.

MELIÁ, Bartolomeu. Educação Indígena na Escola. CEDES, ano XIX, dezembro 1999.

MENDES, Edleise. Educação escolar indígena no Brasil: multilinguismo e interculturalidade em foco. Revista Ciência e cultura. vol. 71, n.4, São Paulo, oct/dec/2019.

SANTOS, M.V.A., VIEIRA, E.P., and MELLO, F.C. A práxis pedagógica dos professores Tupinambás de Olivença, Ilhéus-BA. In: SANTOS, A. R., OLIVEIRA, J. M. S., and COELHO, L. A., orgs. Educação e sua diversidade [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 206-221. Movimentos sociais e educação series, vol. 3. ISBN: 978-85-7455-489-1.

FEITOSA, Leni Barbosa; VIZOLLI, Idemar. Violência, luta e resistência: historicidade da educação rural à educação escolar indígena. Revista Brasileira da Educação do Campo. Tocantinópolis/Brasil. vol.4, 2019.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1381	**HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA**	60

EMENTA

Contextos ideológicos do final do século XIX e primeira metade do XX. A lei 10.639/2003 e a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.. Comércio de escravos para o Brasil e as sociedades africanas com ele envolvidas. Os africanos e os afrodescendentes no Brasil colonial, independente e contemporâneo. Manifestações culturais afro-brasileiras. Retornados do Brasil na África. Crítica ao mito da democracia racial e implantação de políticas afirmativas relacionadas às relações interétnicas.

OBJETIVO

O processo de implantação da lei 10.639/2003 e da Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu a obrigatoriedade e as diretrizes do ensino da história e culturas africanas e afro-brasileiras, modificada pela lei 11.645/2008, quando incorporou também a obrigatoriedade do ensino de história e cultura dos povos indígenas, leva à necessidade de que os professores sejam preparados para o trabalho com esses novos conteúdos. Nesse sentido, esse curso oferece informações para que os alunos, futuros professores, possam lidar de forma consistente com os temas relativos à contribuição dos afrodescendentes para a construção da sociedade brasileira, assim como os relativos às suas sociedades de origem.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2011.

LOPES, Nei. **História e cultura africana e afro-brasileira.** 4. ed. São Paulo: Barsa Planeta, 2011.

PINSKY, Jaime. **100 textos de história antiga**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

UNESCO. **História geral da África**. Brasília, DF: Unesco, 2010. 8 v.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

PAIVA, Marcelo Cardoso. Entre a lembrança e o esquecimento: memória, história e patrimônio cultural afro-brasileiro. In: **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 41, n. 88, 2021.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1382	**FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO**	60

EMENTA

Fundamentos filosóficos da educação. Estuda obras clássicas da História da Filosofia e a sua relação com a Educação em diferentes períodos históricos (período clássico grego, medieval, renascentista, moderno e contemporâneo).

OBJETIVO

Tematizar a relação entre filosofia e educação, refletindo criticamente acerca de problemáticas que emergem nas discussões presentes em textos de autores clássicos da tradição filosófica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? *In*: KANT, Immanuel. **Textos seletos**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 63-71.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Edipro, c2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando:** introdução à filosofia. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.
CHAUI, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.
JAEGER, W. **Paidéia:** a formação do homem grego. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1755	**HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL**	60

EMENTA

Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.

OBJETIVO

Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228.
CUCHE, Denys. **A noção de cultura das Ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.
HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.
HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais** – Brasil, Uruguay, Argentina. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar** – As fronteiras da discórdia. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
AMADO, Janaína. **A Revolta dos Mucker**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.
AXT, Gunter. **As guerras dos gaúchos:** história dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v.
CEOM. **Para uma história do Oeste Catarinense.** 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995.
GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). **O continente em armas:** uma história da guerra no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil**: Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.
MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.
NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.
PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Farroupilha.** São Paulo: Brasiliense, 1990.
RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.
RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.

SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas:** História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.
TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980).** Porto Alegre: EST, 2007.
_____. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.
TOTA, Antônio Pedro. **Contestado:** a guerra do novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.
WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2191	**TERRA E TERRITÓRIO INDÍGENA**	60

EMENTA

Aspectos históricos sobre a formação das terras indígenas no Brasil. O sentido de território. A multidimensionalidade do território indígena. Desterritorialização e reterritorialização indígena no sul do Brasil. Aspectos constitutivos do território Kaingang e Guarani.

OBJETIVO

Compreender os elementos materiais e simbólicos estruturantes na formação do território indígena no sul do Brasil considerando o contexto de luta e resistência pela terra.

REFERÊNCIA BÁSICA

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia**: conceitos e temas. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2014.

FARIA, Ivani Ferreira de *et al*. **Gestão do conhecimento e território indígena**: por uma geografia participante. Manaus: Reggo Edições, 2015.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade. 13. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2021.

PALAZUELOS, Alexandra Carvalho Pereira de; BALLIVIÁN, José Manuel P. P. (org.). **Artesanato indígena**: Kaingang e Guarani: territórios indígenas: região Sul. São Leopoldo, RS: Oikos, 2011.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

NOVAK, Éder da Silva. **Emã & Tekoha**: territórios indígenas e a política indigenista. Curitiba: Appris, 2019.

NOVAK, Maria Simone Jacominiorg. **Educação superior indígena no Paraná**. Maringá: EDUEM, 2010.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de (org.). **O renascer dos povos indígenas para o Direito**. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

VIEGAS, Daniel Pinheiro. **A tradicionalidade da ocupação indígena e a constituição de 1988**: a territorialização como instituto jurídico-constitucional. Manaus: UEA, 2017.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2192	**CONHECIMENTO TRADICIONAL INDÍGENA E AGROECOLOGIA**	60

EMENTA

A relação sociedade e natureza no contexto indígena. O sistema agroalimentar, a agroecologia e a cultura alimentar indígena. Conhecimento tradicional Kaingang e Guarani e a construção da Agroecologia. Agroecologia, escola e conhecimento tradicional.

OBJETIVO

Compreender como o conhecimento tradicional Kaingang e Guarani contribui para a construção da agroecologia tendo como referência a relação entre a escola e a comunidade.

REFERÊNCIA BÁSICA

AILATI, Paulo Henrique. **Agroecologia e ciência no Brasil**: uma análise histórica. São Paulo: Dialética, 2021.

CLAUDINO, Zaqueu Key *et al*. (org.). **Educação indígena em diálogo**. Pelotas: UFPEL, 2010.

DEBORTOLI, Solange Fernandes Barrozo; ALBA, Rogéria Pereira (org.). **Escola pública do campo e agroecologia**: um novo horizonte em construção. Francisco Beltrão: Grafit, 2018.

GOMES, João Carlos Costa; ASSIS, William Santos de (ed.). **Agroecologia**: princípios e reflexões conceituais. Brasília, DF: EMBRAPA, 2013.

NÖTZOLD, Ana Lucia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (org.). **Etnohistória, história indígena e educação**: contribuição ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MOTA, Lúcio Tadeu; ASSIS, Valéria Soares de. **Populações indígenas no Brasil**: histórias, culturas e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2008.

PRIMAVESI, Ana. **Agroecologia**: ecosfera, tecnosfera e agricultura. São Paulo, SP: Nobel, c1997.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2047	**CLASSE SOCIAL, RAÇA E GÊNERO**	60

EMENTA

Classes sociais. Luta de classes. Mais Valia. Agricultura Familiar x Agronegócio. Racismo. Preconceito. Racismo estrutural. Racismo Institucional. Democracia racial. Machismo. Masculinidade tóxica. Feminismos. Patriarcado. Matriarcado. Violência Doméstica. Feminicídio.

OBJETIVO

Reconhecer e assenhorar-se dos principais conhecimentos referente às classes sociais, as questões raciais e de gênero e suas relações com a Educação do Campo

REFERÊNCIA BÁSICA

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2017.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília, DF: MEC, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

COSTA, Ana Alice Alcântara *et al*. **Um debate crítico a partir do feminismo**: reestruturação produtiva, reprodução e gênero. São Paulo: CUT, 2002.

GILBERT, Elizabeth. **Comer, rezar, amar**: a busca de uma mulher por todas as coisas boas da vida na Itália, na Índia e na Indonésia. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 2. ed. rev. São Paulo: Editora 34, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A.; HUNTLEY, Lynn, (org.). **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2190	**POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E FALANTES DE COMUNIDADES INDÍGENAS NO BRASIL**	60

EMENTA

Panorama da realidade sociolinguística indígena brasileira com foco na fronteira do Mercosul. Políticas linguísticas *bottom-up* e *top-down* que incidam sobre comunidades indígenas brasileiras – (co)oficialização de línguas, patrimonialização de línguas e variedades linguísticas, gramaticização e dicionarização de línguas e variedades linguísticas, escolas bilíngues.

OBJETIVO

Traçar um panorama das políticas linguísticas espontâneas e estatais no cenário sociolinguístico indígena brasileiro, com foco na fronteira do Mercosul.

REFERÊNCIA BÁSICA

FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Gorski; GÖRSKI, Edair Maria. (org.). **Sociolinguística e política linguística**: olhares contemporâneos. São Paulo: Blucher, 2016.

FREITAG, Raquel Meister Ko; SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães (org.). **Mobilidades e contatos linguísticos no Brasil**. São Paulo: Blucher, 2023.

MARIANI, Bethania. **Colonização linguística:** línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.

MORELLO, Rosângela; SEIFFERT, Ana Paula. INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM POLÍTICA LINGUÍSTICA. **Inventário da língua Guarani Mbya:** Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Florianópolis: IPOL, 2011.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de (org.). ASSOCIAÇÃO DE LEITURA DO BRASIL; INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM POLÍTICA LINGÜÍSTICA. **Declaração universal dos direitos lingüísticos**: novas perspectivas em política lingüística. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AFONSO, Maria Aparecida Valentim. Políticas linguísticas para os povos indígenas no Brasil. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA. **Anais [...]** João Pessoa: ALFAL, 2014, p. 28-47. Disponível em: https://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R1014-2.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal. Políticas e direitos linguísticos dos povos indígenas brasileiros. **Revista Signótica**, Goiás, v. 14, n. 1, p. 129-146, 2002. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/7310. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 25 jun. 2012, Seção 1, p. 7. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN52012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 17 nov. 1999a. Seção 1, p. 19. Republicada em 14 de dezembro de 1999, Seção 1, p. 58. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais para a formação de professores indígenas.** Brasília, DF: MEC, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Livro.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

GUEROLA, Carlos M. **"Se nós não fosse guerreiro nós não existia mais aqui":** ensino-aprendizagem de línguas para fortalecimento da luta guarani, kaingang e laklãnõ-xokleng. 2017. Tese (Doutorado em linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/84617041.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

HENRIQUES, Ricardo *et al*. (org.). **Educação escolar indígena:** diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola. Brasília, DF: MEC, abr. 2007. (Cadernos Secad; 3). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoindigena.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

RODRIGUES, Ayron Dall'Igna. **Línguas brasileiras:** para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Arodrigues-1986-linguas/Rodrigues_1986_LinguasBrasileiras.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

RODRIGUES, Ayron Dall'Igna. **Línguas indígenas brasileiras.** Brasília, DF: UnB, 2013. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/lali/PDF/L%C3%ADnguas_indigenas_brasiliras_RODRIGUES,Aryon_Dall%C2%B4Igna.pdf. Acesso em 31 ago. 2023.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH826	**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**	60

EMENTA

História geral da educação e história da educação no Brasil. Modos de produção e educação. Tendências e correntes pedagógicas e a organização da educação escolar. As contradições do tipo de capitalismo brasileiro e seus reflexos na educação.

OBJETIVO

Compreender a constituição histórica da educação escolar a partir da sua relação com o modo de produção da vida material, social, político e cultural, no geral e na sociedade brasileira.

REFERÊNCIA BÁSICA

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores e Associados, 2013.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática,1995.
GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.
LOPES, Eliane Marta. **Origens da educação pública**: a instrução na revolução burguesa do século XVIII. São Paulo: Fino Traço, 2008.
LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 18. ed. São Paulo: Nacional, 1990.
MANACORDA, Mario Aligihero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Alínea, 2007.
SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (Org.). **História, educação e transformação**: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2054	**TERRA, TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**	60

EMENTA

Conceitos de terra, território e territorialidade a partir de perspectivas indígenas, dos povos e comunidades tradicionais e camponeses. Conflitos por terra e território. Resistencia e r-existência na terra e no território. Terra, território e territorialidades e Extensão universitária. Movimento dialógico entre a universidade e os territórios.

OBJETIVO

Promover a reflexão sobre terra, território e territorialidades nas perspectivas indígenas, dos povos e comunidades tradicionais e camponeses, discutindo a problemática da questão agrária e a extensão universitária de forma dialógica com as comunidades, propondo atividades de extensão desde as diferentes realidades dos/das estudantes

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 7º ed., 1983.

MARTINS, J.S. Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In: MARTINS, J.S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: HUCITEC, 3. ed., 1991. Cap. 3, p.p. 43-60.

OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ (org.). **Atlas da Questão Agrária no Paraná**: diálogos em Construção. Naviraí, Ipuvaíva, 2021.

PAULINO, E.T.; ALMEIDA, R.A. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C.W.; CUIN, D.P. Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil: Expropriação, Violência e R-Existência. In: FLORES, P.C.L; GUERREIRO, L.G. **Pueblos Originarios en lucha por las Autonomías**: Experiencias y desafíos en América Latina. CLACSO, 2013, pp. 242-273.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO FILHO, T. (org). **Extensão Universitária**: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

GERMANI, G. I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). (GEO)grafias dos movimentos sociais. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304.

GIRARDI, E.P. Atlas da Questão Agrária Brasileira. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008.

HAESBAERT, R. Viver no Limite: Território e multi/territorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

KOLLING, P.; SILVESTRE, M. Reflexões sobre território e terra indígena: aspectos culturais, sociais e jurídicos. In: ParaOnde!? Porto Alegre, v.12, n.1, p.211-226, 2019.

SAQUET. M.A. **Abordagens e concepções de território**. 3ºed.: São Paulo: Outras Expressões, 2013.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2055	**AÇÕES EXTENSIONISTAS EM HISTÓRIA**	60

EMENTA

O planejamento e a realização de ações extensionistas a partir da atuação do docente de História. A licenciatura em Educação do Campo e a extensão em comunidades do campo e indígenas.

OBJETIVO

Conhecer e realizar o planejamento de ações extensionistas baseadas no ensino de História voltada para comunidades do campo e indígenas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AMORIM, Érika O. Ensino de História: como a extensão universitária potencializa a formação profissional. **Revista História Hoje**, *[S. l.]*, v. 6, n. 11, p. 172–190, 2017.

BARBOZA, EDSON HOLANDA LIMA; MARIZ, S. F. Extensão universitária, formação de professores e ensino de História no Brasil: abordagens, legislação e desafios. **VOZES, PRETÉRITO & DEVIR,** v. 12, p. 192-212, 2021.

MEZACASA, R. Educação patrimonial e arqueologia: experiências em contextos de extensão universitária. **EXTRAMUROS – REVISTA DE EXTENSÃO DA UNIVASF**, v. 5, p. 40, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MOURA, Denise Aparecida Soares de . A extensão universitária em história através da elaboração de instrumentos de pesquisa. **Revista de Cultura e Extensão - USP**, v. 13, p. 97-108, 2015.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2056	**AÇÕES EXTENSIONISTAS EM GEOGRAFIA**	60

EMENTA

O planejamento e a realização de ações extensionistas a partir da atuação do docente de Geografia. A licenciatura em Educação do Campo e a extensão em comunidades do campo e indígenas.

OBJETIVO

Conhecer e realizar o planejamento de ações extensionistas baseadas no ensino de Geografia voltadas para comunidades do campo e indígenas

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GOMES, M. F. V. B. Interdisciplinaridade e interprofissionalidade na ação extensionista. In: GONÇALVES, N.G.; QUIMELLI, G.A.S. (Orgs.) **Princípios da extensão universitár**ia: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: CVR, 1º ed., 2016, p. 37-52.

GOMES, M F. V. B. A contribuição da extensão universitária na formação inicial dos professores de Geografia In: VALLERIUS, D.M.; MOTA, H.G.; SANTOS, L.A. (Orgs.) **Ensino de Geografia, cidadania e redes colaborativas**: múltiplos olhares. Goiânia: 1º ed., C&A Alfa Comunicações, 2022.

FINA, B.G.; AOKI, C. (orgs.). **Extensão universitária**: um caminho de integração e aprendizagem. Campina Grande: Editora Amplla, 2021.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

OLIVEIRA, Fernanda; GOULART, Patrícia Martins. **Fases e faces da extensão universitária**: rotas e concepções. Revista Ciência em Extensão. v.11, n.3, p.8-27, 2015.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2057	**AÇÕES EXTENSIONISTAS EM SOCIOLOGIA**	60

EMENTA

O planejamento e a realização de ações extensionistas a partir da atuação do docente de Sociologia. A licenciatura em Educação do Campo e a extensão em comunidades do campo e indígenas.

OBJETIVO

Conhecer e realizar o planejamento de ações extensionistas baseadas no ensino de Sociologia voltadas para comunidades do campo e indígenas

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. São Paulo: Paz e terra, 1983.
GADOTTI, Moacir, Extensão universitária para quê? 2017.
OLIVEIRA, Fernanda; GOULART, Patrícia Martins. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Revista Ciência em Extensão.** v.11, n.3, p.8-27, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COELHO, Geraldo Ceni**.** Interfaces - Revista de Extensão da UFMG, v. 5, n. 2, p.5-20, jul./dez. 2017.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2058	**AÇÕES EXTENSIONISTAS EM FILOSOFIA**	60

EMENTA

O planejamento e a realização de ações extensionistas a partir da atuação do docente de Filosofia. A licenciatura em Educação do Campo e a extensão em comunidades do campo e indígenas.

OBJETIVO

Conhecer e realizar o planejamento de ações extensionistas baseadas no ensino de Filosofias voltadas para comunidades do campo e indígenas

REFERÊNCIAS BÁSICAS

JOSÉ ALVES, D.; SENNA GUIMARÃES, M.; AUGUSTO BRUST, W.; BARBOSA NASCIMENTO, A.; ASSIS SOUZA, J.; MAIA MOREIRA, M.; SANTOS ARAUJO, E.; LEE SEGAL, R.; SOUZA, J.; VOLZ, R. Filosofia na sala de aula: histórico e aprendizado de um projeto de extensão universitária. *Raízes e Rumos*, *[S. l.]*, v. 2, n. 2, p. 15, 2016.

DOMINICK, R. DOS S.; DA SILVA GAMA, J.; BERNARDES CORRÊA, M. Metoldologia participativas no ensino de Folosofia: um abordagem intercultural na extensão universitária. *Revista Extensão*, v. 3, n. 2, p. 21-32, 13 dez. 2019.

ZENAIDE; DIAS; TOSI; MOURA. *A formação em direitos humanos na Universidade*: ensino, pesquisa e extensão, João Pessoa: Editora UFPB, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

OLIVEIRA, Fernanda; GOULART, Patrícia Martins. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Revista Ciência em Extensão.** v.11, n.3, p.8-27, 2015.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2059	**AÇÕES EXTENSIONISTAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**	60

EMENTA

As ações de interação entre escola e comunidade e seus impactos no Projeto Político Pedagógico. Estudo teórico-prático em ambientes educativos da escola do campo. Gestão Democrática. Relação entre Educação, Vida e Trabalho. Inventário da Realidade. Saberes e cultura nos processos educativos formais. Educação Popular e Educação Informal.

OBJETIVO

Desenvolver ações de extensão que envolvam trabalhos práticos com levantamento de fontes para construção do Inventário da Realidade e a partir disso fazer a experiência da construção do projeto político-pedagógico da escola do campo. Criar possibilidades de trabalho com turmas multi-idades e em ciclos de formação humana. Realizar análises de práticas com turmas nas escolas do campo e indígenas, com vistas a qualificar o planejamento de aulas interdisciplinares com base no inventário da realidade. Promover e participar de palestras, oficinas, circuitos que envolvam a escola e a comunidade

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CURADO DA SILVA, K. Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítico-emancipadora. Campinas: Mercado das Letras, 2018.

FARIAS, Maria Isabel.; FINATTO, Roberto A. **Cartografia social escolar e o estudo da realidade a partir do inventário**. IN: FARIAS, Maria Isabel.; FINATTO, Roberto A.; LEITE, Valter J. (orgs) Inventário da realidade e cartografia social: possibilidades metodológicas nas escolas do campo. Guarapuava: Apprehendere, 2022.

FOSTER, J. B. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

FREIRE, P. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CARDOSO, C. F. Sociedade e cultura: comparação e confronto. Estudos Ibero-Americanos. PUC-RS, v. XXIX, nº 2, p. 23-49, dez. 2003. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23969/14374. Acesso em: 05 jun. 2023.

CARVALHO, S. R. de. Para uma compreensão da identidade docente a partir da Psicologia Histórico-Cultural. Obutchénie. Revista de Didática e Psicologia Pedagógica, [S. l.], v. 7, n. 1, 2023. DOI: 10.14393/OBv7n1.a2023-68405. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/68405. Acesso em: 10 jul. 2023.

ENCONTRO UNITÁRIO DOS TRABALHADORES, TRABALHADORAS E POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS. Declaração. 2012. Disponível em: https://encontrounitario.wordpress.com/declaracao-do-encontro/. Acesso em: Acesso em: 02 jun. 2023.

9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

A formação docente, parte da necessidade do desenvolvimento da Educação Básica, pública e de qualidade, visa abranger processos de ensino e aprendizagem, com o desenvolvimento humano a partir dos conhecimentos produzidos historicamente pelo conjunto da humanidade. Assim se incentiva a construção de programas, projetos e processos de ensino, pesquisa e extensão a partir do compromisso com a democratização do conhecimento e da sociedade através da melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica pública. As atividades curriculares dialogam com a formação de professores para atuar na Educação Básica pública no âmbito do ensino, da gestão da educação, da coordenação pedagógica e da produção e difusão do conhecimento, envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura. O currículo proposto levou em consideração o percurso de formação docente a partir da definição de conhecimentos, o diálogo com a realidade, interação entre as áreas, integração dos domínios formativos (Comum, Conexo e Específico) e flexibilidade curricular, os princípios e a legislação da Educação do Campo em esfera federal e no Paraná. O conhecimento como práxis social permite o desenvolvimento de processos de formação através da prática, da reflexão e da sistematização, assim o ensino e a aprendizagem assumem um viés de aproximação com as questões do contexto, da problematização histórica e epistemológica, mas também da projeção e da ação concreta e efetiva. O sistema de avaliação considera esses elementos, na UFFS tem por objetivo assegurar a qualidade da aprendizagem dos acadêmicos e fundamenta-se nos princípios da avaliação diagnóstica, contínua, cumulativa e formativa. A avaliação diagnóstica tem como princípio o processo dialético e dialógico de investigação e construção da aprendizagem; a avaliação processual considera a verificação do andamento do processo ensino/aprendizagem, para compreender como o acadêmico aprende e como o docente está ensinando; avaliação contínua e cumulativa e o processo sistemático de avaliação em dimensões qualitativas e quantitativas como resultados pontuais que possibilitam a reflexão crítica do processo na busca de alternativas para a garantia e qualidade da aprendizagem; avaliação formativa requer o ato reflexivo frente aos saberes necessários ao perfil discente, conforme objetivos do Projeto Pedagógico do Curso. Como estratégia para enfrentar as dificuldades de ensino, de aprendizagem, o professor deve prever no seu plano de curso novas oportunidades de recuperação de estudos e de aplicação de novos instrumentos de avaliação ao longo do semestre letivo. Outra estratégia normalmente utilizada é a oferta de monitoria e grupos de estudos para os alunos que enfrentam maiores

dificuldades.

Em relação a acessibilidade, o Setor de Acessibilidade do *Campus* é composto por docentes do Curso, técnicos em assuntos educacionais ou pedagogos, intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), alunos monitores, o qual tem como finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade.

10 PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO

O processo pedagógico e de gestão do Curso de Graduação em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura da UFFS – *Campus* Laranjeiras do Sul, está de acordo com as orientações estabelecidas pela Universidade, principalmente a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (Resolução n° 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024). Segundo a orientação cabe a coordenação do curso, juntamente com o Colegiado e NDE promover a coordenação didático-pedagógica e organizacional do curso. O Colegiado é composto pelo(a) Coordenador(a) do Curso, Coordenador(a) Adjunto(a) do Curso, Coordenador(a) de Estágios do Curso (e seu(sua) Adjunto(a), quando houver), pelo Coordenador de Extensão, um mínimo de 3 (três) docentes eleitos por seus pares, além de um representante discente indicado pelo órgão representativo dos alunos do curso e um representante dos servidores técnicos administrativos em educação, eleito por seus pares, todos com respectivos suplentes, conforme Resolução n° 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024. O Núcleo Docente Estruturante é composto por docentes que atuam no curso apresentando como atribuição o acompanhamento do processo de concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (Resolução n° 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024). Todos os processos de organização, funcionamento, avaliação e outras atividades acadêmicas relevantes ao curso devem ser pautas de trabalho destas instâncias, em caso de necessidade de ciência apenas do coordenador, esse deve apresentar ao colegiado com a devida justificativa. Também cabe ao colegiado a aprovação dos planos de curso, podendo fazer sugestões, solicitar alterações, para essa análise pode ser designada uma comissão deverá comunicar ao colegiado o resultado das análises, também é possível designar a tarefa ao NDE. Cabe também a esses coletivos proporem e/ou apresentarem processos de formação docentes internos e avaliarem a participação em eventos externos, garantindo ao menos duas ações anuais.

Sendo assim, será necessário adotar um processo de gestão democrática para que as organizações e movimentos, ligados aos camponeses e à educação participem efetivamente na construção, implementação e avaliação da proposta deste curso.

11 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A Auto-avaliação institucional, também denominada de auto-avaliação, será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e orientada pelas diretrizes e roteiro de auto-avaliação institucional proposto pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A CPA em articulação com a comunidade acadêmica é responsável pela discussão, elaboração e aplicação do instrumento de auto-avaliação, assim como análise e encaminhamentos dos resultados à coordenação acadêmica ou à reitoria para possíveis ações. A avaliação externa do curso será coordenada pelo INEP.

A avaliação externa será realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tendo como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficiais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Para essa etapa, o Curso de Graduação em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura disponibilizará os relatórios contendo os resultados das auto-avaliações, sistematicamente relacionadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico administrativos) envolvidos nas atividades semestrais.

Além da auto-avaliação institucional, mas ainda articulado com a CPA, o NDE e Colegiado são responsáveis por elaborar um instrumento de auto-avaliação do curso, em um processo periódico, envolvendo a comunidade acadêmica diretamente relacionada ao curso, seja através de instrumentos midiáticos, seminários, fóruns. Será efetuado o registro e os encaminhamentos oriundos deste processo de auto-avaliação, pois ali serão identificados os limites e as potencialidades que já para o próximo semestre e/ou ano, podem gerar mudanças na dinâmica de funcionamento do curso, de acordo com a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (Resolução nº 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024). Também fazem parte do processo de auto-avaliação, as seguintes ações:

- - Processo de avaliação da turma a cada final da etapa, que consiste em avaliação escrita feita pelo coletivo da turma, envolvendo o processo pedagógico a partir do Planejamento Semestral e também questões da convivência e outras específicas da alternância;
- - Seminários realizados no início de cada retorno ao Tempo Universidade.

- - Seminários Integradores de Extensão são componentes organizados para problematizar a relação entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade e a educação do campo nos níveis iniciais do Curso.
- - Reuniões e Fórum de debates com os discentes e docentes para analisar ações realizadas, demandas futuras e discussões pertinentes ao PPC;
- - Reunião com as escolas da Educação Básica, Secretarias de Educação Municipal e o Núcleo Regional de Educação como interlocutoras das ações pedagógicas do Curso e para discutir ações de formação inicial e continuada de professores das instituições de ensino da região onde situa-se a UFFS, *campus* Laranjeiras do Sul-PR;
- - Elaboração do relatório anual de atividades do curso com foco nos seguintes indicadores quantitativos e qualitativos: projetos de extensão, de pesquisa e de cultura; produção científica docente e discente; desempenho acadêmico discente; eventos realizados; índice de retenção e evasão; e outras informações relevantes.

12 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas tem como objetivo a formação crítica, de qualidade e preparada para a construção de um diálogo profundo com a materialidade da vida dos sujeitos do campo. Nesse sentido, entende-se que o perfil do docente que atuará no curso demanda um comprometimento com a história e o projeto do Movimento Nacional por uma Educação do Campo. É imprescindível que os docentes compreendam as bases teórico-metodológicas que balizam o curso e as especificidades de sua organização curricular e pedagógica, bem como, as características dos estudantes que realizam o curso na modalidade da alternância.

Outro fator importante a considerar, trata da interdisciplinaridade e formação por área de conhecimento. O docente do curso deve conhecer os princípios que buscam superar a perspectiva do ensino seriado, produtor de saberes fragmentados e desconectados. Por sua vez, a formação interdisciplinar e por área do conhecimento visa a construção de diálogo permanente entre os diferentes componentes curriculares do curso, buscando estabelecer uma ponte com a realidade das escolas do campo e suas comunidades.

O docente deverá realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão que possam articular o caráter interdisciplinar do curso, sua formação específica e o diálogo com a realidade dos educandos e das escolas do campo. Espera-se uma relação ativa do docente com as diferentes atividades desenvolvidas no curso, incluindo a gestão, entendendo que todos e todas são responsáveis pelo bom andamento do projeto político-pedagógico do curso e da universidade, promovendo, sobretudo, a igualdade de gênero dentro do ambiente acadêmico, onde as atividades devem ser exercidas por todos, sem divisão com base em discriminação desta ordem. Além disso, deve comprometer-se com a promoção do respeito e da ética profissional, exercendo seu trabalho com zelo, cordialidade e comprometimento com as causas sociais e humanas, a inclusão e a diversidade.

A qualificação dos docentes do curso tem como objetivo o aperfeiçoamento das habilidades e competências supracitadas e que devem colaborar para o aprofundamento da relação de comprometimento do docente com o projeto político-pedagógico do curso. Algumas ações e instâncias deverão colaborar na capacitação e qualificação do quadro docente:

a) Ações (seminários, debates, encontros) promovidas pelo Colegiado do Curso;

b) Participação em eventos científicos da área de especialidade do docente e/ou de Educação do Campo. Esta participação deverá ser permanente incentivada pelo Colegiado do Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante.
c) Participação em comissões e colegiados do *campus*, reconhecendo a importância das diferentes atividades acadêmicas para o desenvolvimento profissional do docente e da universidade;
d) Visitas técnicas e outros eventos que promovam o diálogo permanente com os movimentos sociais, organizações, escolas e comunidade regional em geral, qualificando as atividades docentes, sejam de ensino, pesquisa ou extensão.
e) Participação em ações e palestras promovidas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP).

13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

13.1. Docentes do *Campus* Laranjeiras do Sul que atuam no curso

COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR	TÍTULO	REGIME DE TRABALHO	SÚMULA DO CURRÍCULO VITAE
Meio ambiente, economia e sociedade	Fábio Luiz Zeneratti	Doutor	40h DE	Graduação: Geografia/UEM/2006 Mestrado: Geografia/UEL/2012 Doutorado: Geografia/UEL/2018
Leitura e Produção textual I	Christiane Maria Nunes de Souza	Doutora	40h DE	Graduação Letras - LÍngua e Literatura de Língua Inglesa/UFSC/2008 Mestrado: Linguística/UFSC/2011 Doutorado: Linguística/UFSC/2015
Leitura e Produção Textual II	Christiane Maria Nunes de Souza	Doutora	40h DE	Graduação Letras - LÍngua e Literatura de Língua Inglesa/UFSC/2008 Mestrado: Linguística/UFSC/2011 Doutorado: Linguística/UFSC/2015
Matrizes Formativas e Práticas na Educação do Campo	Maria Eloá Gehlen	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINTER/2015 Direito/UPF/1983 Mestrado: Educação/UNILASALLE/2009 Doutorado: Educação/UFRGS/2015
Estatística básica	Vitor de Moraes	Doutor	40h DE	Graduação: Ciências(Habilitação em Matemática) /CEFET- PR /1995 Mestrado: Geografia /UNESP / 2014 Mestrado: Educação /UNICENTRO / 2014 Doutorado: Sociedade, Cultura e Fronteiras /UNIOESTE/2021
Informática básica	Vitor de Moraes	Doutor	40h DE	Graduação: Ciências(Habilitação em Matemática) /CEFET- PR /1995 Mestrado: Geografia /UNESP / 2014 Mestrado: Educação /UNICENTRO / 2014 Doutorado: Sociedade, Cultura e Fronteiras /UNIOESTE/2021
Seminário integrador de extensão I	Elisandra Aparecida Callegari Gessi	Doutora	40h DE	Graduação: Geografia/UNIOESTE/2010 Mestrado: Geografia/UNIOESTE/2014

COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR	TÍTULO	REGIME DE TRABALHO	SÚMULA DO CURRÍCULO VITAE
				Doutorado: Geografia/UNIOESTE/2023
Antropologia dos povos do campo, das águas e das florestas	Fernanda Marcon	Doutora	40h DE	Graduação: Ciências Sociais/UFPR/2007 Mestrado: Antropologia Sociais/UFSC/2009 Doutorado: Antropologia/UFSC/2019
Metodologia de Ensino Interdisciplinar nas Ciências Sociais e Humanas	Maria Eloá Gehlen	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINTER/2015 Direito/UPF/1983 Mestrado: Educação/UNILASALLE/2009 Doutorado: Educação/UFRGS/2015
Iniciação à Prática Científica	Evandro Bilibio	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia/CEUNIFRAM/1999 Mestrado: Filosofia/UFSM/2002 Doutorado: Filosofia/UFSC/2010
Organização do trabalho pedagógico	Regis Clemente da Costa	Doutor	40h DE	Graduação: Pedagogia/FAMA/2017 Mestrado:Educação/UEPG/2014 Doutorado: Educação/UEPG/2018
Fundamentos da educação	Marciane Maria Mendes	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINOVE/2012 Educação Física/UFPR/1999 Mestrado: Educação/UFPR/2009 Doutorado: Educação/UFPR/2018
Educação do Campo e Educação Popular	Joaquim Gonçalves da Costa	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia/PUC/1998 Mestrado: Educação/UFPR/2010 Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana/UERJ/2019
Política Educacional e legislação do ensino Brasil	Joaquim Gonçalves da Costa	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia/PUC/1998 Mestrado: Educação/UFPR/2010 Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana/UERJ/2019
Direitos e cidadania	Maria Eloá Gehlen	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINTER/2015 Direito/UPF/1983 Mestrado: Educação/UNILASALLE/2009 Doutorado: Educação/UFRGS/2015
Seminário integrador de extensão II	Elisandra Aparecida Callegari Gessi	Doutora	40h DE	Graduação: Geografia/UNIOESTE/2010 Mestrado:

COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR	TÍTULO	REGIME DE TRABALHO	SÚMULA DO CURRÍCULO VITAE
				Geografia/UNIOESTE/2014 Doutorado: Geografia/UNIOESTE/2023
Psicologia da Educação e Teorias da aprendizagem	Ana Paola Sgarderla	Doutora	40h DE	Graduação: Psicologia/UNIVALI/2004 Mestrado: Educação/UFSC/2007 Doutorado: Educação/UFSC/2015
Filosofia I	Líria Ângela Andrioli	Doutora	40h DE	Graduação: Filosofia/UNIJUI/2005 Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2010 Doutorado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2016
Geografia I	Elisandra Aparecida Callegari Gessi	Doutora	40h DE	Graduação: Geografia/UNIOESTE/2010 Mestrado: Geografia/UNIOESTE/2014 Doutorado: Geografia/UNIOESTE/2023
História I	Fábio Pontarolo	Doutor	40h DE	Graduação: História/UNICENTRO/2004 Mestrado: História/UFPR/2007 Doutorado: História/UNIOESTE/2019
Sociologia I	Felipe Mattos Monteiro	Doutor	40h DE	Graduação: Ciências Sociais/UFSC/2005 Mestrado: Sociologia Política/UFSC/2009 Doutorado: Sociologia/USP/2019
Introdução ao Pensamento Social	Siomara Aparecida Marques	Doutora	40h DE	Siomara Aparecida Marques Graduação: Ciências Sociais/UFSC/1993 Mestrado: Sociologia Política/UFSC/1996 Doutorado: Sociologia Política/UFSC/ 2004
Seminário integrador de extensão III	Elisandra Aparecida Callegari Gessi	Doutora	40h DE	Graduação: Geografia/UNIOESTE/2010 Mestrado: Geografia/UNIOESTE/2014 Doutorado: Geografia/UNIOESTE/2023
Filosofia II	Evandro Bilibio	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia/CEUNIFRAM/1999 Mestrado: Filosofia/UFSM/2002 Doutorado: Filosofia/UFSC/2010
Geografia II	Elisandra Aparecida Callegari Gessi	Doutora	40h DE	Graduação: Geografia/UNIOESTE/2010 Mestrado:

COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR	TÍTULO	REGIME DE TRABALHO	SÚMULA DO CURRÍCULO VITAE
				Geografia/UNIOESTE/2014 Doutorado: Geografia/UNIOESTE/2023
História II	Cristiano Augusto Durat	Doutor	40 DE	Graduação: História/UNICENTRO/2003 Mestrado: História/UPF/2006 Doutorado: História/UFSC/2019
Sociologia II	Fernanda Marcon	Doutora	40h DE	Graduação: Ciências Sociais/UFPR/2007 Mestrado: Antropologia Sociais/UFSC/2009 Doutorado: Antropologia/UFSC/2019
Didática geral	Maria Eloá Gehlen	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINTER/2015 Direito/UPF/1983 Mestrado: Educação/UNILASALLE/2009 Doutorado: Educação/UFRGS/2015
Estágio Curricular I	Marciane Maria Mendes	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINOVE/2012 Educação Física/UFPR/1999 Mestrado: Educação/UFPR/2009 Doutorado: Educação/UFPR/2018
Filosofia III	Evandro Bilibio	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia/CEUNIFRAM/1999 Mestrado: Filosofia/UFSM/2002 Doutorado: Filosofia/UFSC/2010
Geografia III	Fábio Luiz Zeneratti	Doutor	40h DE	Graduação: Geografia/UEM/2006 Mestrado: Geografia/UEL/2012 Doutorado: Geografia/UEL/2018
História III	Fábio Pontarolo	Doutor	40h DE	Graduação: História/UNICENTRO/2004 Mestrado: História/UFPR/2007 Doutorado: História/UNIOESTE/2019
Sociologia III	Siomara Aparecida Marques	Doutora	40h DE	Siomara Aparecida Marques Graduação: Ciências Sociais/UFSC/1993 Mestrado: Sociologia Política/UFSC/1996 Doutorado: Sociologia Política/UFSC/ 2004
Língua Brasileira de Sinais (Libras)	Leidiani da Silva Reis	Doutora	40h DE	Graduação: Letras/Libras/UNIOESTE/2021 Mestrado: Letras/UNIOESTE/2012

COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR	TÍTULO	REGIME DE TRABALHO	SÚMULA DO CURRÍCULO VITAE
				Doutorado: Letras/UNIOESTE/2019
Metodologias e técnicas de pesquisa	Liria Ângela Andrioli	Doutora	40h DE	Graduação: Filosofia/UNIJUI/2005 Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2010 Doutorado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2016
Estágio curricular supervisionado II	Marciane Maria Mendes	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINOVE/2012 Educação Física/UFPR/1999 Mestrado: Educação/UFPR/2009 Doutorado: Educação/UFPR/2018
Políticas Educacionais e Legislação da Educação do Campo e Indígena	Joaquim Gonçalves da Costa	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia/PUC/1998 Mestrado: Educação/UFPR/2010 Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana/UERJ/2019
Filosofia IV	Evandro Bilibio	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia/CEUNIFRAM/1999 Mestrado: Filosofia/UFSM/2002 Doutorado: Filosofia/UFSC/2010
Geografia IV	Fábio Luiz Zeneratti	Doutor	40h DE	Graduação: Geografia/UEM/2006 Mestrado: Geografia/UEL/2012 Doutorado: Geografia/UEL/2018
História IV	Cristiano Augusto Durat	Doutor	40 DE	Graduação: História/UNICENTRO/2003 Mestrado: História/UPF/2006 Doutorado: História/UFSC/2019
Sociologia IV	Felipe Mattos Monteiro	Doutor	40h DE	Graduação: Ciências Sociais/UFSC/2005 Mestrado: Sociologia Política/UFSC/2009 Doutorado: Sociologia/USP/2019
Trabalho de conclusão de curso I	Liria Ângela Andrioli	Doutora	40h DE	Graduação: Filosofia/UNIJUI/2005 Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2010 Doutorado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2016
Estágio curricular supervisionado III	Ana Cristina Hammel	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNICENTRO/ 2006 História/UNICENTRO/2002 Mestrado: Educação/UNIOESTE/2013 Doutorado: História/UNIOESTE/2020

COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR	TÍTULO	REGIME DE TRABALHO	SÚMULA DO CURRÍCULO VITAE
	Fábio Luiz Zeneratti	Doutor	40h DE	Graduação: Geografia/UEM/2006 Mestrado: Geografia/UEL/2012 Doutorado: Geografia/UEL/2018
	Fábio Pontarolo	Doutor	40h DE	Graduação: História/UNICENTRO/2004 Mestrado: História/UFPR/2007 Doutorado: História/UNIOESTE/2019
Filosofia V	Evandro Bilibio	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia/CEUNIFRAM/1999 Mestrado: Filosofia/UFSM/2002 Doutorado: Filosofia/UFSC/2010
Geografia V	Elisandra Aparecida Callegari Gessi	Doutora	40h DE	Graduação: Geografia/UNIOESTE/2010 Mestrado: Geografia/UNIOESTE/2014 Doutorado: Geografia/UNIOESTE/2023
História V	Fábio Pontarolo	Doutor	40h DE	Graduação: História/UNICENTRO/2004 Mestrado: História/UFPR/2007 Doutorado: História/UNIOESTE/2019
Sociologia V	Siomara Aparecida Marques	Doutora	40h DE	Siomara Aparecida Marques Graduação: Ciências Sociais/UFSC/1993 Mestrado: Sociologia Política/UFSC/1996 Doutorado: Sociologia Política/UFSC/ 2004
Trabalho de conclusão de curso II	Liria Ângela Andrioli	Doutora	40h DE	Graduação: Filosofia/UNIJUI/2005 Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2010 Doutorado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2016
Estágio curricular supervisionado IV	Maria Eloá Gehlen	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINTER/2015 Direito/UPF/1983 Mestrado: Educação/UNILASALLE/2009 Doutorado: Educação/UFRGS/2015
	Fernanda Marcon	Doutora	40h DE	Graduação: Ciências Sociais/UFPR/2007 Mestrado: Antropologia Sociais/UFSC/2009 Doutorado:

COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR	TÍTULO	REGIME DE TRABALHO	SÚMULA DO CURRÍCULO VITAE
				Antropologia/UFSC/2019
	Evandro Bilibio	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia/CEUNIFRAM/1999 Mestrado: Filosofia/UFSM/2002 Doutorado: Filosofia/UFSC/2010
Terra e território indígena	Elisandra Aparecida Callegari Gessi	Doutora	40h DE	Graduação: Geografia/UNIOESTE/2010 Mestrado: Geografia/UNIOESTE/2014 Doutorado: Geografia/UNIOESTE/2023
Conhecimento tradicional indígena e agroecologia	Elisandra Aparecida Callegari Gessi	Doutora	40h DE	Graduação: Geografia/UNIOESTE/2010 Mestrado: Geografia/UNIOESTE/2014 Doutorado: Geografia/UNIOESTE/2023
Agroecologia e Cooperação na Escola	Elisandra Aparecida Callegari Gessi	Doutora	40h DE	Graduação: Geografia/UNIOESTE/2010 Mestrado: Geografia/UNIOESTE/2014 Doutorado: Geografia/UNIOESTE/2023
Educação Inclusiva	Maria Eloá Gehlen	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINTER/2015 Direito/UPF/1983 Mestrado: Educação/UNILASALLE/2009 Doutorado: Educação/UFRGS/2015
Realidade do campo brasileiro	Elemar do Nascimento Cezimbra	Doutor	40 DE	Elemar do Nascimento Cezimbra Mestre 40 DE Graduação: Filosofia/FAFIMC/1984 Mestrado: Desenvolvimento Regional/ UTFPR/2013 Doutorado: Desenvolvimento Rural Sustentável/UNIOESTE/2021
Classe Social, raça e gênero	Maria Eloá Gehlen	Doutora	40 DE	Graduação: Pedagogia/UNINTER/2015 Direito/UPF/1983 Mestrado: Educação/UNILASALLE/2009 Doutorado: Educação/UFRGS/2015
Estágio curricular supervisionado V	Ana Cristina Hammel	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNICENTRO/ 2006 História/UNICENTRO/2002 Mestrado:

COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR	TÍTULO	REGIME DE TRABALHO	SÚMULA DO CURRÍCULO VITAE
				Educação/UNIOESTE/2013 Doutorado: História/UNIOESTE/2020
	Elisandra Aparecida Callegari Gessi	Doutora	40h DE	Graduação: Geografia/UNIOESTE/2010 Mestrado: Geografia/UNIOESTE/2014 Doutorado: Geografia/UNIOESTE/2023
	Cristiano Augusto Durat	Doutor	40 DE	Graduação: História/UNICENTRO/2003 Mestrado: História/UPF/2006 Doutorado: História/UFSC/2019
Antropologia Indígena	Fernanda Marcon	Doutora	40h DE	Graduação: Ciências Sociais/UFPR/2007 Mestrado: Antropologia Sociais/UFSC/2009 Doutorado: Antropologia/UFSC/2019
Seminário de socialização de trabalho de conclusão de curso	Liria Ângela Andrioli	Doutora	40h DE	Graduação: Filosofia/UNIJUI/2005 Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2010 Doutorado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2016
Teoria Cooperativista	Fábio Luiz Zeneratti	Doutor	40h DE	Graduação: Geografia/UEM/2006 Mestrado: Geografia/UEL/2012 Doutorado: Geografia/UEL/2018
Fundamentos da Agroecologia	Elisandra Aparecida Callegari Gessi	Doutora	40h DE	Graduação: Geografia/UNIOESTE/2010 Mestrado: Geografia/UNIOESTE/2014 Doutorado: Geografia/UNIOESTE/2023
Educação Escolar Indígena	Maria Eloá Gehlen	Doutora	40h DE	Graduação: Pedagogia/UNINTER/2015 Direito/UPF/1983 Mestrado: Educação/UNILASALLE/2009 Doutorado: Educação/UFRGS/2015
História e Cultura Afro-Brasileira	Fábio Pontarolo	Doutor	40h DE	Graduação: História/UNICENTRO/2004 Mestrado: História/UFPR/2007 Doutorado: História/UNIOESTE/2019
Filosofia da Educação	Liria Ângela Andrioli	Doutora	40h DE	Graduação: Filosofia/UNIJUI/2005 Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2010 Doutorado: Educação nas Ciências/UNIJUI/2016

COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR	TÍTULO	REGIME DE TRABALHO	SÚMULA DO CURRÍCULO VITAE
História da Educação	Regis Clemente da Costa	Doutor	40h DE	Graduação: Pedagogia/FAMA/2017 Mestrado:Educação/UEPG/2014 Doutorado: Educação/UEPG/2018
História da Fronteira Sul	Elemar do Nascimento Cezimbra	Doutor	40 DE	Graduação: Filosofia/FAFIMC/1984 Mestrado: Desenvolvimento Regional/ UTFPR/2013 Doutorado: Desenvolvimento Rural Sustentável/UNIOESTE/2021
Políticas linguísticas e falantes de comunidades indígenas no Brasil	Leidiani da Silva Reis	Doutora	40h DE	Graduação: Letras/Libras/UNIOESTE/2021 Mestrado: Letras/UNIOESTE/2012 Doutorado: Letras/UNIOESTE/2019

Quadro 12: Docentes do *Campus* Laranjeiras do Sul que atuam no curso

14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

14.1 Bibliotecas

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Elas são vinculadas administrativamente à Coordenação Acadêmica do seu respectivo Campus e, tecnicamente, ao Sistema de Bibliotecas da UFFS (SiBi/UFFS).

Cada uma das bibliotecas tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos campi, sejam oferecidos de forma consonante à Resolução nº 12/CONSUNI/UFFS/2018, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços. Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada Campus. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; comutação bibliográfica; orientação sobre normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; teleatendimento; serviço de referência online; serviço de geração de ficha de identificação da obra.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a Divisão de Bibliotecas (DBIB) no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

A DBIB, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, visa articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; objetiva propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão. Assim, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte

técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum).

Com relação à ampliação do acervo, os materiais que compõem as coleções do acervo das bibliotecas da UFFS devem estar registrados e tombados no Sistema de Gestão de Acervos. As coleções são formadas por materiais bibliográficos, em diferentes suportes físicos, sendo adquiridas mediante doação e compra conforme as bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC. A Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) é o instrumento que define as diretrizes para a formação, conservação e disponibilização do acervo das bibliotecas integrantes do Sistema de Bibliotecas da UFFS.

A UFFS integra o rol das instituições que participam do Portal de Periódicos da CAPES, que oferece mais de 49 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

14.2. Laboratórios

Os laboratórios para desenvolvimento das atividades do Curso estão descritos nos quadros a seguir.

LABORATÓRIO DE DIDÁTICA	
Professores Responsáveis: Ana Cristina Hammel – Siape 2073353	
Alunos por turma: 25	
Área: 58,07 m2	**Localização**: Bloco 03
Quantidade	**Descrição**
01	O laboratório possui estrutura para desenvolvimento de atividades de cunho didático – pedagógico. Com armários para guardar materiais, data-show, material de consumo, jogos pedagógicos construídos pelos próprios acadêmicos.

Quadro 13: Laboratório de didática

LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	
Professores Responsáveis: Fernanda Marcon – Siape 1150949	
Alunos por turma: 25	
Área: 58,07 m2	**Localização**: Bloco 03
Quantidade	**Descrição**
01	O laboratório possui estrutura com duas salas, uma para reunião e estudos e outra com computadores disponíveis para estudo. O laboratório possui caixa de som, câmara e certa estrutura de multimídia, também materiais de artes e da cultura dos povos da região, como artesanato e outros.

Quadro 14: Laboratório de ciências sociais e humanas

LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	
Professores Responsáveis: Alexandre Manoel dos Santos - Siape 1768691	
Alunos por turma: 50	
Área: 112 m2	**Localização**: Bloco A
Quantidade	**Descrição**
01	O laboratório de informática é utilizado para aulas de Informática e Estatística Básica. **Equipamentos –** 25 computadores; conexão com Internet banda larga dedicada.

Quadro 15: Laboratório de ciências sociais e humanas

14.3. Demais itens

O Bloco A, bloco de sala de aulas no *campus* Laranjeiras do Sul possui 15 salas de aulas de aproximadamente 63 m2 com capacidade para 50 alunos de uso comum a todos os cursos de Graduação. Cada sala é equipada com um retroprojetor e acesso à internet sem fio. Ainda neste bloco há duas salas destinadas para o estudo individual ou coletivo dos estudantes.

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos *campi*. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução Nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD.

Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada

pela Resolução Nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD.

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS, tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, na instituição. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação:

Acessibilidade Arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;

- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;

- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;

- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;

- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;

- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

Acessibilidade Comunicacional

- Tornar acessível às páginas da UFFS na internet (em andamento);

- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, que ha estudante(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais;

- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva

Acessibilidade Programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;

- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;

- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como componente curricular optativo, nos cursos de bacharelados;

- Oferta de bolsas para estudantes atuar no Núcleo ou Setores de Acessibilidade;

- Oferta de capacitação para os servidores;

Acessibilidade Metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência;

- Disponibilização antecipada, por parte dos professores para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;

- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;

- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas;

- acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;

- Adaptação de material impresso para áudio ou braille para os estudantes com deficiência visual;

- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual;

- Disponibilização de apoio acadêmico.

Acessibilidade Atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades;

- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;

- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência;

- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não governamentais;

- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.

O *Campus* Laranjeiras do Sul – Atualmente o *Campus* Laranjeiras do Sul está lotado em espaço próprio denominado *campus* definitivo. No *campus*, nas áreas externas há caminhos táteis, a circulação pelo *campus* pode ser realizada toda em nível, em alguns pontos, devido ao uso de rampas para vencer diferenças de rotas. Possui paradas de ônibus e cruzamentos de vias com faixas elevadas, todos em nível e caminho tátil sobre as calçadas. Ainda, existem vagas de estacionamento exclusivas para PCD, idosos e gestantes. Em relação às edificações, no *campus* o Bloco A tem 4 pavimentos e possui acesso em nível a todos os pavimentos através de elevadores, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 4 pavimentos; O Bloco dos Professores tem 2 pavimentos mas permite acesso em nível a todos os pavimentos através de elevador, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 2 pavimentos além de 1 vestiário unissex adaptado PCD no térreo, possui placas em braile identificando as salas. Os Pavilhões de Laboratórios são formados por 3 pavilhões, todos térreos, portanto com acesso em nível a todas instalações, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 3 pavilhões, bebedouro adaptado; o Restaurante Universitário por ser térreo possui acesso em nível a todas as suas instalações, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD na entrada do refeitório e um 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD na saída do refeitório, bebedouro adaptado, mobiliário do refeitório condizente com o uso por parte de PCD.Para acompanhamento do Tempo Comunidade (TC), dos estágios e para o deslocamento para aulas fora do *campus* são disponibilizados transporte com os carros institucional ou locado.

15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIO, C. A.; RIBEIRO, Marlene. **Estado e educação**: questões às políticas de Educação do Campo. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 28., 2007, Porto Alegre: Cadernos ANPAE, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 set. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio *et al*. (org.). **Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais:** rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

NICHTERWITZ, Fernanda. **As fronteiras de uma Universidade**: o município de Realeza/PR e a instalação do campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). 2017. Dissertação (Mestrado em História). - Programa de Pós-Graduação em História. Unioeste, Marechal Cândido Rondon/PR, 2017.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. *In*: PIMENTA, Selma Garrido (org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 15-31.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no século XXI**: para uma Universidade Nova. Coimbra: Almedina, 2008.

SARAMAGO, José. **Democracia e Universidade**. Belém: Editora UFPA, 2013.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2000.

SHULGIN, Viktor Nikolaevich. **Rumo ao politecnismo**: artigos e conferências. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TEIXEIRA, Anísio. **A Universidade ontem e de hoje.** Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1998.

16 ANEXOS

ANEXO I – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

CAPÍTULO I
DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° O Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas será regido por este Regulamento do TCC.

Art. 2° O Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas será realizado a partir do 6º nível letivo, compreendendo carga horária de 45 horas e, nos subsequentes 7º e 8º, com 30 horas cada, totalizando 105 horas.

SEÇÃO II
DOS OBJETIVOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 3° O trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivos:

a) Desenvolver habilidades e competências na construção do conhecimento científico.

b) Fomentar a iniciação científica dos acadêmicos com vistas a uma formação que articule teoria e prática.

c) Sintetizar e aprofundar os conhecimentos adquiridos durante o curso nas áreas de Ciências Sociais e Humanas e da profissionalização docente.

d) Produzir e sistematizar conhecimento na área da Educação do Campo.

SEÇÃO III
DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 4° A realização do Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatória a todos os estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas.

Art. 5° O TCC será desenvolvido pelo acadêmico e contará com o acompanhamento do professor orientador, do coordenador de TCC do curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas e do professor responsável pelos componentes curriculares de TCC I, II e Seminário de Socialização de TCC.

Art. 6° Em casos excepcionais, o acadêmico poderá contar com um coorientador. A inclusão do coorientador ocorrerá por meio de comunicado enviado pelo orientador e pelo orientando à coordenação do curso e à coordenação de TCC. O coorientador poderá ser externo à UFFS e deverá possuir formação em nível superior concluída.

Art. 7° O trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido, individualmente, em três semestres e compreenderá as seguintes etapas:
§1° No 6º semestre o acadêmico definirá um tema e elaborará um projeto de pesquisa que será orientado por um professor da UFFS, preferencialmente do Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura.
§2° O projeto de pesquisa deverá apresentar o seguinte roteiro:
I – Introdução e justificativa;
II – Objetivos (geral e específicos);
III - Hipótese
IV – Metodologia;
V – Revisão teórica;
VI – Cronograma de atividades;
VII – Referências;
§3° No 8º semestre do curso o estudante submeterá o projeto de pesquisa com o esboço de escritos acadêmicos a uma pré-banca.
§4° No 8° semestre será realizado o Seminário de Socialização dos TCC, com carga horária correspondente a 30 horas.

Art. 8º Serão aceitos os seguintes formatos de Trabalho de Conclusão de Curso, a ser definido pelo acadêmico em conjunto com seu orientador:

I - Monografia

II - Artigo

III - Relatório Técnico-Científico

IV - Material Didático (acompanhado de um relatório técnico-científico que descreva o material didático produzido)

Parágrafo único: Em todos os formatos é obrigatória a apresentação de escritos acadêmicos com reflexões teóricas e que estejam de acordo com o Manual de Normas da UFFS.

Art. 9º São atribuições do professor responsável pelo componente curricular de TCC I, II e Seminário de Socialização de TCC:

I – Orientar os acadêmicos na construção teórica e metodológica da pesquisa conforme o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS;

II – Auxiliar os acadêmicos na elaboração dos trabalhos com sugestão de temáticas e encaminhamento aos professores orientadores.

Art. 10 São atribuições do Coordenador de Trabalho de Conclusão do Curso e responsável pelo componente curricular de Seminário de Socialização do TCC:

I – Elaborar calendários de atividades relativas ao TCC, incluindo a apresentação dos trabalhos;

II – Convocar reuniões com orientandos e orientadores, quando for o caso;

III – Receber e encaminhar para a secretaria do curso a versão final do TCC;

IV – Registrar as notas finais dos TCCs no diário acadêmico;

V – Tomar as medidas necessárias para o cumprimento deste regulamento.

Art. 11 São atribuições do professor orientador de TCC:

I – Orientar os acadêmicos até a apresentação final do TCC;

II – Providenciar, com a ciência dos orientandos, a relação dos membros que integrarão a banca avaliadora;

III – Presidir as bancas de apresentação de TCCs dos acadêmicos que orientou;

IV – Incentivar os acadêmicos a publicar os resultados da pesquisa em diferentes meios de divulgação do conhecimento científico e, quando for do interesse, na própria comunidade sobre a qual o TCC foi desenvolvido.

Art. 12 São atribuições do acadêmico:

I – Seguir as orientações e cumprir o cronograma de atividades do professor responsável e do orientador;

II – Participar de todas as reuniões convocadas pelo professor do componente curricular, pelo orientador ou pelo coordenador do curso;

III – Executar o projeto e elaborar a versão final do TCC de acordo com o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS;

IV – Cumprir os prazos de entrega de relatórios e do TCC;

V – Enviar, em versão digital ou impressa, o TCC para a banca avaliadora;

VI – Comparecer no dia e hora determinado para apresentação do TCC;

VII – Entregar a versão final do TCC de acordo com as orientações e o cronograma estipulado pelo professor responsável pelo CCR de Seminário de Socialização de TCC.

Parágrafo único: A entrega da versão final do TCC é requisito para a aprovação no componente curricular de Seminário de Socialização de TCC.

Art. 13 O Trabalho de Conclusão de Curso da UFFS deve, obrigatoriamente, integrar o Repositório Digital da UFFS.

SEÇÃO IV
DO TCC E SUA APRESENTAÇÃO

Art. 14 A apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso para a banca examinadora será organizada pelo professor do componente de Seminário de Socialização de TCC que entregará um cronograma com, no mínimo, 30 dias de antecedência aos estudantes e orientadores.

Art. 15 Para apresentação do TCC cada acadêmico terá um tempo de 20 minutos para exposição e até 30 minutos para arguição.

Art. 16 A apresentação por parte do acadêmico perante a banca examinadora será aberta à participação do público.

Art. 17 A sessão de defesa do TCC poderá ocorrer em espaço externo à UFFS, desde que: (a) seja do interesse da instituição; (b) seja aprovado pelo colegiado do curso; (c) o espaço escolhido tenha relação com o tema desenvolvido no TCC; (d) possibilite a participação da comunidade universitária.

Parágrafo único: O não comparecimento na apresentação do TCC resultará em reprovação no componente curricular de Seminário de Socialização de TCC.

SEÇÃO V
DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 18 O TCC será avaliado por uma banca composta pelo orientador e mais dois professores docentes da UFFS ou convidados de outras instituições de ensino ou pesquisa.

Art. 19 A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso pelos membros da banca será efetuada com base no trabalho escrito e na apresentação oral. No trabalho escrito serão considerados os seguintes itens: 1) Estrutura do texto (resumo, introdução, objetivos, método, referencial teórico, considerações finais, referências bibliográficas); 2) Coerência entre os objetivos, referencial teórico e método; 3) Uso da linguagem acadêmica; 4) Uso das normas do "Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS". Na exposição oral serão analisados: 1) Estrutura; 2) Clareza da exposição; 3) Domínio do tema e segurança na apresentação; 4) Adequação ao tempo.

SEÇÃO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 20 Os casos omissos neste Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas serão decididos pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 21 Das decisões do Colegiado do Curso cabe recurso à instância superior.

ANEXO II - REGULAMENTO DE ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (ACC) DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS- LICENCIATURA

CAPÍTULO I

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As Atividades Curriculares Complementares (ACC) constituem ações que visam à complementação do processo ensino e aprendizagem, sendo desenvolvidas ao longo do Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, *Campus* Laranjeiras do Sul, com carga horária de 210 horas.

Parágrafo Único: As ACCs constituem mecanismo de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos, sendo consideradas obrigatórias para a integralização do currículo.

Art. 2º Enquanto requisito obrigatório, as ACCs respondem ao princípio da flexibilidade, pelo qual o estudante tem a oportunidade de decidir sobre uma parte do currículo, sendo ordenadas por duas legislações específicas: pela determinação constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, a qual estabelece em seu artigo 3º a "valorização da experiência extra-classe".

SEÇÃO II
DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 3º Serão consideradas Atividades Curriculares Complementares as atividades constantes nos quadros abaixo, divididas por eixos. Esse quadro servirá de apoio à Comissão de Análise e Validação de ACC – que é indicada no Colegiado do Curso.

ENSINO		
Tipos de atividade do eixo:	Atividades que se enquadram neste item:	Formas de comprovação das atividades:
Disciplina presencial ou a distância (em adição a grade curricular)	Disciplina facultativa, cursada com aproveitamento, na UFFS ou em outra instituição de ensino superior, em curso devidamente reconhecido pelo MEC	Até 60 horas para o total de atividades deste tipo, apresentando o Histórico escolar e-ou declaração da instituição.
Elaboração de material didático	Elaboração de material didático em projeto de pesquisa, ensino, extensão, monitoria ou outra atividade sob supervisão de professor do curso	Até 100 horas com carga horária apresentada na declaração do professor orientador/supervisor
Leitura e estudos orientados fora do CCR	Estudo orientado por um professor do curso	Até 20 horas com declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade
	Grupos de estudos adicionais às disciplinas	Até 40 horas com certificado ou declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade
Monitoria	Atividades de monitoria em disciplinas de graduação ou programa institucional	Até 200 horas com certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade
Participação em eventos	Voluntário na organização de evento	Até 20 horas com certificado emitido pelo evento
	Ministrar oficina, palestra, minicurso, sala temática	Até 20 horas com certificado emitido pelo evento
Participação e/ou desenvolvimento de projeto de ensino	Programas Institucionais de iniciação à docência	Até 400 horas com declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade
	Projeto de Ensino	Até 400 horas com certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade
TOEFL/ITP	Participação no teste de língua inglesa TOEFL/ITP	Até 60 horas com declaração emitida pela Assessoria de Assuntos Internacionais da Reitoria

Quadro 16: Organização das Atividades Curriculares Complementares

EXTENSÃO			
Tipos de atividades do eixo	Atividades que se enquadram nesse item	Formas de comprovação	Quantidade de horas atribuídas
Ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário	Representação estudantil (colegiado da Graduação, Conselho de *Campus*, Conselhos Superiores, Centro Acadêmico, DCE, UNE, outros)	Atas ou documentos similares que atestem a nomeação e a exoneração do mandato, emitidas pelo órgão colegiado competente.	30 horas por ano de mandato, respeitando o teto de 60 h para o total de atividades deste tipo.
	Participação de Mostra de Talentos	Certificado emitido pelo evento	10 horas ou carga horária atribuída no certificado
	Produção ou participação na produção de objetos artísticos (oficinas, vídeos, artes plásticas, curadoria, literatura, artes performáticas, música, outros)	Certificado emitido pelo evento	20 horas por produção ou carga horária atribuída no certificado
	Participação em oficinas, cursos ou mini-cursos relacionados a manifestações artísticas e culturais.	Certificado emitido pelo evento	Até 60 horas com carga horária atribuída no certificado
Apresentação em congressos, seminário, exposição em outros eventos. Estágio não obrigatório	Comunicação Oral	Certificado emitido pelo evento	15h por Comunicação Oral
	Pôster	Certificado emitido pelo evento	15h por Pôster
	Atividades de estágios extracurriculares correlatos ao curso	Documento emitido pela Unidade Concedente de Estágio que ateste a realização do estágio	100 horas por semestre de estágio
Organização de curso de extensão	Participação na organização de curso de extensão	Certificado emitido pelo Curso/setor de extensão com carga horária	Até 120 horas com carga horária atribuída no certificado
Organização de eventos	Voluntário em evento	Certificado emitido pelo evento	Até 40 horas com carga horária atribuída no certificado
	Ministrar oficina	Certificado emitido pelo evento	Até 20 horas com carga horária atribuída no certificado
Participação em exposição, seminário, cursos de extensão/ outros eventos	Participação, como ouvinte, em mini-cursos, cursos de extensão, oficinas, colóquios, palestras e outros	Certificado emitido pelo evento	Até 40 horas com carga horária atribuída no certificado

EXTENSÃO			
Participação em projeto de extensão	Atividades de extensão com bolsa	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Até 400 horas com carga horária atribuída no certificado ou declaração
	Atividades de extensão sem bolsa.	Certificado ou declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Até 400 horas com carga horária atribuída no certificado ou declaração
Aprovação em teste em língua estrangeira	Aprovação em teste de proficiência em língua estrangeira	Comprovante de Aprovação	3h por teste
Publicação de artigo completo em periódicos/revistas de extensão	Artigo completo em periódico com ISSN ou revista indexada	Cópia da Primeira página do artigo publicado	45h para cada artigo completo publicado
	Publicação de trabalhos completos em anais de eventos científicos	Cópia da Primeira página do trabalho publicado	20h para cada trabalho
Publicação de resumos de artigos	Publicação de resumos em anais de eventos científicos.	Cópia da Primeira página do trabalho publicado	15h para cada resumo

Quadro 17: Organização das Atividades Curriculares Complementares

PESQUISA			
Tipos de atividades do eixo	Atividades que se enquadram nesse item	Formas de comprovação	Quantidade de horas atribuídas
Ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário	Participação em defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (graduação ou pós-graduação)	Cópia da lista de presença ou declaração	1h por defesa
Apresentação em congressos, seminários, exposição em outros eventos	Comunicação oral	Certificado emitido pelo evento	15h por Comunicação Oral em Evento
	Pôster	Certificado emitido pelo evento	15h por Pôster em Evento
	Exposição de trabalho em feiras de ciências	Certificado emitido pelo evento	15h por exposição

PESQUISA			
Grupo de Pesquisa	Participação em Grupo de Pesquisa	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Até 200 horas com carga horária atribuída no certificado ou declaração
Iniciação Científica	PIBIC ou outro programa de iniciação científica, com ou sem bolsa	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade.	Até 400 horas com carga horária atribuída no certificado ou declaração
Organização de eventos	Voluntário em evento	Certificado emitido pelo evento	Até 40 horas com carga horária atribuída no certificado
	Ministrar oficina, sala temática, minicurso	Certificado emitido pelo evento	Até 60 horas com carga horária atribuída no certificado
Participação e/ou desenvolvimento de projeto de pesquisa	Atividades de pesquisa com bolsa (UFFS, CNPq, Programa de Educação Tutorial)	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Até 400 horas com carga horária atribuída no certificado ou declaração
	Atividades de pesquisa sem bolsa.	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	
Publicação de artigo completo	Livro	Cópia da capa e ficha catalográfica	210h por livro
	Capítulo de livro	Cópia da capa e ficha catalográfica e primeira página do capítulo	45h por capítulo
	Artigo em periódico com ISSN ou revista indexada	Cópia da Primeira página do artigo publicado	45h para cada artigo completo publicado
	Publicação de trabalhos completos em anais de eventos científicos.	Cópia da Primeira página do trabalho publicado	30h para cada trabalho
Publicação de resumos	Publicação de resumos em anais de eventos científicos.	Cópia do resumo publicado	21h para cada resumo publicado

Quadro 18: Organização das Atividades Curriculares Complementares

Parágrafo Único: O estudante deverá realizar Atividade Curricular Complementar entre os três grandes "eixos" (Ensino, Pesquisa e Extensão) totalizando 210 horas, preferencialmente divididas entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 4º Para validação das horas de ACC os estudantes deverão protocolar os documentos discriminados no quadro acima, no Portal do Discente. A solicitação pode ocorrer por fluxo contínuo, até a conclusão do curso.

Art. 5º Só serão validadas as ACCs que foram realizadas no período em que o acadêmico estiver matriculado no curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas.

SEÇÃO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6° Os casos não previstos neste regulamento serão dirimidos inicialmente pelo Colegiado do Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, *Campus* Laranjeiras do Sul.

ANEXO III - REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS - LICENCIATURA

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura da UFFS, é regido por este Regulamento de Estágio Curricular, pelo Regulamento Geral dos Estágios da UFFS.

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado regulamentado nesse documento corresponde ao "Estágio Obrigatório" do Regulamento de Estágio da UFFS (Resolução n.º 7/2015 – CONSUNI/CGRAD), em conformidade com a Lei N° 11.788/2008.

Parágrafo Único: O Estágio Não-obrigatório obedecerá ao exposto nas diretrizes curriculares nacionais de cada curso, na lei nº 11.788/08, bem como nas disposições internas da UFFS, contidas na Resolução nº 7 CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015. O estágio não-obrigatório poderá ser realizado pelos alunos regularmente matriculados na Universidade Federal da Fronteira Sul, junto às instituições que firmarem convênio com a UFFS. A carga horária a ser cumprida pelo acadêmico na UCE (Unidade Concedente de Estágio) não ultrapassará trinta horas semanais, com distribuição de até seis horas de aulas.

Art. 3º Para os fins do disposto neste Regulamento considera-se Estágio Curricular Supervisionado como a atividade prevista para integralização da estrutura curricular do curso.

TÍTULO II
DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 4º A carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura é de 420 horas e será realizado a partir do 4º nível do Curso.

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado será desenvolvido em cinco níveis, iniciando no 4º nível, com carga horária no Tempo Universidade e no Tempo Comunidade;

Art. 6º O Estágio Curricular Supervisionado compreende a observação, o planejamento, a execução, a avaliação, a elaboração de materiais didático-pedagógicos, referentes às ações desenvolvidas no estágio. O estágio supervisionado compreenderá as seguintes etapas:

I. Atividades de reconhecimento do ambiente escolar: observação, coleta de dados, reflexão e sistematização dos resultados;

II. Análise de documentação escolar: Projeto Político Pedagógico (PPP), planejamentos de ensino e outros;

III. Atividades de observação, planejamento e preparação para a prática docente;

IV. Realização do estágio de docência nas escolas e/ou projeto de intervenção pedagógica com as comunidades locais;

V. Avaliação e socialização das atividades desenvolvidas nos componentes de estágio curricular.

Art. 7º A realização do Estágio Curricular Supervisionado, obrigatório a todos os estudantes do curso de Graduação em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, poderá ocorrer individual ou em duplas.

Art. 8º Os Estágios Curriculares Supervisionados estão divididos em 5 componentes, sendo que o Estágio I integra o Domínio Conexo das licenciaturas do *Campus* Laranjeiras dos Sul, já os Estágios II, III, IV e V são do domínio específico do curso e serão realizados conforme disposto a seguir:

I Os Estágios I e II, com oferta no 4º e 5º níveis respectivamente, são estágios de observação e inserção nos espaços escolares com foco na organização do trabalho pedagógico e da gestão escolar. São atribuídos 75 horas a cada um desses componentes, sendo que em cada um deles será destinado 15 horas para as atividades no Tempo Comunidade;

II O Estágio III refere-se à docência e será realizado em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, sendo por área do conhecimento, preferencialmente nas disciplinas de Geografia e História. Este componente compreende o total de 90 horas, sendo 45 horas destinados para realização das atividades em Tempo Comunidade;

III O Estágio IV será realizado nas turmas de Ensino Médio, por área de conhecimento, preferencialmente nas disciplinas de Sociologia e Filosofia. Este componente compreende o total de 90 horas, sendo 45 horas destinados para realização das atividades em Tempo Comunidade;

IV O Estágio V será realizado prioritariamente em turmas de Educação de Jovens e Adultos, podendo ocorrer por meio de projetos de intervenção, articulados com os docentes da UFFS e a comunidade, em espaços de educação não formal. Este componente compreende o total de 90 horas, sendo 45 horas destinados para realização das atividades em Tempo Comunidade;

CAPÍTULO II

DA CONCEPÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 9º Conforme Resolução nº 7/2015/CONSUNI/CGRAD/UFFS, o estágio na UFFS é concebido como um tempo-espaço de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa, de reconhecimento do campo de atuação profissional e de redimensionamento dos projetos de formação.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 10 O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura, *Campus* Laranjeiras do Sul tem por objetivos:

I Aproximar os acadêmicos da realidade do campo e da Educação do Campo, qualificando a interpretação da realidade e a intervenção educacional;
II Capacitar os acadêmicos teórico-metodologicamente para o desenvolvimento de estratégias educativas nas escolas e nas comunidades do campo;
III Habilitar para o trabalho escolar por área do conhecimento, desafiando para a construção de novas bases de organização do trabalho escolar e pedagógico;
IV Vivenciar as várias etapas da ação docente: diagnóstico, planejamento, execução e avaliação;
V Participar de situações concretas no campo profissional, contribuindo para a maturidade intelectual e profissional;
VI Planejar ações pedagógicas que desenvolvam a criatividade, a iniciativa e a responsabilidade;
VII Experienciar a construção e a produção científica na área de conhecimento do Curso;
VIII Propor alternativas referente aos conteúdos, aos métodos e à ação pedagógica;
IX Sistematizar o conhecimento a partir da realidade investigada e do referencial teórico proporcionado pelo Curso.

TÍTULO III

DO CAMPO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E REQUISITOS PARA A SUA REALIZAÇÃO

CAPÍTULO I
DOS REQUISITOS PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 11 As atividades de estágio observarão os seguintes requisitos, conforme disposto no artigo 5º da Resolução nº 07/2015:
I Matrícula e frequência regular no CCR de estágio correspondente;
II Celebração de Termo de Compromisso entre o Estagiário, a UCE e a UFFS;
III Plano de Atividades de Estágio, elaborado conjuntamente pelo Estagiário, professores da UFFS e supervisor da UCE, anexado ao Termo de Compromisso;
IV Contratação de Seguro contra acidentes pessoais para o estagiário;

V Vinculação das atividades com uma situação real de trabalho e com o campo de formação acadêmica e profissional do estagiário;
VI Supervisão qualificada na área de formação junto ao campo de estágio, comprovada por vistos nos relatórios de atividades e por menção de aprovação final.
VII Orientação por um professor do curso de formação do estagiário, comprovada por vistos nos relatórios de atividades e por menção de aprovação final;
VIII Avaliação das atividades desenvolvidas pelo estagiário e produção de relatório.

Art. 12 O estágio curricular supervisionado não cria vínculo empregatício de qualquer natureza observados os requisitos descritos acima, de acordo com a Lei nº 11.788/08.

CAPÍTULO II
DO CAMPO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 13 São considerados Campos de Estágio, ou Unidade Concedente de Estágio (UCE), para o Curso as escolas do campo ligadas às comunidades rurais, conforme dispõem as Diretrizes da Educação do Campo do Estado do PR e conforme dispõe o IBGE sobre o espaço rural. Compreende-se ainda como campo de estágio nos níveis fundamental e médio as escolas do perímetro urbano dos pequenos municípios, cujos educandos provém do campo, conforme o Parecer nº 1.011/2010 do Conselho Estadual da Educação/Câmara de Educação Básica. Entende-se ainda como espaço propício ao estágio as Escolas Agrícolas e as Escolas Indígenas. Também as comunidades camponesas, organizações educativas formais e informais que não estejam diretamente ligadas a processos escolares.

Art. 14 O contato com a UCE deverá ser realizado pelo acadêmico do componente em diálogo com a coordenação do estágio; devendo obrigatoriamente o acadêmico apresentar Carta de Apresentação assinada pela Coordenação de Estágio e preenchimento do Formulário de Coleta de dados, documentos disponíveis na secretaria o Curso e na página do Curso no site da UFFS;

Art. 15 A celebração de Termo de Convênio é de responsabilidade da Divisão de Estágios da UFFS, feita através da Coordenação Acadêmica em articulação com a Coordenação de Estágio do Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura;

Art. 16 As UCE deverão apresentar as seguintes condições:

I. Proporcionar experiências práticas na área de formação do acadêmico;

II. Reconhecer o acadêmico como aprendiz e não como profissional;

III. Estabelecer um cronograma para o estágio, especificando as atividades do universitário-estagiário;

IV. Respeitar o acadêmico em sua individualidade, considerando-o sujeito em processo de formação e qualificação.

Art. 17 O acadêmico deverá desenvolver seus estágios, preferencialmente, em um único local. Sendo que obrigatoriamente cada componente deverá ser iniciado e finalizado em um mesmo Campo.

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 18 A organização das atividades de Estágio do Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura é de competência da Secretaria Geral de Cursos articulada com as Coordenações de Curso e sob a supervisão da Divisão de Estágios (DIES) da Pró-Reitoria de Graduação.

Art. 19 A DIES da Pró-Reitoria de Graduação é responsável pela coordenação e supervisão geral das atividades de Estágios no âmbito da UFFS.

Art. 20 A Coordenação Acadêmica é responsável por coordenar e supervisionar a elaboração, o planejamento, a execução e a avaliação da política de estágios no âmbito do *Campus*.

Art. 21 Cada um dos *campi* da UFFS mantém um Fórum das Coordenações de Estágio, com o objetivo de qualificar a concepção, o planejamento, a organização, o funcionamento e a avaliação das atividades de estágio e contribuir com o aperfeiçoamento dos projetos formativos dos cursos de graduação da UFFS.

Art. 22 Ao professor responsável por fazer o acompanhamento de estudantes no campo de estágio, conforme a Resolução Nº 174/CONSUNI/UFFS/2024, será atribuída carga horária correspondente a uma hora-aula por grupo de até 2 (dois) estudantes matriculados. Embora os estágios possam ser realizados individualmente ou em duplas ou trios, a orientação e avaliação do professor responsável pelo CCR de estágio são individuais para cada estudante.

Art. 23 Os planos e os relatórios de Estágio Curricular Supervisionado deverão ser apresentados em conformidade às especificações homologadas pelo Colegiado de Curso e constarão no Plano de Curso dos componentes curriculares. Os relatórios serão arquivados em local apropriado definido pela Coordenação de Estágio.

CAPÍTULO I
DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIOS

Art. 24 A coordenação do Estágio será exercida por um professor indicado pelo Colegiado do Curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, *Campus* Laranjeiras do Sul, passando a compor este colegiado como membro efetivo:

§1º A carga horária atribuída à função de Coordenação de Estágio é de 10 (dez) horas semanais.

§2º Caso necessário, o Colegiado do Curso poderá indicar um Coordenador Adjunto de Estágios.

Art. 25 São atribuições do coordenador do Estágio:

I. Conhecer e cumprir o regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, o Regulamento de Estágio da UFFS e a Lei Federal de Estágios.

II. Participar dos processos de elaboração, planejamento e avaliação da política de estágios da UFFS;

III. Integrar o fórum permanente de discussões teórico-práticas e logísticos relacionados ao desenvolvimento das atividades de estágio em nível de *Campus*;

IV. Promover ações que integrem as atividades de estágio entre os cursos de áreas afins e/ou com domínios curriculares conexos e com as UCE;

V. Definir em conjunto com o Colegiado do Curso, encaminhamentos complementares de estágio para o curso;
VI. Definir, em conjunto com os professores dos componentes curriculares de estágio, os Campos de estágios, observando-se os convênios com a UFFS;
VII. Promover a articulação entre estagiários e os campos de estágio;
VIII. Encaminhar oficialmente os acadêmicos aos respectivos campos de estágio;
IX. Fornecer informações necessárias aos professores dos componentes curriculares e aos supervisores externos;
X. Convocar e coordenar sempre que necessário as reuniões com professores e supervisores de estágio;
XI. Desenvolver as atribuições definidas pelo Regulamento de Estágio da UFFS.

CAPÍTULO II
DO PROFESSOR DO COMPONENTE CURRICULAR DE ESTÁGIO

Art. 26 O professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado será definido pelo Colegiado de Curso para este componente curricular.
Parágrafo Único: Os estágios que exigem práticas da docência serão sempre assumidos por três professores vinculados ao Curso. Os professores do componente de estágios III, IV e V serão escolhidos a partir da seguinte especificidades: Estágio III – Docentes com formação específica em Geografia, História e Pedagogia; Estágio IV – Docentes com formação específica em Sociologia, Filosofia e Pedagogia, e no Estágio V – Docentes com formação na área de Ciências Sociais e Humanas.

Art. 27 São atribuições dos professores do componente curricular:
I. Conhecer e cumprir o regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, o Regulamento de Estágio da UFFS e a Legislação Federal de Estágios.
II. Ministrar aulas teórico/práticas presenciais, que consistem em encontros pedagógicos do docente com a turma de estudantes matriculados no CCR, incluindo-se os seminários de apresentação e/ou avaliação de estágio;
III. Orientar, avaliar o plano de estágio e do relatório de avaliação, desenvolvido pelo estudante, bem como as horas de estudo individual para leitura e análise da bibliografia pertinente;

IV. Acompanhar, avaliar e orientar a atividade de estágio desenvolvida pelo acadêmico, na UCE, sob supervisão de um profissional da unidade concedente do estágio;
V. Coordenar as atividades didáticas referentes ao componente curricular;
VI. Fornecer informações à coordenação do Estágio Curricular Supervisionado quanto ao andamento das atividades de estágio e ao desempenho dos acadêmicos;
VII. Participar das atividades programadas pela Coordenação de Estágio e Coordenação do Curso.

Art. 28 No caso dos Estágios Obrigatórios, o número máximo de acompanhamentos pelo professor será de 15 (quinze) acadêmicos em um mesmo CCR.

CAPÍTULO III
DOS SUPERVISORES NA UCE DO ESTÁGIO

Art. 29 Os Supervisores dos Campos de Estágio Curricular Supervisionado serão indicados pelas UCE, dentre os profissionais com formação na área do curso, ou pedagogos no caso dos Componentes I e II.

Art. 30 São atribuições dos supervisores:
I. Apresentar o campo de estágio ao acadêmico estagiário;
II. Facilitar o acesso à documentação da instituição;
III. Orientar e acompanhar a execução das atividades de estágio;
IV. Informar ao professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado ou ao coordenador do estágio quanto ao andamento das atividades e o desempenho do acadêmico;
V. Participar da avaliação do desempenho dos estagiários mediante preenchimento de instrumento avaliativo disponibilizado pela UFFS;
VI. Participar de atividades de integração promovidas pela UFFS.

CAPÍTULO IV
DO ESTAGIÁRIO

Art. 31 São atribuições do estagiário:

I. Conhecer e cumprir o regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, o Regulamento de Estágio da UFFS e a Legislação Federal de Estágios;

II. Entrar em contato com a UCE na qual serão desenvolvidas as atividades de Estágio, preencher o formulário de coleta de dados e entregá-lo ao professor do componente curricular;

III. Realizar a observação no campo de estágio anterior a prática da docência, quando possível;

IV. Participar de reuniões e atividades de orientação para as quais for convocado;

V. Cumprir todas as atividades previstas para o estágio e carga horária dos componentes de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, o Plano de Estágio e o que dispõe este Regulamento;

V. Respeitar os horários e normas estabelecidos na UCE bem como seus profissionais e alunos;

VII. Manter a ética no desenvolvimento do processo de estágio e cumprir as exigências da UCE e as normas da UFFS relativas ao Estágio Curricular Supervisionado;

VIII. Entregar a documentação comprobatória relativa à realização dos estágios de acordo com o regulamento institucional;

IX. Participar do Seminário de Socialização dos Estágios.

CAPÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 32 A carga horária dos componentes curriculares que integram o Estágio Curricular Supervisionado será assim distribuída:

CCrs	**Carga horária (em horas)**			
	Total	I – aulas teórico/praticas presenciais	II – elaboração do plano de estágio e do relatório de avaliação	III – atividades de estágio desenvolvida pelo estudante
Estágio Curricular I	75 h	45 h	5 h	25 h
Estágio curricular supervisionado II	75 h	45 h	5 h	25 h
Estágio curricular supervisionado III	90 h	45 h	25 h	20 h
Estágio curricular supervisionado IV	90 h	45 h	25 h	20 h
Estágio curricular supervisionado V	90 h	45 h	25 h	20 h

Quadro 19: Organização dos Estágios Curriculares Supervisionados

Parágrafo único: Será destinado, ao professor responsável por fazer o acompanhamento de estudantes no local de estágio, conforme art. 11º, §2º, inciso III da Resolução Nº 174/CONSUNI/UFFS/2024: "1 (uma) hora-aula semanal para cada 2 (duas) orientações/supervisões de estágio, (...) pelo tempo de duração da orientação/supervisão."

CAPÍTULO VI
DA AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 33 A avaliação do acadêmico estagiário será realizada pelos professores dos componentes curriculares de estágio e pelo supervisor de estágio da UCE, por meio dos seguintes instrumentos:

I. Formulário avaliativo encaminhado pela coordenação de estágio para preenchimento do supervisor da UCE e do professor do componente curricular da UFFS responsável pelo acompanhamento do estágio;

II. Plano de atividades do acadêmico;

III. Relatório do estágio a ser apresentado pelo acadêmico ao final de cada componente curricular, conforme o foco previsto em cada etapa;

IV. Seminário de Socialização de Estágios, desenvolvido durante o Tempo Universidade, apresentando a síntese das atividades realizadas durante o estágio;

V. Outros instrumentos de avaliação que constem no plano de curso.

Art. 34 Para a aprovação em cada um dos componentes curriculares de Estágio Curricular Supervisionado, o acadêmico deverá cumprir as atividades práticas e teóricas previstas em cada nível, atingir a frequência e a média final determinadas pelo regulamento de graduação.

Art. 35 Os critérios e as formas de avaliação do acadêmico-estagiário, nas diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado, devem constar nos respectivos planos de curso para homologação do Colegiado de Curso.

TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36 Os casos omissos neste Regulamento de Estágio Curricular serão resolvidos pela Coordenação de Estágio, cabendo recurso ao Colegiado do Curso, sendo possível recurso em instância superior;

ANEXO IV - REGULAMENTO DE EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR

Art. 1º Confere equivalência aos componentes curriculares presentes no quadro abaixo, em função da reformulação do projeto pedagógico do curso aprovada pela Decisão nº 37/CONSUNI CGAE/UFFS/2025, com outros componentes ofertados na UFFS.

CCRs da Estrutura 2025			CCRs ofertados pela UFFS		
Código	**Componente Curricular**	**Horas**	**Expressão Equivalente**	**Componente Curricular**	**Hora**
GCH1210	Fundamentos da educação	60	(GCH024)	Fundamentos da educação	45
GCH2125	Educação do campo e educação popular	60	(GCA394 ou GCH1338)	Escola e educação do campo Educação do campo e educação popular	45 60
GCH1209	Psicologia da educação e teorias da aprendizagem	60	(GCH050 ou GCH581)	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano Psicologia da educação	45 45
GCH801	Organização do trabalho pedagógico	60	(GCH586)	Organização do trabalho escolar e pedagógico I	45
GCH1211	Política educacional e legislação do ensino no Brasil	60	(GCH035)	Política educacional e legislação do ensino no Brasil	45
GCA674	Matrizes formativas e práticas na educação do campo	60	(GCA407)	Matrizes formativas e práticas na educação do campo	60
GCH794	Didática geral	60	(GCH013)	Didática geral	45
GLA210	Língua brasileira de sinais (Libras)	60	(GLA045)	Língua brasileira de sinais	60
GCH2123	Antropologia dos povos do campo, das águas e das florestas	30	(GCA401 ou GCH1336)	Antropologia da infância e juventude no campo	30
GCH1355	Políticas educacionais e legislação da educação do campo e indígena	30	(GCA399)	Políticas educacionais e legislação da educação do campo e indígenas	30
GCH1337	Metodologia de ensino interdisciplinar nas ciências sociais e humanas	45	(GCH583)	Metodologia de ensino das ciências humanas e sociais II	45
GCS586	Realidade do campo brasileiro	45	(GCA405)	Sociologia rural: realidade do campo brasileiro	60
GCH2165	Filosofia I	60	(GCH589 ou GCH1340)	Filosofia I Filosofia I	60 60
GCH2170	Filosofia II	60	(GCH1345 ou GCH293)	Filosofia II Introdução à filosofia	60 60
GCH2175	Filosofia III	60	(GCH590 ou GCH1349)	Filosofia II Filosofia III	60 60
GCH2180	Filosofia IV	60	(GCH591 ou GCH1356)	Filosofia III Filosofia IV	60 60
GCH1364	Filosofia V	60	(GCH592)	Filosofia IV	60
GCH2166	Geografia I	60	(GCH593 ou GCH1341)	Geografia I Geografia I	60 60

CCRs da Estrutura 2025			CCRs ofertados pela UFFS		
Código	**Componente Curricular**	**Horas**	**Expressão Equivalente**	**Componente Curricular**	**Hora**
GCH2171	Geografia II	60	(GCH595 ou GCH1346 ou GCH596)	Geografia III Geografia II Geografia IV	60 60 60
GCH2176	Geografia III	60	(GCH1350)	Geografia III	60
GCH2181	Geografia IV	60	(GCH594 ou GCH1357)	Geografia II Geografia IV	60 60
GCH2167	História I	60	(GCH1342)	História I	60
GCH2172	História II	60	(GCH597 ou GCH1347)	História I História II	30 60
GCH2177	História III	60	(GCH598 ou GCH1351)	História II História III	60 60
GCH2182	História IV	60	(GCA599 ou GCH1358)	História III História IV	60 60
GCH1366	História V	60	(GCH600)	História IV	60
GCH2168	Sociologia I	60	(GCH601 ou GCH1343)	Sociologia I Sociologia I	60
GCH2173	Sociologia II	60	(GCH1348)	Sociologia II	60
GCH2178	Sociologia III	60	(GCH1352)	Sociologia III	60
GCH2183	Sociologia IV	60	(GCH602 ou GCH1359)	Sociologia II Sociologia IV	60 60
GCH1367	Sociologia V	60	(GCH603)	Sociologia III	60
GCH1214	Estágio curricular I	75	(GCA395)	Estágio curricular supervisionado I	75
GCH2179	Estágio curricular supervisionado II	75	(GCA396 ou GCH1354)	Estágio curricular supervisionado II Estágio curricular supervisionado II	75 75
GCH2185	Estágio curricular supervisionado III	90	(GCA397 ou GCH1361)	Estágio curricular supervisionado III Estágio curricular supervisionado III	90 90
GCH2187	Estágio curricular supervisionado IV	90	(GCA398 ou GCH1369)	Estágio curricular supervisionado IV Estágio curricular supervisionado IV	90 90
GCH2188	Estágio curricular supervisionado V	90	(GCA406 ou GCH1370)	Estágio curricular supervisionado V Estágio curricular supervisionado V	90 90
GCH2193	Metodologias e técnicas de pesquisa	30	(GCH604 ou GCH1353)	Metodologias e técnicas de pesquisa Metodologias e técnicas de pesquisa	30 30
GCH2184	Trabalho de conclusão de curso I	45	(GCA402 ou GCH1360)	Trabalho de conclusão de curso I Trabalho de conclusão de curso I	45 30
GCH2186	Trabalho de conclusão de curso II	30	(GCA403 ou GCA404 ou GCH1368 ou GCH1371)	Trabalho de conclusão de curso II Trabalho de conclusão de curso III Trabalho de conclusão de curso II Trabalho de conclusão de curso III	30 30 30 30
GCH2189	Seminário de socialização de trabalho de conclusão de curso	30	(GCA408 ou GCH1373)	Seminário de socialização dos trabalhos de conclusão de curso Seminário de socialização dos trabalhos de conclusão de curso	30 30
GCH2126	Seminário Integrador de Extensão I	30	(GCH1335)	Seminário Integrador I	30
GCH2169	Seminário Integrador de Extensão II	30	(GCH1339)	Seminário Integrador II	30
GCH2174	Seminário Integrador de	30	(GCH1344)	Seminário Integrador III	30

CCRs da Estrutura 2025			CCRs ofertados pela UFFS		
Código	**Componente Curricular**	**Horas**	**Expressão Equivalente**	**Componente Curricular**	**Hora**
	Extensão III				
GLA0696	Leitura e produção textual I	30	(GLA104)	Produção textual acadêmica	60
GLA0697	Leitura e produção textual II	60	(GLA104)	Produção textual acadêmica	60
CGH2124	Antropologia Indígena	45	GCH1372	Antropologia Indígena	45

Inserido conforme **RESOLUÇÃO Nº 1 / 2026 - CCECCSH-LS**

ANEXO V – REGULAMENTO DA EXTENSÃO E CULTURA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

CAPÍTULO I
DA EXTENSÃO E CULTURA

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° A Extensão e Cultura do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas será regido por este Regulamento

Art. 2° A Extensão e Cultura do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas será realizado a partir do 1º nível e nos demais níveis, totalizando 350 horas.

§ 1º As atividades de Extensão e Cultura serão realizadas como Atividade Integradora de Formação durante o Tempo Comunidade (TC), e serão organizadas de forma coletiva na reunião semestral de planejamento de cada turma. As atividades de extensão e cultura serão registradas e orientadas pelo docente responsável pelo CCR, e os resultados dessas atividades serão socializados durante o Seminário de Socialização de TC, que será realizado na segunda etapa de cada semestre letivo.

SEÇÃO II
DOS OBJETIVOS DA EXTENSÃO E CULTURA NO CURSO

Art. 3° A Extensão e Cultura do Curso tem por objetivos:

a) Estabelecer a articulação com a Educação Básica pública, desde o início do curso, e integrar conhecimentos conceituais, contextuais e pedagógicos para o desenvolvimento de habilidades profissionais que vincule educação escolar, conhecimentos populares/comunitários e culturais;

b) Experimentar as diferentes dimensões da atuação docente na Educação Básica: o ensino, a gestão da educação, a coordenação pedagógica e a produção e difusão do conhecimento;

c) Estruturar-se em eixos temáticos, a partir do Tempo Comunidade do Curso, atendendo ao caráter teórico-metodológico e prático-reflexivo, podendo ser realizadas por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.
d) Produzir e sistematizar conhecimento na área da Educação do Campo e Educação Escolar Indígena.

SEÇÃO III
DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE EXTENSÃO E CULTURA

Art. 4° A participação/realização de Atividades de Cultura e Extensão é obrigatória a todos os estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas.

Art. 5° As atividades de Extensão e Cultura estão distribuídas da seguinte forma:
I Do segundo até o sexto nível, totalizando 350 horas em componentes curriculares integrais e mistos.
II A carga horária vinculada aos CCRs está assim distribuída: 50 horas no segundo semestre; 90 horas no terceiro e quarto semestres; 60 horas no quinto e sexto semestres.
III Três componentes curriculares possuem carga horária integralmente dedicada à extensão: Seminário Integrador de Extensão I, Seminário Integrador de Extensão II e Seminário Integrador de Extensão III com 30 horas cada.

Art. 6° No segundo nível, durante o Tempo Universidade, os estudos abordarão a concepção de extensão, a relação entre ensino, pesquisa e extensão e as perspectivas de extensão na Educação de Campo. A centralidade do semestre será a realização do Inventário da Realidade, constituído por um levantamento das informações acerca das características sociais, econômicas, históricas e geográficas da comunidade e da escola que serão foco das ações extensionistas.
§ 1° Considerando-se a carga horária de extensão dos CCRs no semestre, o roteiro para produção do Inventário da Realidade deverá ser elaborado conjuntamente nos diferentes componentes envolvidos, abrangendo questões relacionadas à educação, ao território e aos sujeitos do campo.
§ 2° A socialização do Inventário da Realidade será realizada na segunda etapa do Tempo Universidade.

Art. 7° No que se refere aos componentes curriculares a carga horária de extensão está distribuída nos a partir do segundo nível, conforme quadro:

CCR Integral	**Carga horária (horas)**
Seminário integrador de extensão I (2ªnível)	30
Seminário integrador de extensão II (3ªnível)	30
Seminário integrador de extensão III (4ª nível)	30
CCR Misto	
Antropologia Indígena (2ª nível)	10
Educação do campo e educação popular (2ª nível)	10
Filosofia I (3ª nível)	15
Geografia I (3ª nível)	15
História I (3ªnível)	15
Sociologia I (3ªnível)	15
Filosofia II (4ªnível)	15
Geografia II (4ªnível)	15
História II (4ªnível)	15
Sociologia II (4ªnível)	15
Filosofia III (5ªnível)	15
Geografia III (5ªnível)	15
História III (5ªnível)	15
Sociologia III (5ª nível)	15
Filosofia IV (6ªnível)	15
Geografia IV (6ª nível)	15
História IV (6ª nível)	15
Sociologia IV (6ª nível)	15
Carga horária total de extensão e cultura	**350**

§ 1° As atividades de extensão do segundo até o sexto nível do curso estão relacionadas, sendo que, embora iniciadas e encerradas em cada nível, também serão pré-requisito para as ações de extensão do nível seguinte do curso. Isso quer dizer que os estudantes irão acumulando conhecimentos e desenvolvendo práticas ao longo do percurso formativo, qualificando a intervenção nas escolas e nas comunidades onde a extensão será desenvolvida.

§ 2° No terceiro semestre, com base no Inventário da Realidade realizado no segundo nível, os educandos irão sistematizar demandas e elaborar propostas de extensão para serem desenvolvidas na escola e/ou na comunidade.

§ 3° A partir das informações levantadas e sistematizadas no semestre anterior, os acadêmicos escolherão uma demanda da comunidade e produzirão, em grupo ou individualmente, em conjunto com os sujeitos, foco da ação, um planejamento das ações de extensão a serem executadas a partir ~~da~~ do quarto nível do curso.

Art. 8° As atividades de extensão poderão abranger as seguintes ações nas escolas e/ou comunidades:

a) melhorias em hortas e jardins escolares; montagem de sessão de cinema para a comunidade;

b) produção de cartografia social; produção da linha do tempo da comunidade e/ou escola;

c) organização de um grupo de teatro; palestras na escola ou na comunidade; produção de vídeos na escola;

d) montagem de um mural para exposição na escola e/ou na comunidade retratando aspectos significativos para os sujeitos locais;

e) trabalho de recuperação de nascente com educandos da escola;

f) montagem de uma rádio na escola;

g) oferta de um minicurso ou oficina sobre temas relacionados com a Educação do Campo, entre outras ações.

Art. 9° As cargas horárias de extensão ocorrem no Tempo comunidade em diferentes etapas/nível do Curso.

§ 1º As atividades são planejadas e acompanhadas pelos docentes responsáveis pelos componentes do nível;

§ 2º O tempo Comunidade é um tempo e espaço para atividades formativas juntos as localidades/ territórios de origem dos estudantes.

Art. 10° A comprovação da realização das atividades de extensão será realizada por instrumentos de planejamento, registro e avaliação específicos definidos pelos docentes responsáveis pelos componentes curriculares com carga horária de extensão no curso e devidamente registrados no Plano de Curso.

Art. 11 São atribuições do professor responsável pelos componentes de Seminário Integrador de Extensão I, II e III:

I – Orientar os acadêmicos na construção do inventário da realidade, na organização e aplicação do projeto a ser desenvolvido na comunidade/escola;

II – Organizar o Seminário de Socialização no final de cada nível do Curso.

III – Avaliar a atuação dos acadêmicos na realização do Inventário da Realidade, na elaboração e na aplicação do projeto a ser desenvolvido na comunidade.

Art. 12 São atribuições do Coordenador de Extensão e Cultura do Curso:

I - Compor o Colegiado do Curso;

II - Elaborar calendários de atividades e articular a realização junto as comunidades/escolas;

III - Convocar reuniões com professores que tem carga horária de tempo comunidade e extensão;

IV - Tomar as medidas necessárias para o cumprimento deste regulamento.

Art. 13 São atribuições do acadêmico:

I – Seguir as orientações e cumprir o cronograma de atividades do professor responsável e do coordenador de extensão;

II – Participar das aulas dos componentes curriculares, realizar o inventário da realidade e o projeto de intervenção;

III – Cumprir os prazos de entrega de relatórios;

IV – Participar do Seminário Final de Socialização das atividades, apresentados os resultados obtidos;

SEÇÃO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 Os casos omissos neste Regulamento de Extensão e Cultura serão resolvidos pela Coordenação de Extensão, cabendo recurso ao Colegiado do Curso, sendo possível recurso em instância superior.